



A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL

Mariane de Souza

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de Mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária

2025



A IMPORTÂNCIA DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL

Mariane de Souza

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de Mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária.

Orientador: Prof.^ª Dra. Joana Campos

Júri

Presidente: Prof.^ª Dra. Catarina Tomás

Arguente: Prof.^ª Luisa Delgado

Orientador: Prof.^ª Dra. Joana Campos

2025

| | ' ' | | ' ' |



ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
DE LISBOA



POLITÉCNICO
DE LISBOA

Agradecimentos

Como agradecer por algo tão grande quanto a concretização de um sonho? Esta dissertação representa não apenas uma conquista académica, mas o culminar de uma jornada marcada por coragem, fé, persistência e muito amor.

Dedico este trabalho à minha família, que mesmo a quilómetros de distância, nunca deixou de acreditar no meu potencial. O apoio incondicional e a torcida constante pelo meu sucesso foram pilares fundamentais ao longo deste percurso. À minha mãe, Ana Maria, cuja força, doçura e sabedoria moldaram os valores que me orientam até hoje — obrigada por seres a minha ouvinte nos momentos mais difíceis, por estares sempre presente, mesmo longe, e por me sustentares com a tua palavra firme e serena. Às minhas irmãs, Cristiane, Karina, Viviane e Ana Carla, agradeço por cada gesto de incentivo, pelas conversas cheias de afeto, pela escuta atenta e por fazerem-me sentir amada e acompanhada em cada etapa desta travessia. A vocês, a minha eterna gratidão.

Ao meu marido, Filipe, dedico com o coração este trabalho. Obrigada por seres o meu porto seguro, pela tua paciência, apoio e amor inabaláveis. A tua presença constante e o teu incentivo foram essenciais para que eu seguisse em frente, mesmo quando as dúvidas e o cansaço insistiam em se fazer presentes. Sem ti, esta dissertação não teria sido possível.

À minha orientadora, professora Dra. Joana Campos, manifesto o mais profundo respeito e gratidão. Obrigada por me desafiar a crescer, por confiares no meu trabalho e por estares sempre disponível, guiando-me com escuta atenta, palavras certas e orientação sensível. O teu acompanhamento foi fundamental nesta caminhada, tanto pela exigência intelectual quanto pela humanidade com que sempre me acolheste.

À Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx), expresso a minha sincera gratidão pela oportunidade de formação crítica, transformadora e comprometida com a educação social. Esta instituição foi o espaço onde pude amadurecer, aprender e reconstruir caminhos.

A Deus, fonte de força e esperança, agradeço por me sustentar em silêncio nos dias difíceis, por me renovar quando pensei em desistir, e por iluminar os passos dados até aqui.

Este trabalho é mais do que um título: é testemunho de uma trajetória de resistência, de aprendizagem profunda e de amor partilhado. Que ele possa inspirar outros e permanecer como memória viva de tudo o que foi superado e construído com coragem.

“É preciso que o docente se assuma como ser ético. Ético no sentido de respeitar os saberes dos educandos, de reconhecer que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Ético ao recusar-se a fazer do aluno um objeto. Ético ao comprometer-se com a transformação do mundo em que vive. Ético na sua curiosidade, na sua coerência, na sua abertura ao novo, na sua disponibilidade para o diálogo. Ético porque ensinando aprende e porque aprendendo ensina.” (FREIRE, 2014, p. 25)

Resumo

Num cenário marcado por desafios sociais e educacionais, o papel do educador social no Brasil revela-se fundamental para a promoção da inclusão e transformação social. O presente estudo investiga a relevância da educação social, de que forma o educador social no Brasil é representado e reconhecido, e quais os desafios que a sua regulamentação e visibilidade enfrentam, como agente de transformação social. Esta investigação teve como objetivos: (i) analisar a situação da profissão de educador social no Brasil; (ii) compreender os desafios que afetam a sua valorização, reconhecimento e regulamentação; (iii) explorar as contribuições deste profissional para o desenvolvimento social; e (iv) identificar o papel das associações e movimentos que defendem e apoiam o reconhecimento da educação social. Para dar resposta aos objetivos definidos, realizou-se um estudo, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, que recorre à análise documental. Os resultados demonstram que, apesar da ausência de uma regulamentação nacional unificada, a profissão apresenta uma base sólida de práticas, saberes e articulações coletivas que conferem legitimidade social à atuação do educador social. Evidenciam-se ainda práticas pedagógicas críticas e éticas em territórios vulneráveis, a construção de identidades profissionais híbridas e a atuação significativa em espaços formais e informais. Conclui-se que a consolidação da educação social como campo profissional no Brasil depende da articulação entre reconhecimento institucional e valorização dos saberes produzidos nos territórios, numa perspetiva de justiça social e transformação coletiva.

Palavras-chave: Educação Social; Educador Social; Profissionalização; Regulamentação da Profissão; Brasil.

Abstract

In a context marked by social and educational challenges, the role of the social educator in Brazil proves to be fundamental to fostering inclusion and social transformation. This study examines the social education relevance, the representation and recognition of social educators in Brazil, and the challenges they face in regulating and enhancing their visibility as social transformation agents. The research aims were: (i) to analyze the situation of the social educator profession in Brazil; (ii) to understand the challenges that affect its appreciation, recognition, and regulation; (iii) to explore the contributions of this professional to social development; and (iv) to identify the role of associations and movements that advocate for and support the recognition of social education. To address the defined objectives, a qualitative, descriptive, and exploratory study was carried out, based on documentary analysis. The results show that, despite the absence of unified national regulation, the profession demonstrates a solid foundation of practices, knowledge, and collective articulations that confer social legitimacy to the work of the social educator. Critical and ethical pedagogical practices in vulnerable territories, the construction of hybrid professional identities, and significant performance in both formal and informal spaces are also highlighted. It is concluded that the consolidation of social education as a professional field in Brazil depends on the articulation between institutional recognition and the appreciation of knowledge produced within the territories, from a perspective of social justice and collective transformation.

Keywords: Social Education; Social Educator; Professionalization; Professional Regulation; Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSocial - Associação Brasileira de Pedagogia Social

AEESSP - Associação de Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo

AESMAR - Associação de Educadores Sociais de Maringá

AIEJI - Association Internationale des Éducateurs de Jeunes Inadaptés

APTSES - Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CP25 - Comité de Pesquisa Sociologia das Ocupações e Profissões

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

EP - Educação Popular

ES - Educação Social

ESELx - Escola Superior de Educação de Lisboa

JBI - Joanna Briggs Institute

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

ONG – Organização Não Governamental

PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

PL - Projeto de Lei

PS - Pedagogia Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SPCE - Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO SOCIAL E EDUCADORES SOCIAIS	14
2.1. Educação Social: Emergência e afirmação de um campo profissional	15
2.1.1. O papel do educador social na sociedade brasileira.....	22
2.1.2. O educador social noutros territórios	25
2.2. Educadores sociais, um grupo profissional.....	27
2.2.1. Processos de profissionalização	30
3.METODOLOGIA DA PESQUISA	34
3.1. Desenho do estudo.....	35
3.2. Análise Documental: técnicas de recolha e fontes de dados.....	36
3.2.1. Ferramentas digitais aplicadas à análise documental	39
3.2.2. Critérios éticos	41
3.2.3. Análise Documental: procedimentos	42
3.2.4. Critérios adotados na seleção documental.....	43
3.2.5. Procedimentos de extração na análise documental	45
3.2.6. Processo de categorização na análise documental	46
3.2.7. Tratamento e análise dos dados documentais	47
3.2.8. Fundamentação da análise qualitativa dos documentos	48
3.3. Análise da produção académica internacional	50
3.3.1. Reformulação da pergunta de pesquisa para análise académica.....	50
3.3.2. Identificação de conceitos chave.....	52
3.3.3. Estratégia de busca	53
3.3.4. Triagem, seleção e extração de estudos.....	54
3.3.5. Procedimentos de análise qualitativa dos dados	55
4.APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
4.1. Resultados da Análise Documental	58
4.1.1. Organização e mapeamento documental com ferramentas digitais	58

4.1.2. Análise temática reflexiva dos documentos sobre o Brasil	64
4.1.3. Redes digitais e associativismo na legitimação da ES	69
4.2. Resultados da análise da produção acadêmica internacional	71
4.2.1. Análise descritiva	71
4.2.2. Aprofundamentos temáticos da ES	76
4.2.3. Horizontes emergentes da ES	78
4.3. Análise Integrada: Documental e Acadêmica	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
5.1. Conclusões	87
5.2. Contribuições e implicações do estudo	90
5.3. Perspectivas para estudos futuros	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
Anexos	108
ANEXO I – Quadro síntese dos documentos incluídos na análise documental nacional.	
ANEXO I – Quadro síntese dos documentos excluídos na análise documental nacional.	
ANEXO II – Quadro síntese dos estudos incluídos na análise de produção acadêmica.	

1. INTRODUÇÃO

| ' ' | | ' ' |

No Brasil, a Educação Social (ES) tem ganhado cada vez mais destaque, principalmente em situações de desigualdade, exclusão e falta de políticas públicas eficazes. Esta é uma prática manifestada no cotidiano de comunidades vulneráveis, abrangendo atividades educativas que vão além do contexto escolar, com foco na cidadania, na coexistência e na defesa dos direitos. Neste cenário, o educador social emerge como uma figura fundamental, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos em entidades governamentais, organizações não governamentais e iniciativas comunitárias. Embora essa atuação esteja estabelecida na prática, o reconhecimento oficial e a valorização desse profissional ainda progredem de forma lenta (Paiva et al., 2014; Accorssi et al., 2019).

O papel do educador social ultrapassa a mera realização de tarefas. Ele escuta, orienta e ajuda a reforçar os laços sociais e o sentimento de pertença das pessoas. Contudo, frequentemente trabalha em condições adversas no Brasil, com vínculos precários, ausência de formação superior específica, e falta de orientações precisas e referenciais sobre a sua função. Ainda existe incerteza sobre as expectativas desse profissional, o que prejudica a sua identidade e reconhecimento em ambientes institucionais (Garrido, 2012; De Castro Lola, 2021). Além disso, os estudos que tratam do seu papel costumam ser fragmentados ou centrados em experiências locais, sem uma visão mais ampla e integrada (Pereira, 2016).

Diante disso, a presente pesquisa parte de uma pergunta que tem sido pouco enfrentada de forma sistemática: **Como tem sido descrita e analisada a atuação profissional do educador social no Brasil?**. Esta questão orienta toda a construção do estudo e busca compreender os modos como esse trabalho é representado na literatura científica, em documentos institucionais e na própria fala dos profissionais. O objetivo é reunir e analisar essas descrições para entender melhor os caminhos já percorridos, os avanços conquistados e os desafios ainda presentes.

Ao propor esta investigação, buscou-se colaborar com o fortalecimento da ES enquanto campo profissional e de conhecimento. Isso envolveu compreender como o trabalho do educador social tem sido visto, reconhecido, nomeado e, por vezes, silenciado nos diferentes contextos institucionais e acadêmicos. A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental. Para tanto, foram

selecionadas incluindo publicações e teses e dissertações disponibilizadas em repositórios, legislações e documentos institucionais que abordam o tema, com atenção especial às experiências vinculadas a programas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (Galvão & Marinho-Araujo, 2017; Da Luz et al., 2020; de Souza et al., 2020).

É importante destacar que este estudo não parte do zero. Existem vozes que há décadas contribuem para que o educador social seja mais reconhecido, valorizado e respeitado. Autores como Natali (2016), Paiva & Müller (2021) e De Souza (2023) têm oferecido importantes subsídios para repensar a formação, os espaços de atuação e os sentidos atribuídos a essa profissão. Também há um movimento crescente de articulação entre pesquisadores, gestores e os próprios educadores sociais em defesa da regulamentação da profissão e da consolidação de políticas específicas (Delgado & Campos, 2016; Da Cruz Bernardino et al., 2019).

Esta dissertação busca contribuir com esse esforço coletivo, reunindo elementos que permitam uma leitura crítica e atualizada da atuação profissional dos educadores sociais. Ao lançar luz sobre como esse trabalho é descrito e analisado, pretende-se ampliar a compreensão sobre a importância dessa figura no cenário social brasileiro. Mais do que levantar dados, trata-se de reconhecer o valor de uma prática que, mesmo com pouca estrutura formal, transforma vidas todos os dias em diferentes partes do país.

2. EDUCAÇÃO SOCIAL E EDUCADORES SOCIAIS

| ' ' | | ' ' |

2.1. Educação Social: Emergência e afirmação de um campo profissional

A ES constitui um campo de conhecimento e prática voltado para a intervenção em questões sociais e educacionais onde os modelos tradicionais de educação mostram-se insuficientes (Azevedo, 2021). No contexto brasileiro, a sua emergência nos anos 80 destacou-se por iniciativas inovadoras como os projetos de alfabetização de adultos em comunidades rurais baseados no método freireano, evidenciando o papel da ES no atendimento às necessidades concretas de populações historicamente excluídas do sistema formal de educação (Gohn, 2011). Ao transcender a sua função como alternativa educativa, a ES consolidou-se como instrumento de transformação social, sintetizando de maneira singular as contribuições das correntes pedagógicas críticas - particularmente a obra de Paulo Freire, com as reivindicações dos movimentos sociais por inclusão e justiça social (Freire, 2014).

A ES caracteriza-se por uma natureza multidisciplinar que incorpora diversas correntes teóricas e metodológicas na sua prática. Segundo Abbott (2014), esse pluralismo é intrínseco ao processo de consolidação profissional, que requer a constante negociação entre saberes especializados e contextos de atuação específicos. Essa dinâmica fica evidente quando comparamos diferentes realidades nacionais. Em Portugal, a ES articula-se institucionalmente com a Pedagogia Social (PS) como base para políticas públicas educativas (Barros, 2023), enquanto no Brasil o seu desenvolvimento está profundamente vinculado aos movimentos sociais populares e às práticas de educação não formal (Gohn, 2011). Mais do que uma fragilidade, essa diversidade de abordagens - que inclui desde intervenções comunitárias até ações no âmbito do sistema de garantia de direitos - demonstra a capacidade adaptativa da ES frente a diferentes demandas sociais (Martins, 2020).

Essa adaptabilidade teórica materializa-se em intervenções que transcendem os espaços formais de educação. Atuando em territórios onde as dinâmicas sociais exigem mediações críticas (de Paula, 2017), a ES converte realidades marginalizadas, como as dos Círculos de Cultura freireanos e dos atuais projetos de comunicação e educação em favelas, em oportunidades de alfabetização política e organização coletiva. Seja em abrigos, Organização Não Governamental (ONG) ou comunidades rurais, esses contextos

funcionam como laboratórios de inovação socioeducativa, onde direitos se articulam com participação comunitária para uma transformação efetiva (Carvalho & Carvalho, 2023).

A relação entre ES e PS é marcada por complementaridades e distinções fundamentais. Embora ambas compartilhem o compromisso com uma educação transformadora - especialmente no contexto europeu, onde se desenvolveram de forma articulada (Azevedo & Correia, 2013), diferenciam-se em enfoques e espaços de atuação. A PS concentra-se na formação de valores e ética cívica, frequentemente em contextos escolares ou institucionais, enquanto a ES opera através da intervenção direta em territórios vulneráveis, mediando conflitos e promovendo direitos (Barros, 2023). Essa distinção fica evidente quando comparamos, por exemplo, projetos de educação para a cidadania em escolas (típicos da PS) com ações de organização comunitária em favelas (características da ES), ambas essenciais para a construção de sociedades mais justas.

A adaptabilidade da ES tem permitido a sua expansão para novos contextos e desafios contemporâneos. Como destaca Martins (2020), a ES demonstra flexibilidade ao incorporar temáticas emergentes, tais como: (1) a inclusão digital em periferias, por meio de projetos de literacia digital em ONG que articulam educação e cidadania; (2) a mediação intercultural em abrigos, onde educadores sociais facilitam processos de integração de populações migrantes; e (3) a atuação no sistema de garantia de direitos, ampliando o acesso a políticas públicas (Carvalho & Carvalho, 2023). Essas novas frentes de trabalho, longe de representar um afastamento dos seus princípios básicos, reafirmam o caráter transformador da ES ao responder criativamente às demandas de uma sociedade em constante mudança.

A experiência europeia com a ES revela um processo distinto de institucionalização, marcado pela forte articulação com a PS. Na Alemanha, a tradição inaugurada por Natorp vinculou a ES à educação comunitária em contextos urbanos industriais, enquanto em Espanha, a influência freireana moldou programas de formação de educadores sociais focados na emancipação (Azevedo & Correia, 2013). Essa trajetória de reconhecimento acadêmico e regulamentação profissional - que inclui a criação de cursos superiores específicos e associações de classe profissional - contrasta visivelmente com a realidade brasileira, onde a ES, embora ativa em movimentos sociais e políticas públicas desde os anos 1980 (Gohn, 2011), ainda enfrenta desafios para sua

plena profissionalização (Azevedo, 2021). Essa assimetria reflete-se diretamente nas condições de trabalho, formação e identidade profissional dos educadores sociais no Brasil, tema que exploraremos a seguir.

Essa diversidade na institucionalização da ES entre países europeus e Brasil reflete-se também na produção e mobilização do conhecimento científico no campo. Segundo Samagaio (2006), a eficácia das intervenções socioeducativas depende da capacidade de articular evidências teóricas com as realidades práticas, um desafio que exige formação especializada. Em Portugal, onde a ES é uma área acadêmica consolidada, os cursos superiores integram estágios comunitários com disciplinas como “Sociologia da Exclusão”, garantindo aos educadores ferramentas para atuar em contextos complexos (Teixeira, 2021). Já no Brasil, a fragmentação da formação, muitas vezes reduzida a cursos pontuais sem uma base curricular unificada (Ferreira, 2017), compromete essa necessária articulação entre teoria e prática, impactando diretamente na eficácia das intervenções socioeducativas, como evidencia o estudo de Barros (2023) sobre os desafios da ES em contextos lusófonos.

No contexto português, a dimensão ética da ES encontra um dos seus principais referenciais na Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE, 2014). Este documento estabelece princípios deontológicos que reforçam valores como a autonomia, o compromisso social e a justiça, constituindo-se como um marco de orientação para investigadores e profissionais da área. A sua relevância ultrapassa o plano académico, na medida em que contribui para a consolidação de um corpo normativo e ético que legitima a atuação do educador social em Portugal, articulando produção científica e prática profissional.

A consolidação da ES no ensino superior português tem desempenhado um papel estratégico na articulação entre formação profissional e políticas sociais. Segundo Barros (2023), a presença estruturada da PS nos currículos dos cursos superiores tem contribuído para formar profissionais capacitados para lidar com os desafios sociais contemporâneos. Essa preparação teórica e prática reflete-se, por exemplo, na integração da ES em programas voltados à juventude em situação de vulnerabilidade, alinhando práticas socioeducativas aos objetivos das políticas estatais (Brandstetter et al.2024). Esse estreito vínculo entre ensino superior e instâncias governamentais tem fortalecido o

reconhecimento da ES como um campo de intervenção qualificado, além de influenciar positivamente iniciativas em outros contextos lusófonos, como o Brasil.

No contexto brasileiro, as políticas públicas têm desempenhado um papel essencial no processo de consolidação da ES, ainda que persistam obstáculos estruturais importantes. Iniciativas oriundas do terceiro setor e dos movimentos sociais foram pioneiras na implementação de práticas socioeducativas, antecipando, inclusive, o reconhecimento institucional da área (Pereira, 2016). Para Gohn (2011), a ES constitui um instrumento estratégico na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades, destacando-se especialmente em ações direcionadas a crianças, adolescentes e populações em situação de vulnerabilidade. No entanto, a inexistência de um marco regulatório consistente ainda compromete a uniformidade e o reconhecimento das práticas profissionais no campo.

A consolidação da ES no Brasil também se reflete na sua inserção gradual em políticas públicas específicas, como o SUAS¹ e o SCFV². Essas iniciativas incorporaram práticas socioeducativas como estratégia para promover a inclusão social e fortalecer redes de proteção a populações em situação de vulnerabilidade (Pereira, 2016; Vieira et al., 2021). No entanto, a atuação dos educadores sociais nesses programas ainda ocorre de forma heterogênea, muitas vezes sem exigência formal de formação específica e com vínculos de trabalho precários. Essa realidade revela tanto o reconhecimento implícito da importância da ES no âmbito das políticas públicas, quanto os desafios persistentes para a sua regulamentação e valorização enquanto profissão estruturada.

Segundo Azevedo (2021), a ES no Brasil ainda encontra obstáculos significativos à sua institucionalização plena, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento legal e à definição de parâmetros formativos. Em contraste com o contexto europeu, onde

1

¹ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a política pública brasileira que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais em todo o território nacional. Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas>

² . O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um programa vinculado ao SUAS, voltado à oferta de atividades socioeducativas para crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade. Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>

a profissão já se encontra numa fase mais avançada de estruturação, a ausência de diretrizes formais no Brasil dificulta a construção de um percurso formativo uniforme e impacta diretamente na valorização social, profissional e salarial dos educadores sociais. Como campo em consolidação, a ES suscita debates acerca da sua identidade enquanto ciência ou profissão, pois integra práticas de intervenção social com fundamentos teóricos e metodológicos consistentes. Machado (2017) enfatiza a necessidade de uma base científica sólida, destacando o papel da didática na qualificação desses profissionais. Assim, a formação dos educadores sociais deve contemplar não apenas habilidades práticas, mas também o domínio de referenciais teóricos que sustentem a sua atuação crítica e transformadora.

Para além dos desafios institucionais, é na prática quotidiana que os educadores sociais revelam o poder transformador da ES. No Brasil, esses profissionais não apenas implementam projetos comunitários, mas também são protagonistas na construção coletiva de direitos básicos – da escola à moradia digna, da alfabetização à proteção social. Seja nas periferias urbanas, onde organizam círculos de alfabetização de adultos, seja nas comunidades indígenas, onde fortalecem saberes tradicionais, a sua atuação tece redes de inclusão para quem sempre esteve à margem. Essas histórias, como bem documenta Azevedo (2021), não são meros casos isolados, mas expressões de um compromisso ético com a justiça social, prova de que a ES, mesmo em meio com adversidades, segue escrevendo possibilidades de dignidade para os invisibilizados pelo sistema.

Se essas iniciativas demonstram o potencial transformador da ES, a sua efetividade sistémica depende do reconhecimento institucional. Essa relação intrínseca entre a ES e demandas sociopolíticas contemporâneas, como a garantia de direitos básicos e a inclusão, materializa-se na atuação dos educadores sociais em territórios vulneráveis. A sua atuação em serviços especializados de assistência social, onde mediam conflitos e promovem acesso a políticas públicas, evidencia a urgência de consolidar este campo como área científica e profissional legítima, com saberes específicos reconhecidos (Machado, 2017; Barros, 2023).

Nesse contexto, a construção da identidade profissional dos educadores sociais torna-se um processo complexo (Vieira et al., 2021), exigindo reflexões contínuas sobre

a sua distinção relativamente a outras profissões da área social. Essa diferenciação é particularmente relevante na formação profissional, onde, segundo Pereira Mano e De Souza Rizzo (2021), é necessário extrapolar os limites institucionais da universidade, incorporando uma análise crítica das diversas realidades vividas pelos sujeitos em contextos escolares e comunitários. Tal abordagem amplia o horizonte da docência ao integrar elementos da ES, favorecendo práticas pedagógicas mais inclusivas, situadas e comprometidas com a justiça social.

Diante das múltiplas exigências e desafios formativos, a ES continua em processo de construção enquanto campo específico de conhecimento, o que tem alimentado debates sobre a sua natureza híbrida — entre profissão e ciência. Azevedo (2021) argumenta que esse campo reúne características de ambas, combinando práticas de intervenção social com fundamentação teórica e metodológica, o que lhe confere um estatuto singular no conjunto das profissões sociais.

Nesse contexto, a consolidação da ES como disciplina autônoma exige uma formação que vá além das competências operacionais. Machado (2017) destaca a importância de uma base científica desenvolvida, enfatizando o papel da didática na qualificação dos profissionais. Assim, seguindo este autor, a formação dos educadores sociais deve integrar tanto habilidades práticas quanto referenciais teóricos que sustentem uma atuação crítica, situada e transformadora.

No processo de consolidação da sua identidade como campo específico, torna-se fundamental distinguir a ES da pedagogia escolar tradicional. Dos Santos Sant'Anna e Flandoli (2021) apontam que, apesar de compartilharem algumas interseções, a ES possui objetivos e métodos próprios. Enquanto a pedagogia escolar está voltada para o ensino formal e sistematizado, a ES atua em contextos mais amplos, promovendo ações que estimulam a autonomia e a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade social. Essa distinção é essencial para afirmar a ES como um campo de atuação legítimo e reconhecido. Esse caráter dinâmico reforça a capacidade da ES de se reinventar diante de novos desafios sociais, reafirmando a sua relevância como prática educativa situada e transformadora.

A ausência de regulamentação formal no Brasil tem dificultado o avanço no reconhecimento institucional da ES como profissão. Mano e de Souza Rizzo (2021)

argumentam que uma regulamentação clara permitiria definir as responsabilidades e competências dos educadores sociais, além de melhorar significativamente as suas condições de trabalho e remuneração.

Compreender a trajetória, as influências e os desafios da ES são essenciais para fortalecer esse campo e promover a igualdade e o desenvolvimento social. A regulamentação da profissão, o investimento em pesquisas acadêmicas e a criação de políticas públicas são passos fundamentais para o fortalecimento da ES, como uma área de conhecimento e prática transformadora. Dar respaldo legal e criar orientações claras para o trabalho do educador social é essencial para que ele seja reconhecido de forma justa pelas instituições. Azevedo et al. (2017) salientam que, tanto em Portugal como no Brasil, ainda há lacunas na legislação que definam claramente o papel e a formação desses profissionais. A ausência de uma regulamentação unificada compromete a definição de competências essenciais à prática da ES.

A consolidação da ES como campo científico e profissional exige mais do que a regulamentação formal: requer investimento contínuo em formação qualificada, produção científica robusta e formulação de políticas públicas que respondam às transformações sociais em curso (Samagaio, 2006; Azevedo et al., 2017). Para manter a sua relevância, a ES precisa dialogar com as novas demandas do cenário contemporâneo, afirmando-se como prática educativa crítica, situada e comprometida com a justiça social. Apesar dos avanços institucionais, persistem, tanto em Portugal quanto no Brasil, lacunas legais que comprometem a definição de competências e dificultam a consolidação do papel profissional dos educadores sociais (Azevedo et al., 2017). Diante desse cenário, é imprescindível articular esforços entre universidade, sociedade civil e Estado, de modo a construir caminhos que confirmem maior clareza, reconhecimento e valorização de atuação desses profissionais, fortalecendo a ES como uma área legítima e respeitada.

Todavia, essa consolidação não será possível sem a atuação concreta dos educadores sociais, que traduzem esses princípios em práticas cotidianas nos territórios mais vulneráveis do Brasil. É sobre esse papel transformador, situado entre desafios estruturais e potencialidades emancipatórias, que nos debruçaremos a seguir, analisando como esses profissionais redefinem fronteiras entre educação formal e não formal, entre política e pedagogia.

2.1.1. O papel do educador social na sociedade brasileira

O educador social desempenha um papel essencial na promoção da inclusão, da cidadania ativa e do desenvolvimento comunitário, atuando como mediador entre sujeitos em situação de vulnerabilidade e os sistemas institucionais. No Brasil, entretanto, a regulamentação e profissionalização dessa função ainda enfrentam desafios significativos, como anteriormente explicitado. Como apontam Bauli e Müller (2020), a falta de exigência formal de nível superior e a indefinição legal contrastam com experiências internacionais onde a carreira já conta com trajetórias acadêmicas consolidadas, como em outros países.

A emergência do educador social no Brasil está intimamente ligada à militância social das décadas de 1980 e 1990, quando a luta por direitos e pela democratização impulsionou práticas educativas comprometidas com a justiça social. Essa origem ativista conferiu à ES um caráter transformador, mas também impôs desafios à sua institucionalização. A forte vinculação com o ativismo dificultou a construção de uma identidade profissional sólida, criando tensões entre reconhecimento formal e valorização das experiências práticas (Gohn, 2011).

Nas últimas décadas, a atuação dos educadores sociais expandiu-se para além de projetos comunitários, alcançando setores como o SUAS, medidas socioeducativas, hospitais, escolas e projetos culturais (Azevedo et al., 2017). Mas a falta de regras bem definidas sobre a formação e o papel do educador social ainda gera insegurança e dificulta a sua presença nas equipas profissionais. Ainda assim, a categorização genérica e a falta de normativas específicas mantêm o campo permeado por indefinições (Ferreira, 2017).

Essa indefinição contribui para a recorrente confusão entre o educador social e outras profissões do campo social, como o pedagogo e o assistente social. Apesar das interseções, as suas atuações diferenciam-se substancialmente. Enquanto o pedagogo concentra-se no ambiente escolar e o assistente social na gestão de políticas públicas e na defesa de direitos, o educador social opera em espaços não formais, desenvolvendo metodologias participativas voltadas à autonomia, mediação comunitária e fortalecimento de vínculos sociais (Gohn, 2011). O fortalecimento de políticas públicas específicas e de

diretrizes formativas claras é indispensável para consolidar essa identidade profissional e evitar sobreposições de funções.

Além de atuar em espaços não formais, o educador social desenvolve metodologias que valorizam a participação ativa dos sujeitos no seu próprio processo de aprendizagem e emancipação. Segundo Vieira et al. (2021), a sua atuação exige mais do que conhecimento técnico: pressupõe sensibilidade para compreender as dinâmicas sociais que atravessam a vida dos indivíduos atendidos. Essa abordagem dialógica e participativa constitui um dos principais diferenciais do campo, pois rompe com lógicas assistencialistas e posiciona o educador como um facilitador de processos de autonomia (Azevedo et al., 2017).

Esse papel mediador torna-se ainda mais evidente nas relações entre o poder público, a sociedade civil e as instituições nas quais o educador social atua. Azevedo et al. (2017) destacam que a sua intervenção não se limita à prestação de serviços, mas envolve a construção de redes de diálogo e compreensão entre os diferentes atores sociais. Para Gohn (2011), essa mediação ocorre em contextos diversos — escolas, comunidades, centros de acolhimento, unidades prisionais — e tem como objetivo central fortalecer a cidadania e combater desigualdades estruturais por meio de práticas socioeducativas enraizadas na realidade local.

Para que essa atuação seja eficaz, o educador social precisa desenvolver um conjunto de competências específicas que integram habilidades técnicas, éticas e relacionais. A empatia é fundamental para estabelecer vínculos de confiança e compreender as necessidades dos sujeitos, enquanto a criatividade e a resiliência permitem adaptar estratégias às realidades complexas e mutáveis (Vieira et al., 2021). A comunicação também se destaca como uma competência-chave, pois possibilita o diálogo com múltiplas redes de apoio e instituições. No entanto, se mal conduzida, pode gerar ruídos e comprometer o impacto das ações (Ujiie et al., 2009).

A ausência de regulamentação específica, contudo, dificulta a consolidação dessas competências em trajetórias formativas claras. Como apontam Bauli e Müller (2020), a categorização ampla do educador social na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a indefinição de exigências mínimas de formação comprometem tanto a profissionalização quanto a qualidade das intervenções. Pereira (2016) observa que,

enquanto em países como Portugal a ES está integrada no ensino superior, com currículos que articulam teoria e prática (Teixeira, 2021), no Brasil prevalece a ambiguidade quanto à exigência de nível de certificação, médio ou superior, refletindo-se diretamente na precarização e no reconhecimento limitado da profissão.

A formação do educador social é um dos principais desafios para a consolidação da profissão no Brasil. A indefinição legal sobre os requisitos mínimos de formação impacta diretamente a qualidade da atuação profissional, comprometendo a construção de percursos formativos sólidos e consistentes. Enquanto alguns especialistas defendem a criação de cursos superiores específicos no âmbito da ES, outros argumentam que a experiência prática e a inserção direta em contextos sociais devem ser o ponto de partida da formação (Azevedo, 2021). Essa tensão reflete-se em vínculos de trabalho frágeis, ausência de planos de carreira e alta rotatividade, o que compromete a continuidade e a eficácia das intervenções socioeducativas (Campos & Delgado, 2017). Segundo Azevedo et al. (2017), a regulamentação adequada traria maior segurança jurídica, ao passo que Ferreira (2017) destaca que a baixa remuneração e a escassez de incentivos desmotivam novos profissionais e fragilizam o campo.

O debate sobre a regulamentação da profissão ganhou força em 2015, com a apresentação de um projeto de lei que propunha a exigência de ensino médio como requisito mínimo para o exercício da função. Essa proposta gerou controvérsias, principalmente entre profissionais com formação superior, que a consideraram um retrocesso na valorização da área (Câmara dos Deputados, s.d.). Embora a tramitação legislativa não tenha avançado, esse episódio mostrou o quanto é urgente criar regras claras que protejam e valorizem quem atua nessa profissão. (Bauli & Müller, 2020).

Diante dos desafios contemporâneos, a valorização do educador social é fundamental para que a sua atuação contribua efetivamente com a transformação social. Mais do que uma ocupação técnica, trata-se de uma prática comprometida com os direitos humanos, a equidade e o fortalecimento comunitário. Segundo Azevedo et al. (2017), investir na consolidação dessa profissão não apenas garante a sua permanência no campo das políticas públicas, mas amplia a sua capacidade de produzir impactos concretos e duradouros na vida dos sujeitos historicamente marginalizados.

As políticas públicas desempenham um papel estratégico na definição do campo de atuação do educador social, influenciando diretamente as condições de trabalho, as oportunidades de formação e os marcos de regulamentação. Quando articuladas a estruturas institucionais sólidas, essas políticas ampliam o alcance da ES e garantem maior reconhecimento à profissão (Pereira, 2016).

Um dos principais desafios enfrentados por esses profissionais é a necessidade de articulação com diferentes setores das políticas públicas. Para Teixeira (2021), a efetividade da atuação do educador social depende da sua capacidade de dialogar com as redes de proteção social, educação, saúde e assistência social. Essa transversalidade exige uma formação contínua, capaz de desenvolver competências interdisciplinares e estratégias de intervenção inovadoras e sensíveis às especificidades de cada território.

Em países como Portugal e Espanha, como se deu conta anteriormente, a regulamentação da ES é uma realidade consolidada, baseada em formações superiores específicas e em marcos legais que definem com clareza as competências e atribuições profissionais (Teixeira, 2021). Esses modelos demonstram que trajetórias institucionalizadas garantem maior valorização da carreira, fortalecem a identidade profissional e elevam a qualidade dos serviços prestados. Tais experiências internacionais não devem ser simplesmente replicadas, mas analisadas criticamente como referências para a construção de caminhos viáveis no contexto brasileiro, com base nas realidades locais e no compromisso com a justiça social.

2.1.2. O educador social noutros territórios

Embora este capítulo tenha como foco o contexto brasileiro, compreender o papel do educador social a partir de uma perspectiva internacional permite ampliar o olhar sobre a profissão e identificar práticas e modelos formativos que podem inspirar o fortalecimento da ES no Brasil. Em diversos países europeus, como Alemanha, Espanha e França, o educador social é uma figura profissional consolidada, com formação superior obrigatória e atuação regulamentada em políticas públicas sociais. Na Alemanha, por exemplo, a formação em *Sozialpädagogik* é fortemente institucionalizada e ligada a áreas como juventude, educação comunitária e saúde mental. Na Espanha, a figura do *educador*

social está inserida em diversos dispositivos legais e atua em campos como a reintegração de jovens, mediação intercultural e apoio a populações em risco. Já na França, os *éducateurs spécialisés* recebem formação em instituições superiores especializadas e desenvolvem atividades em centros de acolhimento, instituições de saúde mental e programas de reabilitação, conforme discutido por Machado e Machado (2011) e Campos e Delgado (2017).

Na América Latina, países como Argentina e Uruguai também reconhecem o educador social como ator estratégico das políticas de inclusão. No Uruguai, a profissão está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, o que assegura maior articulação com programas governamentais e estabilidade institucional. Na Argentina, embora o campo ainda esteja em consolidação, há experiências significativas em programas territoriais de formação comunitária, voltados para a população empobrecida e com foco na pedagogia crítica (Natali, 2016; de Souza, 2023). Nessas experiências, a ES ocupa um lugar de mediação entre o Estado e os cidadãos, com ênfase na construção coletiva de soluções em contextos de vulnerabilidade.

Esses modelos evidenciam que, embora os dilemas sobre identidade profissional, reconhecimento institucional e formação sejam comuns a diferentes países, alguns contextos têm avançado em diretrizes mais estáveis e coerentes. Teixeira (2021) e Pappámikail e Delgado (2021) apontam que o Brasil pode beneficiar-se desses exemplos não como modelos prontos a serem importados, mas como referências que ajudem a construir um percurso nacional com base na sua realidade social e política. A institucionalização da profissão nesses países apoia-se em currículos integrados, articulação com políticas públicas e reconhecimento da especificidade da intervenção socioeducativa.

A consolidação da ES no mundo ocidental não pode ser compreendida apenas como um processo técnico ou institucional, mas como uma construção política marcada por disputas de sentidos sobre inclusão, controle, emancipação e cidadania. Como afirmam Gohn (2011) e Teixeira (2021), o educador social é permanentemente tensionado entre práticas libertadoras e funções normativas, especialmente em contextos em que políticas públicas operam de forma contraditória — ora promovendo a justiça social, ora reforçando desigualdades estruturais. Nesse sentido, compreender os modelos de outros

países exige também uma leitura crítica das suas bases ideológicas, evitando idealizações e reconhecendo que toda a regulamentação carrega implicações éticas, culturais, políticas e históricas. Esse olhar permite ao Brasil não apenas adaptar boas práticas, mas também reafirmar uma ES comprometida com os princípios da pedagogia crítica latino-americana.

Além disso, o fortalecimento da profissão nesses contextos está diretamente ligado à formação continuada/avançada. A experiência internacional demonstra que a atualização constante do educador social é fundamental para lidar com as transformações sociais e responder às demandas emergentes de forma ética, técnica e inovadora. No Brasil, essa dimensão também tem sido apontada como estratégica para consolidar a identidade profissional. Para Vieira et al. (2021), o educador social deve ser um eterno aprendiz, capaz de articular saberes técnicos com a experiência prática e com o diálogo com outros profissionais. Isso implica investir em espaços de experimentação, programas formativos de longo prazo e políticas públicas que incentivem o desenvolvimento permanente desse agente educativo (Gohn, 2011).

A análise dessas experiências internacionais reforça que o reconhecimento da ES como profissão autônoma exige mais do que regulamentação formal. É preciso construir políticas que respeitem as particularidades territoriais, garantam condições dignas de trabalho e reconheçam o educador social como agente essencial na articulação entre educação, justiça social e cidadania (Pappámikail & Delgado, 2021; Teixeira, 2021). O percurso internacional não deve ser entendido como um padrão a ser copiado, mas como um espelho crítico que contribua para pensar o papel desse profissional numa sociedade profundamente marcada por desigualdades (Campos & Delgado, 2017). Assim, compreender o educador social noutros países, de diferentes continentes, é também um exercício de reinvenção da profissão no Brasil.

2.2. Educadores sociais, um grupo profissional

A profissionalização dos educadores sociais tem sido um tema recorrente nos debates sobre a consolidação da ES, especialmente no que se refere à regulamentação, à formação e ao reconhecimento institucional. Em diversos países, como Portugal e Espanha, a profissão apresenta parâmetros mais definidos, enquanto no Brasil o percurso

ainda é marcado por lacunas legais e disputas de identidade (Pappámikail & Delgado, 2021; Teixeira, 2021). A construção da identidade profissional do educador social envolve a articulação entre formação teórica, experiência prática e reconhecimento social, atravessada por ambiguidades que a diferenciam de outras profissões do campo social, como a pedagogia e o serviço social (Bauli & Müller, 2020). Essa indefinição gera impactos diretos na legitimidade da profissão e nas possibilidades de progressão na carreira, dificultando a consolidação de um grupo ocupacional coeso.

A atividade ocupacional dos educadores sociais no Brasil tem raízes nos movimentos sociais das décadas de 1950 e 1960 e, atualmente, esses profissionais desempenham um papel essencial na execução de políticas públicas, especialmente na área da Assistência Social. No entanto, a sua atuação ainda carece de integração efetiva nas estruturas institucionais, o que limita o pleno aproveitamento das suas competências no campo das políticas sociais. Conforme Dias (2018), um dos maiores desafios é o reconhecimento da natureza profissional do trabalho do educador social, muitas vezes confundido com ações voluntárias ou filantrópicas, o que fragiliza a sua legitimidade pública.

Mesmo sem uma regulamentação formal, muitos educadores sociais atuam em diferentes frentes, especialmente no terceiro setor, onde os vínculos de trabalho costumam ser instáveis e a valorização profissional ainda é limitada (Teixeira, 2008; Bauli & Müller, 2020). A falta de reconhecimento compromete a definição de papéis, a segurança no emprego e o acesso a direitos trabalhistas (Ferreira, 2017). Diante desse cenário, surgem iniciativas coletivas que buscam defender a profissão e garantir condições mais justas, como redes de apoio, fóruns e associações locais.

Segundo Dias (2018), a ausência de exigências formais de formação superior contribui para a indefinição das atividades desempenhadas pelos educadores sociais e reforça a sua desvalorização frente a outras profissões do campo social, como o serviço social, a psicologia e a pedagogia. Por um lado, defende-se uma estruturação legal da profissão, com critérios de formação e direitos claramente estabelecidos; por outro, há resistência à imposição de normas rígidas que poderiam excluir trabalhadores que já atuam no campo, especialmente aqueles oriundos dos movimentos sociais e do terceiro setor (Bauli & Müller, 2020).

A precarização das condições de trabalho representa um dos maiores obstáculos à consolidação dos educadores sociais como um grupo profissional valorizado. Atuando em contextos de vulnerabilidade, esses profissionais enfrentam rotinas marcadas por exclusão, violência e desigualdades sociais, sem o devido suporte institucional. Segundo Dias (2018), a ausência de reconhecimento formal, associada à falta de políticas públicas voltadas à valorização da categoria, leva muitos educadores sociais a exercerem as suas funções em condições adversas, com baixos salários, jornadas excessivas e acesso limitado a formação continuada e avançada. Essa realidade compromete não apenas a qualidade das ações socioeducativas, mas também a saúde mental e a permanência desses profissionais no campo, agravando a rotatividade e dificultando a construção de vínculos com as comunidades atendidas. Ainda segundo a autora, embora a identidade do educador social seja distinta da dos educadores populares, ambas compartilham lutas comuns por melhores condições de trabalho, reconhecimento institucional e políticas de proteção à sua atuação.

A identidade profissional do educador social permanece como um campo em disputa, influenciada por diferentes perspectivas teóricas e práticas. Enquanto algumas abordagens enfatizam a sua dimensão pedagógica, aproximando-a da educação formal, outras destacam o seu caráter interventivo e comunitário, evidenciando o seu papel como mediador e agente de transformação social (Machado & Machado, 2011). Essa multiplicidade de interpretações amplia as possibilidades de atuação, mas também impõe desafios, é importante que a formação esteja alinhada com a prática e o papel do educador social esteja bem definido.

Diante desse cenário, a luta pelo reconhecimento dos educadores sociais no Brasil passa necessariamente pelo fortalecimento da sua identidade profissional e pela consolidação de um campo de atuação institucionalizado. Como destaca Dias (2018), a desvalorização da categoria profissional decorre tanto da ausência de políticas públicas consistentes quanto da limitada compreensão social sobre a importância estratégica do seu trabalho. Ampliar os debates sobre a regulamentação, a formação e as condições laborais é essencial para garantir o reconhecimento dessa profissão como parte integrante das políticas de inclusão e justiça social. Somente com estruturas legais, institucionais e formativas sólidas será possível consolidar os educadores sociais como agentes

fundamentais na construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e humanizadora.

2.2.1. Processos de profissionalização

A profissionalização dos educadores sociais é um tema central nas discussões sobre a consolidação da sua identidade profissional. Esse processo, à semelhança de outras profissões, envolve múltiplos fatores, como a formação acadêmica, a regulamentação da profissão, o associativismo profissional e a autonomia dos trabalhadores da área (Rodrigues, 2012). A definição clara do campo de atuação dos educadores sociais e a sua valorização enquanto categoria profissional estão diretamente ligadas ao reconhecimento formal e à padronização das práticas no Brasil e em outros países.

A formação acadêmica constitui um dos pilares centrais da profissionalização dos educadores sociais, pois estrutura o campo de saber, legitima socialmente a profissão e assegura a sua inserção em políticas públicas. Em Portugal, essa consolidação já se manifesta em cursos superiores específicos, com currículos articulados e corpo docente qualificado, o que fortalece a identidade profissional e amplia o reconhecimento político da categoria (Campos & Delgado, 2017). No Brasil, contudo, o percurso formativo é marcado por heterogeneidade e a falta de um caminho comum na formação ainda dificulta o reconhecimento do educador social como um profissional com identidade própria, com formações que variam entre cursos técnicos, de extensão e, mais recentemente, graduações emergentes (Ferreira, 2017). Essa disparidade compromete a construção de uma identidade profissional coesa, dificulta a inserção em concursos e carreiras públicas e reduz a capacidade de atuação articulada dos educadores sociais no campo socioeducativo.

O debate sobre a regulamentação da profissão de educador social no Brasil envolve diferentes setores da sociedade e do poder público, refletindo tensões sobre os caminhos para consolidar esse campo de atuação. A inclusão da ocupação na CBO, em 2009, representou um passo simbólico importante, como referido anteriormente, mas com efeitos práticos limitados, já que se trata de um instrumento de natureza administrativa,

sem força normativa para assegurar direitos ou valorização salarial (Vieira et al., 2021). A ausência de um marco legal claro fragiliza a segurança jurídica dos profissionais e das instituições em que atuam, dificultando a consolidação de uma identidade ocupacional estável. Como observam Pappámikail e Delgado (2021), a falta de consenso sobre os parâmetros da regulamentação — entre a valorização da experiência de base e a exigência de formação superior — constitui um dos maiores entraves à construção de um modelo unificado que respeite a diversidade da ES no Brasil.

A construção da identidade profissional dos educadores sociais pode ser compreendida à luz da Sociologia das Profissões, que analisa os processos de legitimação de grupos ocupacionais. Segundo Evetts (2006), a profissionalização não se resume à aquisição de competências técnicas, mas implica também o reconhecimento público da profissão como socialmente necessária e confiável. Nesse sentido, Rodrigues (2012) sintetizando as principais correntes teóricas da área, enfatiza que a consolidação de uma profissão exige a articulação de três dimensões: formação especializada, regulamentação legal e existência de órgãos representativos que defendam os interesses da categoria. No campo da ES, essas estruturas continuam em desenvolvimento, o que torna o processo de profissionalização instável e sujeito a disputas quanto à sua definição e autonomia.

Nesse contexto, o associativismo profissional e a articulação coletiva tornam-se estratégias fundamentais para fortalecer a identidade e a autonomia dos educadores sociais. Iniciativas como o Comitê de Pesquisa Sociologia das Ocupações e Profissões (CP25), vinculado à Sociedade Brasileira de Sociologia, têm promovido debates relevantes sobre os processos de reconhecimento e inserção das ocupações no Brasil, com destaque para a ES (Evetts, 2006).

Esses espaços não apenas ampliam a visibilidade da profissão, mas também contribuem para a construção de referenciais teóricos e políticos que orientam a sua consolidação como campo de conhecimento e prática profissionais. Como destacam Da Glória et al. (2017), ao analisar as relações entre ocupações e desigualdades sociais, o CP25 evidencia a importância de integrar os educadores sociais em redes de pesquisa e de representação que fortaleçam a sua legitimidade institucional.

Diante desse panorama, a profissionalização da ES deve ser compreendida, como o fortalecimento das redes de apoio, da formação continuada e das organizações

representativas da categoria. A ausência de reconhecimento institucional, aliada à indefinição de atribuições e lacunas formativas, contribui para a desvalorização do trabalho desses profissionais e dificulta a sua inserção qualificada em políticas públicas. Como apontam Dias (2018) e Da Glória et al. (2017), o avanço da profissionalização exige não apenas marcos legais e acadêmicos, mas também a construção de uma identidade coletiva articulada com os princípios da justiça social. Ampliar os debates sobre a regulamentação e assegurar condições dignas de trabalho são passos fundamentais para consolidar a presença dos educadores sociais como agentes essenciais na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Em síntese, a atuação do educador social no Brasil enfrenta desafios estruturais por um lado; por outro, a carência de diretrizes bem estabelecidas que orientem a prática profissional; por outro lado, a insuficiência de investigação sistemática capaz de englobar toda a complexidade desse trabalho. Embora a ES seja amplamente reconhecida como importante mecanismo de transformação em contextos de vulnerabilidade, a profissão ainda carece tanto de uma delimitação conceptual precisa, quanto de um devido reconhecimento por parte das instituições (Azevedo et al., 2017; Ferreira, 2017). Essa indefinição reflete uma contradição: mesmo sendo fundamental na luta contra as desigualdades, o campo opera à margem de regulamentações que garantam valorização profissional. Como destaca Gohn (2011), a origem militante da categoria explica o seu caráter emancipador, mas também a sua dificuldade de institucionalização.

Apesar da inclusão do educador social na CBO em 2009, persistem problemas estruturais que dificultam o fortalecimento da identidade profissional. A falta de definição clara das competências, a não exigência de formação específica e as condições de trabalho precárias seguem como entraves importantes à valorização da profissão (Bauli & Müller, 2020). Essa ambiguidade gera confusão com outras áreas como o Serviço Social e a Pedagogia, e obscurece a especificidade ética e metodológica da prática educativa social (Pereira, 2016; Vieira et al., 2021).

Na prática, a inserção desses profissionais em programas como o SUAS e o SCFV acontece de forma desigual, com vínculos laborais frágeis e critérios pouco transparentes (Campos & Delgado, 2017). Paralelamente, os educadores sociais têm usado as redes sociais para reivindicar direitos, mas essas mobilizações, embora legítimas, não se

traduzem (ainda) em mudanças estruturais (Mano & de Souza Rizzo, 2021). Esse cenário levanta a questão central desta pesquisa: **Como a atuação do educador social tem sido descrita e analisada no Brasil?**

O objetivo principal da presente investigação pretende mapear os discursos que constroem (ou dificultam) a identidade dessa profissão, entendendo os entraves à sua regulamentação. A problemática, portanto, reside na tensão entre uma prática profissional necessária e urgente e a falta de bases normativas e científicas que a sustentem e legitimem enquanto tal. Como argumentam Azevedo (2021) e Samagaio (2006), o futuro da ES depende da articulação entre academia, saberes práticos e políticas públicas. É nesse espaço de disputas e possibilidades que esta pesquisa se insere, buscando fortalecer a ES como campo profissional crítico e transformador.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

| " | | " |

3.1. Desenho do estudo

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em duas estratégias metodológicas distintas e complementares: a análise documental nacional e a análise da produção acadêmica internacional.

A análise nacional concentrou-se em fontes institucionais, normativas e acadêmicas não indexadas, incluindo leis, portarias, pareceres técnicos, diretrizes curriculares, relatórios de entidades públicas e privadas, além de literatura cinzenta, dissertações e artigos de eventos científicos. Essa estratégia teve como objetivo mapear as manifestações públicas, políticas e práticas em torno da profissão de educador social no Brasil, considerando as dinâmicas sociais e institucionais que influenciam sua regulamentação, formação e reconhecimento. Conforme Junior et al. (2021), a análise documental permite identificar padrões e tendências em documentos oficiais e institucionais, sendo especialmente valiosa em contextos qualitativos. Diferencia-se da pesquisa bibliográfica por recorrer a fontes que, embora relevantes, não seguem necessariamente os critérios formais de publicação científica.

Paralelamente, foi conduzida uma análise da produção acadêmica internacional, com base na metodologia de revisão de escopo proposta pelo Joanna Briggs Institute (JBI), conforme diretrizes de Aromataris e Munn (2020). Essa etapa teve como finalidade sistematizar o conhecimento científico publicado em bases reconhecidas (como ERIC, Scopus e SciELO) nos últimos dez anos, a respeito da atuação, formação e profissionalização do educador social em contextos geográficos diversos. Foram considerados artigos científicos, livros, teses e dissertações que atendessem aos critérios estabelecidos com base na estratégia PCC (População, Conceito e Contexto), assegurando o rigor na seleção, análise e síntese dos dados.

O recorte temporal de 2014 a 2024 justifica-se pela intensificação dos debates públicos sobre a regulamentação da profissão no Brasil, além da emergência de políticas voltadas à educação não formal e à proteção social (Natali & Bauli, 2016). Essa delimitação orientou a busca por evidências empíricas e reflexões teóricas capazes de contribuir para uma leitura crítica do campo da ES.

Ao conjugar essas duas estratégias, uma centrada na realidade brasileira e outra voltada à produção acadêmica internacional, o estudo buscou dialogar com diferentes escalas de construção e reconhecimento da profissão de educador social. Esse desenho metodológico permitiu integrar práticas, discursos e experiências, ampliando a compreensão sobre os desafios e potencialidades da consolidação da ES como campo profissional e científico.

3.2. Análise Documental: técnicas de recolha e fontes de dados

As técnicas de recolha de dados foram organizadas segundo as duas frentes analíticas definidas neste estudo: (1) a análise documental nacional, voltada ao contexto do Brasil, e (2) a análise da produção acadêmica internacional, voltada à sistematização de estudos científicos publicados globalmente. Cada frente exigiu fontes, critérios e ferramentas próprios, os quais são detalhados nas seções seguintes.

Neste estudo, adotou-se como principal técnica de investigação a análise documental, a partir de fontes públicas e institucionais relevantes. Foram considerados documentos legais, relatórios técnicos, planos de formação e manifestações produzidas por coletivos ligados à ES. Essa escolha metodológica dialoga com a abordagem qualitativa adotada e busca lançar luz sobre os processos de construção identitária, de legitimação e de atuação profissional dos educadores sociais no Brasil e em outros contextos.

A escolha das técnicas de recolha de dados determina a validade e confiabilidade das informações obtidas ao longo da investigação (Creswell & Clark, 2015). No campo da ES, a metodologia de pesquisa deve contemplar abordagens que permitam, além da análise documental, também uma compreensão mais profunda da realidade profissional dos educadores sociais (Natali & Bauli, 2016).

Essa fase da pesquisa documental envolveu a seleção e análise de documentos normativos e institucionais. Para captação da percepção profissional, os meios de interações em espaços digitais e redes profissionais no cenário do educador social brasileiro foram consultados. Dessa forma, a escolha desses documentos e canais seguiu critérios de pertinência ao objeto de estudo, atualidade e relevância política e institucional.

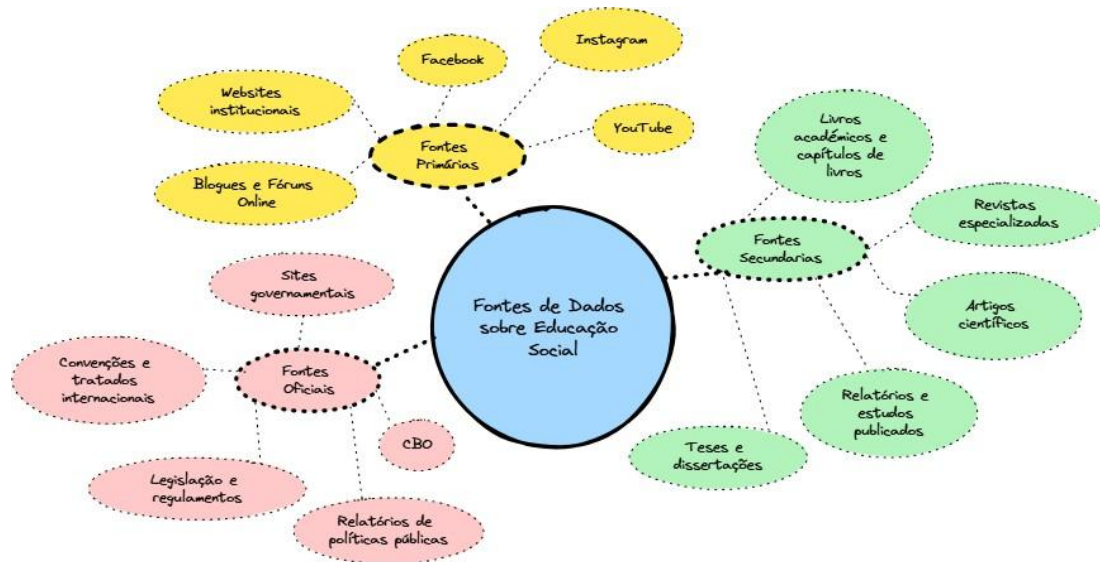
Para a seleção e organização dos dados científicos, recorreu-se a técnicas de revisão qualitativa, seguindo as diretrizes metodológicas do JBI, que orientam a condução de revisões rigorosas, transparentes e reprodutíveis, especialmente em contextos que envolvem evidências qualitativas (Aromataris & Munn, 2020).

Ferramentas tecnológicas especializadas que auxiliam na identificação, categorização e análise de publicações relevantes (Creswell & Clark, 2015) foram utilizadas e serão descritas nas secções a seguir. Além disso, estratégias de pesquisa exploratória foram aplicadas, incluindo a consulta a repositórios institucionais, plataformas digitais e redes sociais, de modo a ampliar a compreensão sobre a atuação e os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil (Mano & de Souza, 2021).

A definição das fontes de dados é um aspeto determinante para garantir a validade e a profundidade da análise em pesquisas qualitativas. Segundo Creswell e Clark (2015), a triangulação de diferentes fontes permite ampliar a compreensão sobre o fenómeno estudado, promovendo uma abordagem mais completa e integrada. No contexto da ES, onde a regulamentação e a identidade profissional dos educadores sociais ainda carecem de estrutura consolidada, a análise documental se apresenta como um método essencial para acessar informações diretas sobre a atuação desses profissionais e compreender as dinâmicas que permeiam o campo.

Conforme apontado por Natali e Bauli (2016), a ES no Brasil é um campo fragmentado, cuja organização profissional ainda se encontra em construção. Assim, utilizar fontes documentais dinâmicas permite capturar tanto a produção académica consolidada quanto o panorama atual da atuação prática dos educadores sociais. As fontes de dados utilizadas nesta pesquisa foram organizadas em três categorias principais e são demonstrados na figura 1.

Figura 1 – Classificação das fontes documentais utilizadas no estudo



A presente figura sintetiza as fontes utilizadas para a coleta de dados neste estudo, categorizando-as em fontes primárias, secundárias e oficiais. Essa organização visual permite uma compreensão clara e estruturada dos materiais estudados, destacando a diversidade de recursos empregados na investigação da ES no Brasil.

Os documentos institucionais e oficiais foram fundamentais no fornecimento de informações sobre políticas públicas, diretrizes normativas e dados estatísticos. Para isso, foram consultadas páginas de organizações nacionais e internacionais, como UNESCO, UNICEF e APTSES, além de portais governamentais (como o site do Planalto no Brasil), secretarias públicas e a Câmara dos Deputados, que disponibilizam informações sobre a regulamentação e atuação do educador social.

A análise documental concentrou-se principalmente em fontes primárias digitais, uma vez que elas oferecem um retrato atualizado e dinâmico da atuação dos educadores sociais. No entanto, as fontes secundárias e oficiais foram fundamentais para conferir revisão e rigor metodológico, conforme apontado por Mano e de Souza Rizzo (2021). A conexão entre pesquisas acadêmicas e percepções dos profissionais da área é indispensável para a formulação de diretrizes que contribuam para o fortalecimento da regulamentação da profissão.

Além disso, para garantir a confiabilidade das fontes utilizadas, foram adotados

critérios de seleção, como a legitimidade das páginas consultadas, a recorrência dos temas envolvidos e o cruzamento das informações com publicações acadêmicas e normativas oficiais.

3.2.1. Ferramentas digitais aplicadas à análise documental

A utilização de ferramentas digitais e tecnológicas constituiu-se como um elemento central no desenvolvimento desta investigação, não apenas enquanto instrumentos auxiliares, mas como mediadores do próprio processo de construção do conhecimento. A diversidade das fontes consultadas, o volume de informação recolhido e a natureza qualitativa da pesquisa exigiram uma abordagem metodológica apoiada em softwares e plataformas capazes de facilitar a organização, sistematização, análise e interpretação dos dados (Falcade et al., 2019). Neste sentido, a integração entre metodologia e software é essencial para potenciar a análise qualitativa, uma vez que estas ferramentas permitem operacionalizar os métodos de investigação, assegurando maior rigor, coerência e transparência no tratamento dos dados empíricos (Tisdell et al. 2025).

Uma das principais ferramentas utilizadas foi a plataforma Research Rabbit, desenvolvida em 2021, que se destaca por seu funcionamento baseado em inteligência artificial. Essa plataforma permite mapear conexões entre artigos científicos, autores, palavras-chave e áreas de conhecimento, favorecendo uma visualização dinâmica e interativa da produção científica existente. Conforme destacado por Cole e Boutet (2023), a Research Rabbit facilita a identificação de lacunas na literatura e a construção de redes temáticas, o que se revelou especialmente útil no contexto desta investigação, uma vez que a área da ES no Brasil é ainda fragmentada e carente de sistematizações sólidas.

Outra ferramenta central no processo de análise foi o Google NotebookLM, lançado em 2024. Esta aplicação utiliza recursos de inteligência artificial para transformar documentos longos e complexos em materiais educativos acessíveis, como perguntas frequentes, resumos, podcasts e mapas conceituais. Embora a sua finalidade original esteja voltada à educação, a sua aplicabilidade na pesquisa qualitativa

revelou-se altamente eficaz (Bryda & Pedro Costa, 2024). O NotebookLM auxilia não só na economia de tempo, mas também na aprendizagem ativa e no desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre os tópicos examinados.

No âmbito desta investigação, o NotebookLM foi utilizado para analisar documentos históricos, artigos longos e relatórios técnicos. A ferramenta auxiliou na extração de conceitos-chave, na identificação de repetições temáticas e na formulação de sínteses parciais que, posteriormente, foram criticamente revistas e ajustadas à luz do quadro teórico. Este uso estratégico do NotebookLM permitiu uma imersão mais produtiva e estruturada nos conteúdos, organizando-os por relevância e facilitando a categorização dos dados. Ferramentas como o Google Docs também foi utilizada como espaço de organização e anotação das leituras, permitindo registrar comentários analíticos e citações, o que facilitou a construção teórica da dissertação. Esta ferramenta demonstrou ser eficaz na sistematização e partilha de informações, como destacado por Carilli et al. (2023).

O Excalidraw foi utilizado nesta investigação como ferramenta para a construção do mapa mental que orientou a estrutura do estudo. Através da sua interface simples e intuitiva, que simula um quadro branco com desenho manual, foi possível organizar visualmente as ideias, categorias analíticas e interligações temáticas emergentes ao longo da pesquisa. Esta representação gráfica facilitou a sistematização dos conteúdos, contribuindo para o planeamento lógico dos capítulos e a articulação entre os objetivos, a problemática e os eixos teóricos abordados. Embora não seja uma ferramenta de análise de dados em sentido estrito, o Excalidraw mostrou-se eficaz como instrumento de apoio à organização do pensamento investigativo, promovendo uma visão geral e dinâmica da estrutura da dissertação (Excalidraw, n.d.).

Foi adotada uma tabela de análise documental, construída no Excel, onde foram inseridas informações fundamentais. Os campos incluíam: país/local de estudo, referência completa, ano de publicação, instituição responsável, temática abordada, gênero do documento, observações relevantes, decisão final (inclusão ou exclusão) e justificativa para essa decisão. Esta tabela foi utilizada como instrumento de apoio à triangulação entre diferentes fontes (académicas, digitais e institucionais) e serviu de base para o processo de categorização e análise qualitativa dos dados documentais.

Importa destacar que todas as ferramentas descritas nesta seção foram utilizadas exclusivamente no contexto da análise documental, correspondente ao conjunto de fontes institucionais, coletivas e digitais examinadas na etapa anterior. As estratégias adotadas para a análise da produção acadêmica, por sua vez, serão detalhadas separadamente na seção seguinte, com base em procedimentos específicos de busca, triagem e síntese de estudos científicos.

3.2.2. Critérios éticos

Esta investigação pautou-se pelos princípios éticos fundamentais da pesquisa qualitativa, conforme as diretrizes do Código de Conduta Ética na Investigação do Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais (CIED, 2018), com especial atenção aos desafios colocados pela recolha de dados digitais e observação de interações em ambientes virtuais. Para além do cumprimento das normas formais como o anonimato, a transparência metodológica, o respeito pela privacidade e a supressão de metadados (Flick, 2022), que não apenas protegeu os participantes como eliminou interferências na análise, o compromisso ético materializou-se numa interpretação rigorosa dos dados para uma, assegurando que a produção de conhecimento fosse não apenas cientificamente válida mas também socialmente responsável perante os educadores sociais estudados.

A recolha de dados decorreu em ambientes digitais (redes sociais, websites institucionais) e documentos públicos, obedecendo a critérios de ética digital estabelecidos na literatura (Eynon et al., 2017). Para garantir a proteção dos sujeitos, limitou-se a análise a conteúdos de acesso público e a grupos virtuais, em plataformas como WhatsApp e Facebook, a investigadora assumiu uma postura transparente, divulgando os objetivos da pesquisa e o seu papel, conforme recomendado por Sellers et al. (2020) no seu estudo sobre noções de especialismo em comités de ética que avaliam pesquisas com *médias sociais*.

Para garantir o anonimato, recorreu-se a pseudónimos e à supressão de metadados em imagens ou textos extraídos de redes sociais, seguindo protocolos de anonimização digital (Flick, 2022). Embora os dados fossem públicos, a análise

focou-se em padrões discursivos coletivos, evitando a exposição de casos individuais. Quanto aos direitos autorais, privilegiaram-se fontes com licenças abertas e citou-se a origem de todos os materiais, incluindo postagens em redes sociais, uma exigência ética frequentemente negligenciada em pesquisas digitais (Markham et al., 2012).

Estas medidas, inspiradas no conceito de 'ética da reciprocidade' de Flick (2022), visam transformar o conhecimento produzido em ferramenta de emancipação, ultrapassando o mero cumprimento burocrático de normas.

3.2.3. Análise Documental: procedimentos

Esta subseção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na análise documental de caráter nacional, cujo foco esteve voltado à realidade brasileira. Foram examinados documentos normativos, pareceres técnicos, legislações, relatórios institucionais, literatura cinzenta, produções acadêmicas não indexadas e conteúdos digitais de relevância pública. O objetivo foi mapear e compreender como a profissão de educador social vem sendo representada, debatida e construída em múltiplas esferas no Brasil. A seleção e análise desses materiais buscou identificar padrões discursivos, marcos legais, demandas sociais e estratégias de legitimação profissional, constituindo-se como uma etapa essencial para a compreensão do contexto nacional.

A análise documental permite a obtenção de informações já registradas, sendo particularmente útil em estudos exploratórios e descritivos, conforme indica dos Santos (2012). Esta técnica de análise permite ainda o levantamento de dados sobre um determinado fenômeno e a identificação de padrões e discursos estruturantes, sendo um método essencial para temas em construção como este.

Para a certificação e sustentação de que as fontes analisadas são adequadas, atualizadas e representativas do tema investigado um processo organizado em três etapas foi seguido: (1) pré-análise, com leitura flutuante e organização do corpus documental; (2) exploração do material, com codificação e categorização das informações; e (3) extração e tratamento dos resultados, com interpretação à luz do referencial teórico adotado.

Após a etapa de seleção, os documentos considerados pertinentes ao objeto da pesquisa foram organizados sistematicamente num banco de dados construído para esse fim. A base incluiu metadados essenciais, tais como o título do documento, autoria ou instituição responsável, data de publicação, tipo documental e uma breve descrição do conteúdo. Essa organização inicial permitiu uma visão panorâmica do corpus e facilitou a gestão e recuperação das informações durante as fases subsequentes de análise.

A leitura dos documentos seguiu um percurso metodológico estruturado em três etapas complementares. A primeira consistiu na leitura flutuante, voltada ao reconhecimento inicial dos conteúdos e à familiarização com os temas abordados. Em seguida, procedeu-se à leitura seletiva, momento no qual foram identificados os trechos mais relevantes e diretamente relacionados ao problema de pesquisa. Por fim, realizou-se a leitura analítica, com foco na extração de unidades de sentido e na preparação do material para a categorização e interpretação. Esse processo garantiu o aprofundamento gradual na compreensão dos conteúdos e viabilizou uma análise crítica mais refinada.

3.2.4. Critérios adotados na seleção documental

A escolha dos documentos a serem analisados nesta etapa inicial do estudo foi realizada de maneira ordenada, baseada em critérios específicos de inclusão e exclusão. Aspectos como a autenticidade, contemporaneidade e acessibilidade dos materiais foram considerados, sempre enfatizando a sua relevância para o tema estudado. Relativamente aos conteúdos digitais, foram adotados critérios de credibilidade e relevância, dando preferência a páginas e perfis de educadores sociais, coletivos especializados e entidades com reconhecimento na área. Esta abordagem metodológica é atualizada pela literatura, que destaca uma importância da análise crítica das fontes e da combinação de informações para garantir a confiabilidade e a clareza da análise documental (Junior et al., 2021).

Por sua vez, a fase de inclusão dos documentos foi orientada pela sua relevância para o campo da ES, com ênfase em publicações dos últimos dez anos, a fim de garantir a atualidade das informações. Contudo, documentos clássicos e fundamentais

considerados para o enquadramento teórico foram igualmente integrados, independentemente da sua data de publicação. A seleção priorizou materiais produzidos por pesquisadores, profissionais da área ou instituições de referência, incluindo diversos formatos de informação, como arquivos em PDF, planilhas, vídeos, áudios e publicações em HTML.

Cada tipo de conteúdo foi tratado conforme as suas especificidades, respeitando-se tanto a integridade das fontes quanto as características dos suportes utilizados. Foram excluídas fontes sem autoria identificável, com origem não verificável ou cujo conteúdo apresentava forte viés opinativo sem sustentação metodológica. Esta conduta metodológica encontra suporte em autores como Silva e Fossá (2015), que defendem a importância de critérios rigorosos na seleção de dados, de modo a assegurar a validade e a confiabilidade da análise qualitativa.

Conforme argumentam Yin (2017) e Mano e de Souza Rizzo (2021), a combinação de fontes documentais com dados digitais fortalece a coerência analítica, pois permite comparar a produção científica com percepções e debates em espaços sociais, ampliando o alcance da investigação. Dado o caráter dinâmico e socialmente debatido da ES, a pesquisa também incluiu fontes digitais, como redes sociais, blogs e fóruns especializados. Foram analisadas publicações e interações em Facebook, Instagram e YouTube, garantindo que os conteúdos utilizados refletissem discussões reais sobre a profissão e os seus desafios.

A partir da busca transversal realizada na fase 2, a exploração dos dados teve como objetivo assegurar a confiabilidade das fontes consultadas. Para isso, foram definidos critérios como a origem do conteúdo, a recorrência das informações e a consistência dos dados, analisados por meio do cruzamento entre múltiplos documentos. A codificação dos dados foi conduzida de forma sistemática, a partir da leitura flutuante e da extração de unidades de sentido, organizadas segundo categorias temáticas previamente definidas. De acordo com Bowen (2009), a análise documental em investigações qualitativas envolve não apenas a leitura e interpretação dos textos, mas também a identificação de padrões e significados recorrentes, sendo um processo que exige rigor metodológico na seleção, categorização e análise das informações extraídas.

Assim, os dados coletados foram organizados numa tabela de análise documental, contendo informações essenciais sobre cada publicação, como título, autor, ano de publicação, país de origem, tipo de documento e breve resumo do conteúdo. Esse procedimento permitiu um registo estruturado e sistemático das fontes utilizadas, foram incluídas referências consideradas de maior relevância pelo autor.

3.2.5. Procedimentos de extração na análise documental

A extração dos documentos combinou ferramentas automatizadas de apoio à pesquisa com a seleção manual dos materiais coletados. Para otimizar essa etapa, foram utilizadas ferramentas tecnológicas que facilitaram a organização da literatura disponível. Dentre essas ferramentas, destaca-se o Research Rabbit, que possibilitou mapear artigos correlacionados, identificar conexões entre estudos e localizar referências frequentemente citadas na área. A partir de palavras-chave previamente definidas, a plataforma gerou sugestões de artigos correlacionados, permitindo uma navegação direcionada pelo corpo teórico da investigação.

Simultaneamente, conduziram-se buscas direcionadas em documentos institucionais e fontes oficiais, como portais governamentais e organizações internacionais. Os relatórios e normativas foram filtrados com base na plataforma NotebookLM que desempenhou um papel essencial nesse processo, pois permitiu a organização e análise automatizada dos textos, facilitando a extração de conceitos-chave e a identificação de padrões de informação. A ferramenta também possibilitou a geração de resumos estruturados, auxiliando na sistematização dos dados para posterior análise.

Os artigos, relatórios e documentos identificados nesta investigação foram avaliados com base em critérios metodológicos previamente definidos, para assegurar a sua relevância e qualidade face aos propósitos do estudo. Foram considerados adequados os materiais que apresentavam autoria identificada, vínculo institucional reconhecido, atualidade da publicação e coerência argumentativa. No caso dos artigos científicos, também foi exigida fundamentação teórica explícita e descrição metodológica clara. A análise estendeu-se ainda a fontes digitais, como redes sociais, blogs e fóruns especializados, cuja seleção priorizou conteúdos produzidos por

profissionais atuantes na área da ES ou por coletivos especializados.

Para isso, realizou-se um mapeamento manual de páginas, grupos e canais relevantes no Facebook, Instagram e YouTube. A participação ativa em comunidades virtuais e a observação qualitativa das interações e publicações permitiram recolher informações contextualizadas sobre as práticas quotidianas e os desafios enfrentados pelos educadores sociais. Aplicou-se, então, uma categorização inicial, agrupando os materiais em eixos temáticos para facilitar a posterior análise qualitativa. A adoção de critérios sistemáticos de seleção e a combinação de múltiplas fontes documentais fortalecem a validade das análises qualitativas, permitindo captar as diversas dimensões do fenómeno investigado (Bowen, 2009; Junior et al., 2021).

3.2.6. Processo de categorização na análise documental

A categorização dos dados obtidos nesta investigação constituiu uma etapa essencial para a organização e compreensão do material recolhido. Segundo dos Santos (2012), a categorização é o processo de classificação dos dados em grupos homogêneos, a partir de critérios previamente definidos, permitindo que os conteúdos analisados revelem significados, padrões e tendências. Esta fase foi desenvolvida com o intuito de estruturar a análise qualitativa, garantindo coerência entre os dados recolhidos e os objetivos propostos para esta pesquisa.

A definição das categorias utilizadas na pesquisa foi guiada pela problemática central do estudo, pela pergunta de investigação e pelos principais referenciais teóricos sobre a ES no Brasil. Após uma leitura inicial dos documentos recolhidos, foram identificados temas recorrentes organizados em eixos temáticos. Esses eixos estruturaram a análise dos dados e permitiram evidenciar os principais focos da investigação. Conforme dos Santos (2012), a categorização permite organizar unidades de significado em torno de temas centrais, conferindo coerência analítica e facilitando a interpretação qualitativa dos dados coletados. Os eixos de categorização definidos para esta pesquisa são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Eixos de categorização documental

Eixo Temático de Análise	Descrição da Categorização Documental
Organização e Representatividade Profissional	Análise de associações de educadores sociais no Brasil, com foco na missão institucional, representatividade, abrangência territorial e articulação com políticas públicas.
Identidade Profissional em Ambientes Digitais	Análise de redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube), com ênfase na interação entre profissionais, conteúdos compartilhados e estratégias de mobilização.
Produção Acadêmica	Leitura de artigos, e-books, relatórios e revistas para identificar abordagens teóricas sobre a profissionalização, formação e desafios do educador social.
Lei e outros documentos Político-Institucional	Consulta de documentos legais como o CBO, projetos de lei e outras normativas, visando mapear o reconhecimento jurídico e político da profissão no Brasil.
Desafios e Perspetivas da Profissão	Aplicação da análise de conteúdo com base em unidades de registo (palavras, frases, ideias) agrupadas em categorias como regulamentação, reconhecimento social, formação e atuação prática.

3.2.7. Tratamento e análise dos dados documentais

O pré-processamento e a análise de dados são etapas fundamentais numa investigação qualitativa, pois permitem a sistematização e interpretação das informações coletadas. Segundo Silva e Fossá (2015), a análise de conteúdo é uma das técnicas mais eficazes para examinar informações extraídas de documentos, possibilitando a categorização de temas e a construção de um referencial analítico estruturado.

Nesta pesquisa, o tratamento dos dados foi baseado numa abordagem qualitativa, combinando técnicas de categorização diversas. Segundo Falcade et al. (2019), a aplicação de estratégias sistemáticas para a organização de dados qualitativos

contribuiu para a confiabilidade da pesquisa, permitindo a triangulação entre diferentes fontes. Dessa forma, os documentos selecionados foram examinados a partir da identificação de temas recorrentes e da relação entre os conteúdos analisados, que por sua vez, destacam a importância da codificação e da estruturação dos dados para garantir uma análise robusta (Bryda & Pedro Costa, 2024).

Outro aspecto relevante no processo de análise documental refere-se ao uso de tecnologias que auxiliam na organização e sistematização das informações. Conforme discutido por Chew et al. (2023), o uso de modelos de linguagem e ferramentas computacionais pode potencializar a eficiência da análise qualitativa, permitindo maior precisão na identificação de padrões e relações entre os dados. No presente estudo, esse princípio foi aplicado por meio do uso de softwares especializados que facilitaram a categorização e a extração de dados relevantes, como referido anteriormente.

Dessa forma, a análise dos dados coletadas seguiu um modelo estruturado de categorização, garantindo que as informações extraídas fossem analisadas de maneira sistemática e alinhadas com os objetivos da pesquisa. Após o agrupamento dos dados em categorias, procedeu-se à interpretação crítica dos conteúdos, relacionando-os com os referenciais teóricos adotados. Esta etapa permitiu revelar as tensões, convergências e lacunas existentes no campo da ES, contribuindo para uma compreensão aprofundada da realidade dos educadores sociais no Brasil.

3.2.8. Fundamentação da análise qualitativa dos documentos

A presente investigação foi desenvolvida segundo uma abordagem qualitativa, considerando-se adequada à natureza do objeto de estudo, que envolve a compreensão da realidade dos educadores sociais no Brasil, bem como os processos que permitem a sua profissionalização, identidade e reconhecimento. A análise qualitativa permite obter interpretações profundas sobre fenômenos sociais, privilegiando os significados atribuídos pelos sujeitos aos seus contextos e experiências (Creswell, 2014).

Este tipo de abordagem parte do pressuposto de que os fenômenos sociais não podem ser analisados de forma isolada da experiência vivida pelos sujeitos. Existe uma relação dinâmica e interdependente entre o indivíduo e o seu contexto sociocultural,

sendo os significados produzidos e interpretados nas interações sociais e históricas que os sujeitos estabelecem com o mundo (Freire & Macedo, 2022). Através da análise qualitativa, permite-se compreender como os indivíduos atribuem sentido às suas práticas, discursos e relações, considerando os ambientes sociais em que estão inseridos e as experiências que os moldam. Esta perspectiva permite aprofundar a compreensão dos significados construídos nas realidades concretas dos participantes da investigação (Tisdell et al. 2025).

No contexto desta investigação, foi adotada a análise de conteúdo temática, tal como proposta por Minayo (2012), como método estruturante para a interpretação dos dados. Essa técnica permite a identificação de unidades de sentido e a categorização sistemática dos conteúdos, favorecendo a compreensão crítica das mensagens explícitas e implícitas nos documentos analisados. A análise foi conduzida de forma indutiva, a partir de categorias temáticas previamente descritas com base em leitura exploratória dos materiais coletados, permitindo compreender não apenas as manifestações explícitas nos dados, mas também inferir os sentidos subjacentes (Tisdell et al. 2025).

Para apoiar o processo de organização e análise dos dados, foram utilizadas ferramentas digitais como o NotebookLM, que auxiliou na extração automatizada de conceitos-chave e na sistematização dos conteúdos por meio de resumos temáticos e mapas conceituais. Também foi utilizada uma tabela de análise documental estruturada no Excel, onde os documentos foram organizados por autor, data, tipo, palavras-chave e eixos analíticos, o que permitiu uma combinação eficaz entre fontes e categorias. O software Research Rabbit foi empregado para o mapeamento de conexões teóricas e sistematização bibliográfica, facilitando a análise cruzada dos materiais.

Nesse sentido, a análise qualitativa revelou-se fundamental para alcançar os objetivos da investigação, dado que permitiu compreender de forma crítica e reflexiva os discursos, as práticas e os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil. A sistematização dos dados possibilitou destacar os eixos centrais que compõem a identidade da profissão e evidenciar as lacunas existentes no seu reconhecimento formal. Assim, reforça-se a importância da análise de conteúdo como recurso metodológico sólido para a construção de uma leitura situada, interpretativa e fundamentada da realidade científica.

3.3. Análise da produção acadêmica internacional

A presente etapa do estudo foi conduzida com base na metodologia de revisão de escopo proposta pela JBI. Essa abordagem tem como objetivo mapear conceitos-chave, identificar lacunas e sintetizar o conhecimento disponível na produção acadêmica internacional sobre o educador social. Para garantir uma análise transparente, sistemática e rigorosa, o processo iniciou-se com a definição de um problema de pesquisa e a formulação de uma questão orientadora, em conformidade com os princípios da investigação baseada em evidências (Aromataris & Munn, 2020).

Este método possibilitou a construção de um panorama amplo e crítico da produção científica existente, contribuindo para o reconhecimento de tendências, debates e desafios em torno da atuação, formação e profissionalização do educador social em diferentes contextos. A formulação da questão norteadora é uma etapa fundamental nesse tipo de análise, pois orienta todo o processo de identificação, seleção e interpretação dos estudos. De acordo com Aromataris e Munn (2020), uma questão bem construída é essencial para assegurar o foco, a profundidade e a relevância da investigação.

3.3.1. Reformulação da pergunta de pesquisa para análise acadêmica

A construção da questão norteadora desta análise passou por um processo de reformulação ao longo do desenvolvimento do estudo. Inicialmente, a pergunta de pesquisa estava centrada exclusivamente na atuação do educador social no Brasil. Contudo, durante a fase de exploração e análise preliminar da produção científica internacional, identificou-se uma variedade de experiências e abordagens em diferentes países que poderiam enriquecer e ampliar a compreensão do campo.

Diante desse novo direcionamento, a pergunta de pesquisa foi reformulada com base na estratégia PCC (*Population, Concept and Context*), adotada pelo JBI, a fim de garantir maior abrangência, alinhamento com os objetivos do estudo e coerência com os critérios metodológicos da revisão de escopo. Essa abordagem, amplamente utilizada em investigações baseadas em evidências, contribui para a construção de perguntas de

pesquisa mais precisas, relevantes e alinhadas aos objetivos do estudo. Ao estruturar os elementos centrais da análise, como o grupo de interesse, o conceito investigado e o contexto de atuação, a estratégia PCC favorece uma delimitação clara do escopo da investigação, amplia a eficácia na recuperação de estudos nas bases de dados e evita dispersões temáticas, garantindo maior coerência metodológica (Aromataris & Munn, 2020).

No modelo PCC, Population refere-se ao grupo ou população de interesse; Concept, aos principais temas, intervenções ou fenômenos analisados; e Context, ao ambiente ou condições específicas nas quais o fenômeno ocorre, podendo incluir aspectos como localização geográfica, políticas públicas ou características socioculturais. A questão norteadora estabelecida desta revisão e construída com base na estratégia PCC foi:

- População (P): Educadores sociais atuantes em contextos formais e não formais;
- Conceito (C): Atuação, formação e profissionalização do educador social;
- Contexto (C): Políticas públicas, instituições do terceiro setor e serviços socioassistenciais.

Dessa forma, a mnemónica resultante desta estratégia definiu a seguinte pergunta de pesquisa:

"Como tem sido descrita e analisada a atuação profissional do educador social nos últimos 10 anos?"

A pergunta foi elaborada com o intuito de mapear a produção científica e técnica sobre a atuação profissional do educador social, considerando a diversidade de campos de inserção, os desafios à regulamentação da profissão e os processos formativos associados. A delimitação temporal a partir do ano de 2014 justifica-se pela intensificação dos debates públicos sobre a profissionalização e pela emergência de políticas e diretrizes voltadas à educação não formal e à proteção social, marcos relevantes para o recorte adotado nesta revisão.

3.3.2. Identificação de conceitos chave

A etapa de identificação dos conceitos-chave teve como objetivo delimitar os elementos centrais da análise e orientar a construção da estratégia de busca nas bases de dados e fontes institucionais. Com base na questão norteadora, foram identificados os conceitos centrais que orientaram a construção da estratégia de busca, em consonância com os elementos da estrutura PCC e com os contextos teóricos e práticos da atuação do educador social no Brasil.

A definição clara desses conceitos-chave possibilitou a construção de uma estratégia de busca sensível e direcionada, garantindo a recuperação de materiais relevantes para responder à questão de pesquisa e compor um corpus consistente de análise. Para isso, foram consultados vocabulários controlados, especificamente o Thesaurus do ERIC (*Education Resources Information Center*) como principal vocabulário, considerando a sua abrangência na área educacional e a sua adequação à temática investigada (Bown, 2009; Creswell, 2014). Foram priorizados os descritores oficiais reconhecidos por essa base, complementados por termos livres amplamente utilizados na literatura acadêmica, a fim de contemplar variações semânticas e nomenclaturas ainda não indexadas formalmente.

Para facilitar a recuperação de artigos relevantes e aumentar a precisão da busca, também foram incluídos termos comumente usados e novas terminologias que ainda podem precisar ser indexadas formalmente, ampliando assim o escopo da busca. Assim, o objetivo foi alcançar maior representatividade dos dados e resultados e minimizar potenciais vieses de seleção. O conjunto de descritores definidos com base na estratégia PCC, com destaque para os termos oficialmente indexados no Thesaurus da ERIC e os termos complementares utilizados como palavras-chave livres para fins de ampliação do escopo, é detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 - Verificação de termos - Estratégia PCC e Descritores* usados na estratégia de busca

Estratégia PCC	Descritores Controlados	Descritores não controlados (Palavras-chave)
P - <u>População</u>	Social Work, Community Education	Social Educators, Community Educators
C - <u>Conceito</u>	Education; Professional Development; Professional Recognition; Professional Training	Professional Practice; Professional Value; Professional Regulation
C - <u>Contexto</u>	Nonformal Education; Public Policy; Social Services; Social Change	Informal Education; Public Education Policy; Support Services; Social Transformation

*Descritores apresentados em inglês devido às buscas nas bases de dados internacionais (ERIC, Scopus e SciELO) serem conduzidas prioritariamente nesse idioma. O inglês é a língua universal da produção científica global, o que possibilita maior amplitude e precisão na recuperação de estudos relevantes para a análise da produção acadêmica internacional.

A utilização desses descritores permite ampliar a precisão das buscas, reduzindo ambiguidades semânticas e aumentando a abrangência da recuperação de documentos (Bowen, 2009). A seleção desses termos reflete a preocupação em incluir múltiplas dimensões do campo de estudo, desde os aspetos identitários e formativos até os processos de reconhecimento e institucionalização da profissão. Além disso, considerou-se a amplitude do conceito de ES, incluindo práticas desenvolvidas em contextos não escolares, políticas públicas e iniciativas da sociedade civil.

3.3.3. Estratégia de busca

Com base na definição de descritores que abrangem os principais conceitos desta análise, os termos foram adaptados para uso direto na interface de pesquisa dos respectivos bancos de dados por meio de estratégias de pesquisa diversificadas. A pesquisa foi conduzida eletronicamente em Maio de 2025 em 3 bancos de dados científicos, a saber: SciELO, Scopus e ERIC.

A estratégia de busca foi elaborada considerando variações terminológicas e semânticas que refletissem a diversidade de abordagens presentes na literatura sobre o

tema. Foram combinados descritores controlados e termos livres, com o uso de operadores booleanos (AND, OR e NOT), ajustados à lógica de indexação de cada base consultada. As sequências de busca foram estruturadas para otimizar a recuperação de documentos relevantes e refinar os resultados conforme os critérios definidos na revisão.

3.3.4. Triagem, seleção e extração de estudos

Após organizar a estratégia de busca, os achados resultantes foram baixados e gerenciados usando o software Rayyan (<https://rayyan.qcri.org/>). O Rayyan foi escolhido por suas vantagens em facilitar e agilizar o processo de triagem e organização em revisões da literatura. Os seus principais recursos são a remoção automática de duplicatas em bancos de dados e a possibilidade de triagem rápida e eficiente por meio de filtros e tags personalizáveis. Além disso, o Rayyan oferece uma interface intuitiva e amigável que oferece suporte à colaboração prática entre revisores. A ferramenta permite que os estudos sejam marcados como "incluir", "excluir" ou "talvez", acelerando a categorização inicial dos artigos.

Os critérios de elegibilidade foram definidos e aplicados em todas as etapas da análise, ou seja, triagem, seleção e extração, para garantir a relevância e a qualidade dos estudos incluídos. A primeira etapa envolveu a triagem dos resultados da pesquisa nos bancos de dados para verificar a sua conformidade com os critérios de seleção estabelecidos. Os critérios de seleção para esta revisão incluíram estudos publicados em inglês ou português a partir de 2014, marco relevante nos debates sobre a regulamentação da profissão de educador social (Natali & Bauli, 2016). Nesta etapa, foram minuciosamente revistos os títulos, resumos e palavras-chave de todas as publicações para identificar os estudos de interesse.

Foram incluídos nesta análise estudos acadêmicos, relatórios técnicos, dissertações e teses que abordassem diretamente a atuação do educador social, em contextos como políticas públicas, serviços socioassistenciais, organizações do terceiro setor e práticas educativas não formais. Foram excluídas publicações de natureza opinativa sem respaldo metodológico explícito, bem como materiais duplicados ou

documentos sem acesso ao texto completo devido a restrições institucionais, ou técnicas. Além disso, desconsideraram-se fontes que não apresentassem relação clara com os objetivos desta investigação, de modo a assegurar a coerência e a relevância do corpus analisado. Sites e anúncios em *médias sociais* também foram excluídos devido a estes meios já terem sido incluídos na análise documental anteriormente descrita.

Posteriormente, uma análise de texto completo dos artigos restantes foi conduzida para selecionar aqueles que abordavam diretamente a questão central da pesquisa. Os dados extraídos foram sistematizados em duas etapas complementares: inicialmente, foram registadas as informações descritivas de cada documento incluído, como autor(es), ano de publicação, país de origem, tipo de documento (artigo, tese, dissertação, relatório técnico), objetivos do estudo e abordagem metodológica. Essas informações forneceram uma visão panorâmica da produção sobre a temática, permitindo analisar a distribuição geográfica, temporal dos estudos, bem como os enfoques metodológicos predominantes.

Em seguida, os conteúdos foram organizados segundo os cinco eixos analíticos que estruturam esta revisão: (1) campos de atuação do educador social, identificando os contextos de inserção profissional e os públicos atendidos; (2) formação inicial e continuada, com foco nos percursos formativos e nas exigências de qualificação; (3) reconhecimento e regulamentação da profissão, abrangendo debates legislativos, normativas e processos de institucionalização; (4) identidade e profissionalização, que consideram a construção identitária da categoria e os desafios da consolidação profissional; e (5) saberes e práticas pedagógicas no quotidiano do educador social, com ênfase nas abordagens metodológicas e nas estratégias educativas adotadas.

3.3.5. Procedimentos de análise qualitativa dos dados

A análise qualitativa dos dados foi conduzida com base numa abordagem de síntese narrativa combinada à análise temática (Souza, 2019). Com objetivo de integrar e interpretar os achados de forma estruturada e coerente, a síntese narrativa visou possibilitar e organizar os estudos segundo os seus objetivos e características metodológicas, agrupando-os conforme os cinco eixos analíticos previamente definidos.

Essa organização favorece a identificação de padrões recorrentes, contrastes interpretativos e especificidades contextuais nos estudos sobre a atuação do educador social.

Por sua vez, a análise temática concentrou-se na interpretação dos conteúdos, com atenção às conexões entre práticas profissionais e marcos formativos, considerando os diferentes contextos de atuação, como serviços socioassistenciais, projetos comunitários, organizações do terceiro setor e políticas públicas. Os dados foram examinados levando em consideração sua aplicabilidade prática, a relação entre as e os desafios concretos da profissão, como a regulamentação, a valorização profissional, a construção de identidade e a implementação de práticas pedagógicas. A leitura interpretativa buscou ainda identificar temas emergentes, tensões conceituais e lacunas na produção sobre o educador social (Souza, 2019).

Os resultados da análise foram organizados e apresentados para facilitar a interpretação e a visualização das evidências principais. Inicialmente, os dados foram sintetizados numa tabela descritiva destacando as principais informações de interesse para responder à questão de pesquisa.

Para garantir transparência e rigor no processo de seleção dos estudos, foi utilizado o fluxograma PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), adaptado ao escopo desta análise. O fluxograma é estruturado nas quatro etapas e apresenta visualmente todas as fases da seleção, detalhando o número de documentos encontrados, excluídos e incluídos em cada etapa (Moher et al., 2009).

A seguir, os resultados das duas frentes analíticas, documental e acadêmica, serão apresentados separadamente, respeitando os percursos metodológicos distintos adotados para cada uma.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

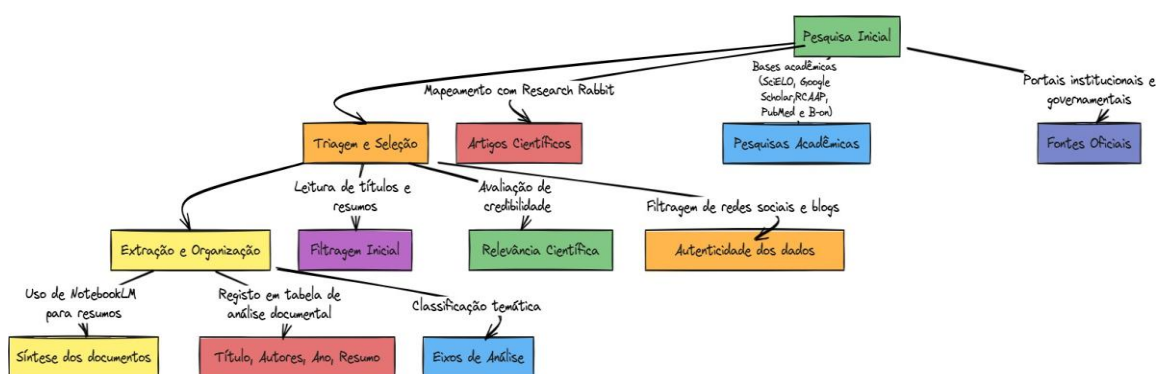
4.1. Resultados da Análise Documental

4.1.1. Organização e mapeamento documental com ferramentas digitais

A análise documental realizada neste estudo teve como objetivo compreender como a atuação profissional do educador social tem sido descrita, regulamentada e reconhecida em diferentes fontes institucionais, normativas e acadêmicas no Brasil.

A Figura 1 apresenta o fluxograma do processo metodológico adotado para a extração e sistematização das informações documentais. Esse percurso foi estruturado em três etapas principais: (i) a pesquisa inicial, com o mapeamento de fontes por meio de bases científicas e portais oficiais; (ii) a triagem e seleção, com a aplicação de critérios de relevância, atualidade e natureza do documento; e (iii) a organização e categorização dos dados, que envolveu a filtragem temática e a classificação segundo os eixos de análise definidos no protocolo metodológico.

Figura 1 – Fluxograma do processo de extração e análise documental



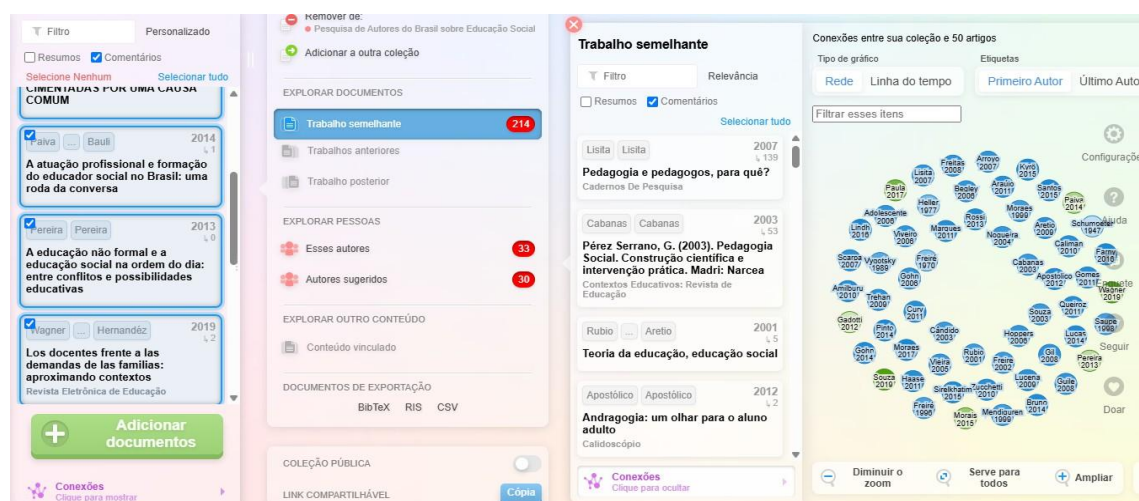
A pesquisa inicial envolveu o mapeamento de fontes por meio de ferramentas como o Research Rabbit, bases acadêmicas e portais governamentais. Na fase de triagem e seleção, os documentos identificados foram avaliados com base nos títulos e resumos, garantindo a sua relevância e credibilidade, além de incluir a filtragem de informações provenientes de redes sociais, blogs e fóruns especializados.

A organização pôde ser otimizada com ferramentas digitais como o Research Rabbit, que facilita o mapeamento de conexões entre autores e temas (Cole & Boutet,

2023). A plataforma também permitiu a criação de coleções temáticas de artigos, organizando os materiais por afinidade teórica e cronológica, o que facilitou a estruturação do referencial teórico e a delimitação dos campos temáticos de análise.

Através do uso dessa plataforma, foi possível localizar 214 publicações adicionais relevantes de autores nacionais e internacionais, ampliando significativamente o escopo da análise documental. A Figura 2 ilustra esse processo, apresentando a interface da plataforma com a visualização simultânea da base documental selecionada, das sugestões de trabalhos relacionados e do grafo com as conexões entre autores, evidenciando as relações teóricas e influências que sustentam o campo da ES.

Figura 2 – Visualização da coleção de estudos e conexões entre autores no Research Rabbit.



A ferramenta permitiu não apenas expandir a base de documentos, mas também mapear visualmente as conexões entre autores, obras e temas recorrentes, o que possibilitou identificar figuras centrais na produção científica da ES no Brasil, como Verônica Regina Müller, cuja obra tem sido amplamente referenciada em estudos sobre profissionalização, regulamentação e atuação do educador social (Bauli & Müller, 2020).

A Figura 3 ilustra essa rede de conexões gerada pela plataforma, evidenciando a

centralidade de autores como Paiva, Bauli, Natali, Teixeira, Gohn e Müller, que atuam como nós estratégicos na circulação de ideias e na consolidação dos principais debates teóricos e metodológicos do campo. A imagem apresenta a visualização das conexões entre 12 autores identificados, onde a densidade das conexões reflete colaborações recorrentes e afinidades temáticas entre os autores.

Figura 3 – Rede de coautorias e conexões temáticas centradas em Verônica Regina Müller no campo da ES.



Por fim, na etapa de extração e organização, o NotebookLM foi utilizado como apoio na síntese e estruturação dos documentos selecionados, permitindo maior

agilidade na sistematização das informações. A totalidade dos documentos incluídos na análise documental encontra-se sistematizada no Anexo I, em formato de tabela, organizada por país ou local de estudo, referência, ano, instituição, temática, gênero do documento, observações relevantes, decisão final e justificativa para inclusão.

No total, foram analisados 85 documentos, selecionados com base em critérios de pertinência temática, atualidade e representatividade no campo da ES. A maioria dos documentos tem origem no Brasil (60 documentos, 70,5%), seguida por produções de Portugal (23), Espanha (1) e coautorias ou traduções entre Brasil e Portugal (1).

A análise cronológica dos 85 documentos revela uma produção distribuída entre os anos de 1991 e 2024, com um pico em 2021, que concentrou 12 publicações. Observa-se uma intensificação significativa a partir de 2014, culminando num período particularmente produtivo entre 2017 e 2021, o qual reúne aproximadamente 46% de todos os documentos analisados. Esse padrão aponta para um crescimento consistente do interesse no tema, refletindo tanto o amadurecimento das discussões quanto a crescente visibilidade institucional e acadêmica em torno do educador social nos últimos anos.

Quanto ao gênero documental, observou-se uma predominância de artigos científicos, que compõem a maior parte da amostra (n = 52), evidenciando a centralidade da produção revisada por pares na discussão sobre a atuação do educador social. Em seguida, aparecem os livros e capítulos (n = 11) e as dissertações de mestrado (n = 10), indicando o envolvimento de pesquisadores em formação e produção teórica mais consolidada no campo. Também foram identificados documentos institucionais e normativos (n = 4), como leis e códigos de ética, além de teses de doutoramento (n = 3), trabalhos de especialização (n = 2), um e-book, uma monografia e um documento classificado como outro.

A distribuição por país, bem como a distribuição dos documentos por gênero encontram-se representadas respectivamente nas Figura 4 e 5. Esses dados revelam a diversidade de formatos envolvidos na consolidação do campo da ES e as principais nações deste processo.

Figura 4 – Totalidade de documentos da análise documental

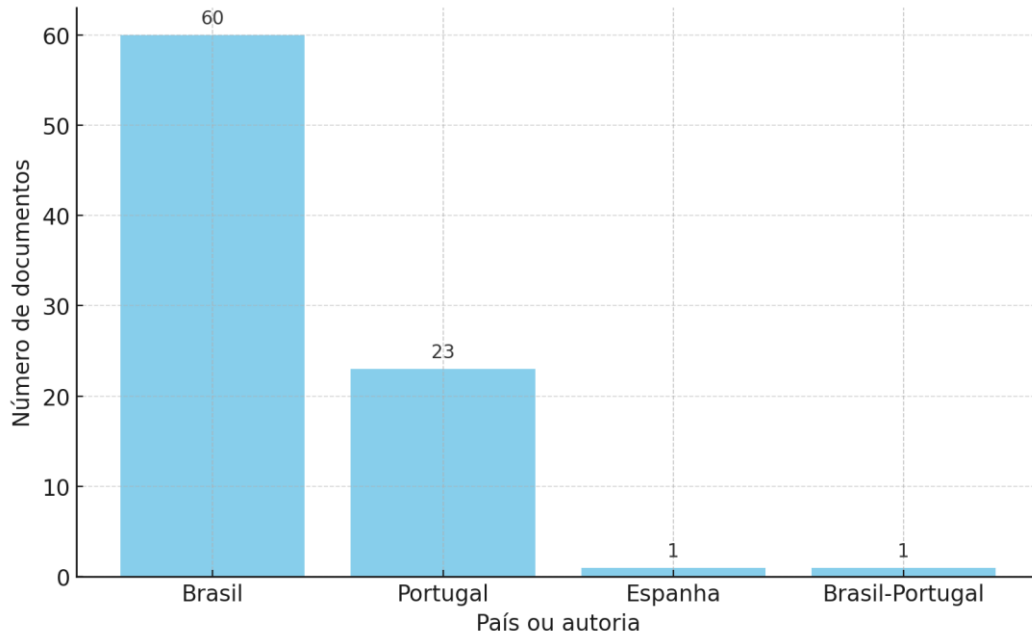
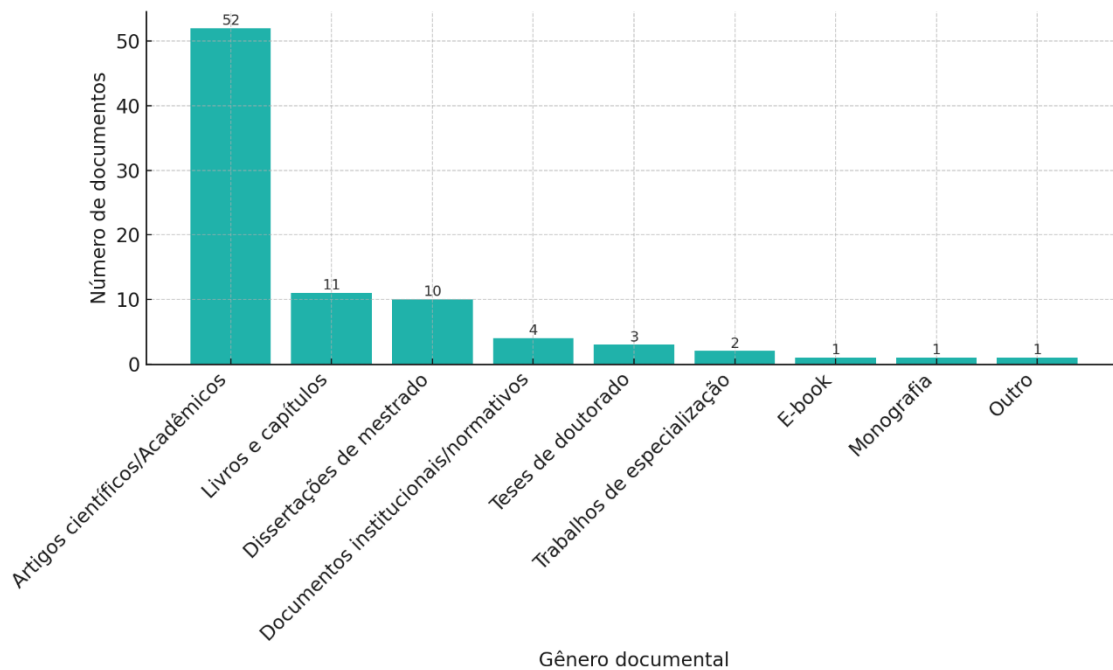


Figura 5 – Distribuição dos documentos analisados segundo o gênero documental.

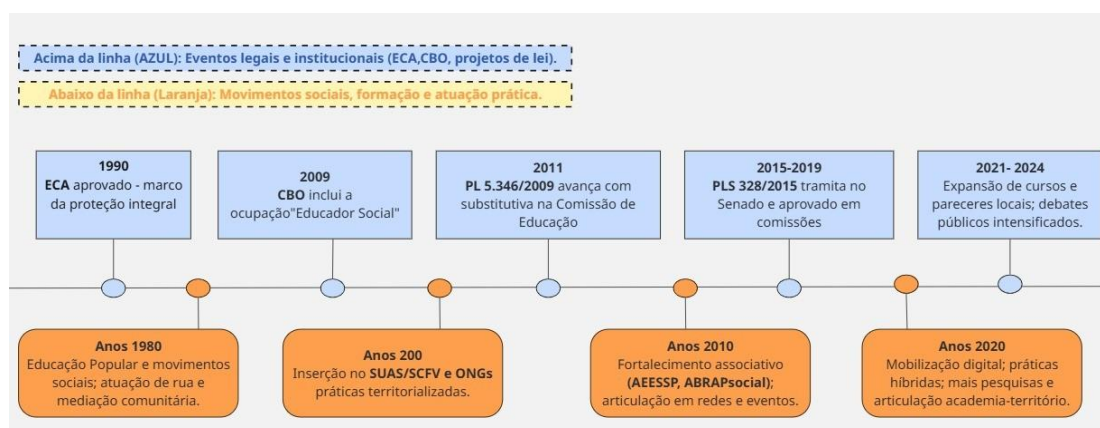


Essa diversidade de gêneros documentais, que inclui artigos científicos, dissertações, relatórios institucionais e documentos legais, reflete a própria natureza interdisciplinar da ES, ao integrar contribuições provenientes de distintas áreas do saber e campos de atuação. Ao final, foram incluídos 49 documentos na dissertação (57,6%) e 36 excluídos (42,4%), conforme os critérios definidos no protocolo metodológico e que responderam à pergunta de pesquisa.

4.1.2. Análise temática reflexiva dos documentos sobre o Brasil

A construção de eixos temáticos permitiu aprofundar a reflexão sobre a identidade, a regulamentação e os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil, proporcionando uma base estruturada para a etapa de análise qualitativa apresentada nesta subsecção da dissertação. Para contextualizar esses eixos, a Figura 6 sintetiza o percurso histórico e institucional do educador social no Brasil.

Figura 6 – Percurso histórico e institucional do Educador Social no Brasil.



A articulação dos marcos legais e institucionais (acima da linha) com movimentos sociais e práticas educativas (abaixo da linha) são apresentados em um contraste que evidencia a consolidação da profissão. Isso é resultado de anos de avanços normativos mobilização social, demonstrando conquistas importantes e desafios ainda em aberto.

A ES no Brasil tem as suas raízes em práticas comunitárias associadas a PS e à

Educação Popular (EP), adquirindo reconhecimento acadêmico e político apenas nas últimas décadas. Gohn (2011) mostra que as primeiras iniciativas, centradas na mediação social e no apoio a populações vulneráveis, foram progressivamente sistematizadas, enquanto Paiva e Müller (2021) destacam o papel das experiências de rua e do pensamento freireano na consolidação dos cursos universitários nessa área, como também salienta Gadotti (2012), ao refletir sobre a articulação entre educação popular, social e comunitária.

O debate conceitual que distingue PS de ES reflete tanto um compromisso comum com a transformação social quanto diferenças de ênfase. De Paula (2017) observa que ambas partilham fundamentos na EP, mas a PS privilegia a reflexão teórica crítica, ao passo que a ES valoriza intervenções práticas em contextos não escolares. De Souza et al. (2020) reforçam essa distinção ao destacar a importância da atuação territorial e da construção do saber a partir da experiência vivida em campo.

A análise documental revela que o percurso legislativo de reconhecimento da profissão de educador social no Brasil foi marcado por longas fases de debate, interrupções e reativações que espelham tensões políticas e acadêmicas. O projeto de lei (PL) 5346/2009, apresentado em 2009, permaneceu estagnado até 2011, quando passou pela Comissão de Educação e Cultura, sendo aprovado em substitutivo que incorporou o conceito de Pedagogo Social (Câmara dos Deputados, s.d.). Já o PLS 328/2015 avançou com maior celeridade, recebendo aprovação em três comissões do Senado entre 2015 e 2019 e propondo, pela primeira vez, critérios de transição que valorizam a experiência prévia e condicionam o ingresso futuro à formação superior (Brasil, 2015).

Esse contraste temporal reflete, por um lado, a mobilização crescente de coletivos de educadores, reunidos em fóruns, congressos e audiências públicas desde 2001. Por outro lado, as negociações que moldam o texto legal, evidenciam a influência de atores parlamentares e acadêmicos sobre o ritmo de regulamentação (ABRAPSocial, n.d.; AEESP, n.d.). Essa regulamentação revela ainda tensões quanto aos níveis de formação exigidos e ao escopo de atuação profissional. Pereira (2016) critica a exigência de escolaridade média, argumentando que isso fragiliza a identidade da categoria, e relatos de sessões na Câmara dos Deputados indicam a defesa de um diploma superior e de competências melhor delimitadas.

A formação inicial e continuada emerge como elemento-chave na construção identitária do educador social. Teixeira (2021) defende currículos investigativos e interdisciplinares que articulem teoria, prática e supervisão, enquanto Natali (2016) demonstra que intencionalidades políticas e éticas, integradas a projetos formativos, são essenciais para desenvolver um perfil profissional reflexivo.

As trajetórias de inserção profissional revelam “pontes” mal estabelecidas entre a academia e o mercado de trabalho. Teixeira (2008) mapeou lacunas nas competências de egressos de cursos politécnicos, e Natali (2016) confirma, a partir de experiências em diferentes países latino-americanos, a diversidade de percursos e a necessidade de políticas públicas que promovam uma articulação efetiva entre formação e prática profissional.

Os documentos compilam ainda um mapeamento de atores cuja atuação foi decisiva para a conformação da pauta normativa. Ministérios (Educação, Trabalho e Desenvolvimento Social), conselhos como o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)³ e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)⁴, além de associações acadêmicas e profissionais como a Associação Brasileira de Pedagogia Social (ABRAPSocial)⁵, a Associação de Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo (AEESP)⁶ e a Associação dos Educadores Sociais de Maringá (AESMAR)⁷, bem como movimentos de base como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)⁸ e coletivos regionais, emergem como interlocutores que emprestam legitimidade e pressão política às propostas de lei. Universidades públicas e programas de extensão, especialmente o Programa de Convivência e Autonomia da Universidade Estadual de Maringá, fornecem subsídios técnicos e mobilizam pesquisadores para redigir pareceres e organizar eventos, enquanto o apoio de entidades internacionais, como a Association Internationale des

³ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/participacao-social/conselho-nacional-de-assistencia-social>

⁴ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>

⁵ <https://pedagogiasocialbr.wordpress.com/category/abrapsocial/>

⁶ https://www.facebook.com/aeessp/?locale=pt_BR

⁷ <https://www.aesmar.org.br/sobre-nos>

⁸ https://www.facebook.com/mnmmrpe/?locale=pt_BR

Éducateurs de Jeunes Inadaptés (AIEJI)⁹, ajuda a inserir a regulamentação brasileira num contexto global de padronização da profissão (Pereira, 2016; Teixeira, 2021).

Quanto aos campos de atuação, observa-se uma fluidez entre ambientes escolares e não escolares. No Brasil, educadores sociais atuam principalmente em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), centros culturais e projetos comunitários, exigindo habilidades múltiplas e adaptabilidade às demandas locais (Borges & Carvalhais, 2024).

As múltiplas demandas identificadas nos diversos contextos de atuação reforçam a necessidade de compreender a ES como um campo em disputa e em construção profissional. Estudos da sociologia das profissões, como os de Abbott (1991) e Da Glória Bonelli et al. (2017), evidenciam que a consolidação de domínios profissionais depende de estratégias como o monopólio de competências e a mobilização coletiva em torno de um campo específico de atuação. No caso da ES, compreender esses processos requer abordagens metodológicas qualitativas de orientação interpretativa e sociocrítica, que permitam captar os sentidos atribuídos à profissão pelos seus próprios agentes. Autores como Falcade et al. (2019) e Freire e Macedo (2022) destacam a importância de técnicas como a observação participante, os diários de campo e as entrevistas semiestruturadas para garantir uma escuta atenta dos sujeitos e o rigor das análises. Essa base teórico-metodológica orienta a leitura crítica das tensões entre as formulações normativas e os discursos acadêmicos sobre a profissão de educador social.

Nesse sentido, a presente análise documental identificou diferentes tonalidades discursivas nos textos oficiais, classificadas como reivindicatória, propositiva e descritiva. O discurso reivindicatório aparece, por exemplo, em audiência pública da Câmara dos Deputados, que enfatizou: *“Mesmo sem regulamentação, a educação social consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, e muitos estados já abriram concursos públicos exclusivos para esses profissionais”* (Câmara dos Deputados, 2016, par. 3). A tonalidade propositiva manifesta-se no texto do Projeto de Lei do Senado n.º 328/2015, que prevê *“a possibilidade de que profissionais que já exerçam atividades de educador social sem formação superior*

⁹ <https://aieji2025.com/fr/a-propos-de-laieji/>

possam ser reconhecidos, mediante comprovação de experiência, e estabelece que os novos ingressantes na carreira deverão possuir diploma de curso superior” (Senado Federal, 2015a, p. 2). Já a tonalidade descritiva observa-se nos relatórios de tramitação legislativa, que registram que a matéria foi distribuída *“Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa”* (Senado Federal, 2015b, secção “Tramitação bicameral”). Para ilustrar essas três tonalidades discursivas, apresenta-se a tabela 3 com excertos dos documentos oficiais analisados.

Tabela 3 – Tonalidades discursivas em documentos oficiais sobre a regulamentação do educador social

Tonalidade discursiva	Trecho do documento	Fonte
Reivindicatória	“Mesmo sem regulamentação, a educação social consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, e muitos estados já abriram concursos públicos exclusivos para esses profissionais.”	Câmara dos Deputados, 2016
Propositiva	“O projeto prevê a possibilidade de que profissionais que já exerçam atividades de educador social sem formação superior possam ser reconhecidos, mediante comprovação de experiência, e estabelece que os novos ingressantes na carreira deverão possuir diploma de curso superior.”	Senado Federal, 2015a
Descritiva	“às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.”	Senado Federal, 2015b

Como se observa na tabela 3, os documentos oficiais não apresentam um discurso homogêneo, mas alternam entre a pressão política para o reconhecimento, a

formulação de propostas normativas e a simples descrição processual. Essa diversidade reforça a análise de que a regulamentação do educador social oscila entre a consolidação de direitos e o pragmatismo político.

Por fim, a consolidação ética e organizacional da profissão no Brasil depende do fortalecimento de códigos de conduta nacionais e da articulação de redes acadêmicas e profissionais já existentes. Documentos institucionais e posicionamentos coletivos de entidades como a ABRAPSocial e a AEESP têm destacado a necessidade de diretrizes deontológicas que orientem a prática e reforcem valores como a autonomia, o compromisso social e a justiça. De igual modo, instâncias de participação como o CNAS e o CONANDA contribuem para legitimar o campo, ao introduzirem parâmetros éticos e normativos nos debates sobre a regulamentação e a valorização profissional do educador social. Nesse âmbito, destaca-se ainda o Código de Ética Socioeducativa, publicado pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) em 2009, que estabelece princípios de conduta para os socioeducadores no exercício da sua função pública (FASE-RS, 2009). Nesse processo, a defesa de uma estrutura ética também eleva o papel político do educador social, que se posiciona não apenas como prestador de serviços, mas como agente de transformação e defensor dos direitos fundamentais (Roets et al., 2020).

Essa dimensão ética e normativa também se manifesta nos diferentes discursos analisados nos documentos oficiais. Os discursos reivindicatórios enfatizam a urgência de institucionalizar o campo, enquanto os propositivos delineiam modelos de carreira, planos de formação continuada e códigos de ética que, embora já referenciados em documentos como o Código de Ética Socioeducativa (FASE-RS, 2009), carecem de transposição para o texto legal. Já o tom descritivo, predominante em relatórios de comissão, registra a tramitação legislativa sem incidir sobre lacunas metodológicas nem condições de trabalho, sinalizando a necessidade de futuras etapas analíticas que integrem essas dimensões ao debate sobre a qualificação e o reconhecimento pleno da profissão (Azevedo et al., 2017; Freire & Macedo, 2022).

4.1.3. Redes digitais e associativismo na legitimação da ES

A atuação em redes, fóruns e associações tem se revelado central para o fortalecimento da ES enquanto campo profissional e espaço de articulação política. A análise documental e as ações complementares empreendidas durante a investigação permitiram identificar diversas estratégias coletivas de organização, tanto formais quanto informais, que contribuem para o reconhecimento e valorização do educador social no Brasil.

No âmbito institucional, destacam-se organizações como a AEESP, ABRAPSocial e a AESMAR. Esses coletivos atuam na promoção de espaços de formação, na elaboração de propostas para regulamentação profissional e na organização de eventos e mobilizações voltadas à legitimação da prática educativa em contextos não escolares. A identificação e sistematização dos canais institucionais de contato com essas entidades, como e-mails, páginas oficiais e redes sociais, também possibilitaram o mapeamento do alcance territorial e da capacidade organizativa desses movimentos associativos.

Paralelamente, observou-se a relevância crescente das redes sociais digitais como espaços de articulação entre educadores sociais, especialmente em plataformas como YouTube, Instagram, Facebook e grupos de WhatsApp. Durante o desenvolvimento da pesquisa, destaca-se o papel do canal da educadora social Thaís Izidoro¹⁰, que há nove anos atua na área e utiliza os meios digitais para compartilhar vivências do cotidiano profissional, refletir sobre os obstáculos enfrentados pela categoria e divulgar informações sobre os processos de regulamentação em curso no país.

Somam-se a esse exemplo os perfis institucionais de associações como a Associação de Pedagogia Social (APS)¹¹ e a AEESP¹², que utilizam o Instagram e outras redes sociais para mobilizar profissionais e difundir informações, bem como

¹⁰ Izidoro, T. [@thaisizidoro]. (n.d.). *Canal no YouTube*. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@thaisizidoro>. Acesso em: nov. 2024.

¹¹ https://www.instagram.com/pedagogiasocial_aps/

¹² https://www.facebook.com/aeessp/?locale=pt_BR

grupos de WhatsApp¹³ de coletivos regionais de educadores sociais. O conjunto desses conteúdos, acessados em novembro de 2024, contribuiu para a compreensão mais aprofundada da realidade dos educadores sociais no Brasil, especialmente quanto às dificuldades legais, estruturais e de reconhecimento institucional.

A entrada em comunidades digitais, como o grupo “Educadores Sociais do Brasil” no WhatsApp, viabilizou uma troca direta de experiências com profissionais atuantes em diferentes regiões do país. Essas interações evidenciaram a potência das redes horizontais para a partilha de estratégias de atuação, o apoio mútuo diante das adversidades enfrentadas no exercício profissional e a construção de uma identidade coletiva pautada na prática e no compromisso ético-social. As redes sociais, nesse sentido, transcendem o papel meramente comunicacional e assumem uma função pedagógica e política fundamental.

Além disso, a consulta ao site da CBO reforça a multiplicidade de nomenclaturas associadas ao cargo de educador social, como arte-educador, educador de rua, orientador socioeducativo e sócioeducador, revelando as múltiplas faces e desafios do reconhecimento profissional. Essas designações, embora demonstrem a diversidade da prática, também dificultam a consolidação de uma identidade ocupacional única, sendo o associativismo e as redes colaborativas importantes catalisadores para o avanço dessa agenda.

Em síntese, os resultados demonstram que as redes, sejam institucionais, acadêmicas ou digitais, operam como vetores de resistência, visibilidade e profissionalização no campo da ES. Elas promovem o intercâmbio de saberes, fortalecem o sentimento de pertença e contribuem de forma decisiva para a legitimação simbólica e política da atuação do educador social no Brasil contemporâneo.

4.2. Resultados da análise da produção acadêmica internacional

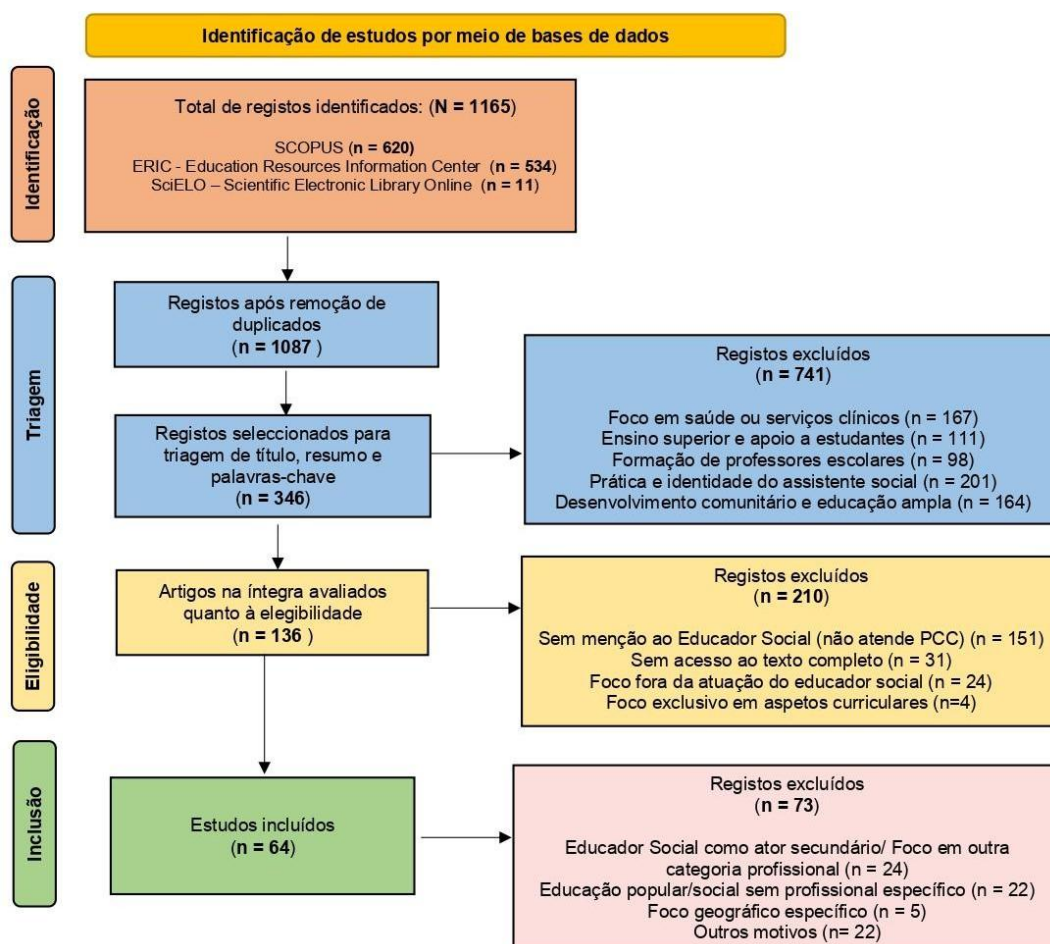
4.2.1. Análise descritiva

¹³ Educadores Sociais no Brasil

Em linhas gerais, a segunda etapa da dissertação consistiu na análise da produção acadêmica internacional conduzida no mês de fevereiro de 2025. Foram consideradas inicialmente 136 publicações elegíveis para responder à pergunta de pesquisa. Contudo, a partir dos critérios de inclusão definidos, foram selecionados para a inclusão final 64 trabalhos classificados como mais relevantes, cuja caracterização detalhada encontra-se apresentada no Anexo 2.

A Figura 7 apresenta o fluxograma do processo de triagem e seleção dos estudos, elaborado com base nas diretrizes PRISMA. Este fluxograma descreve as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão final, permitindo visualizar com clareza o percurso metodológico seguido na análise.

Figura 7 – Fluxograma PRISMA adaptado



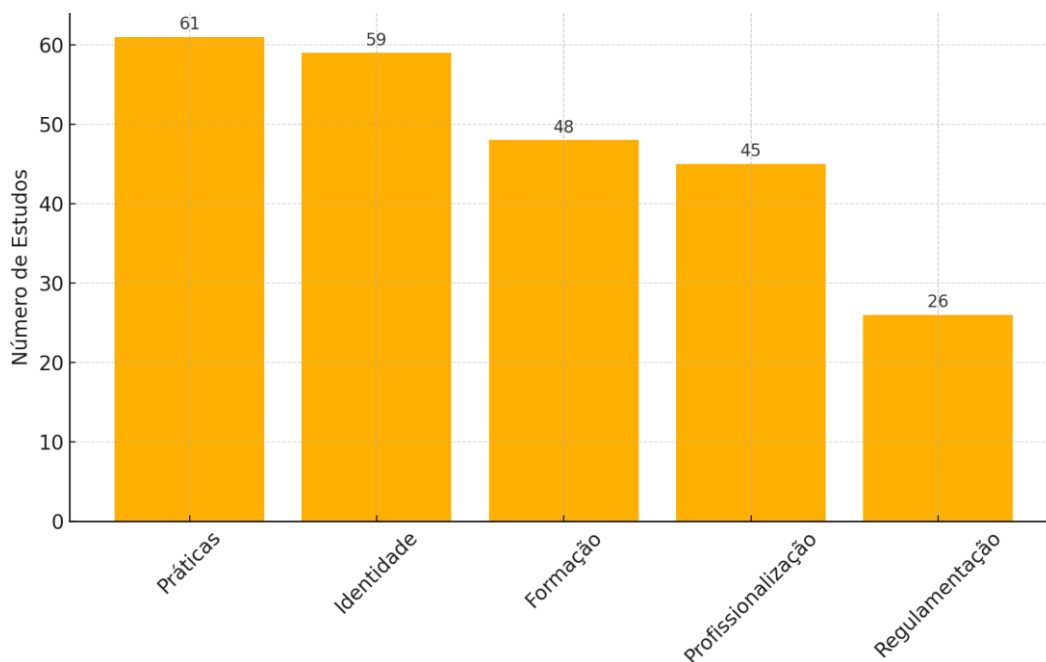
A análise dos 64 estudos selecionados permitiu identificar dimensões

conceituais e temáticas tratadas nos estudos e identificar cinco grandes categorias: práticas, identidade, formação, profissionalização e regulamentação. A dimensão mais frequente foi “práticas” (n = 61), refletindo a ênfase dos estudos na descrição de experiências concretas, metodologias educativas e estratégias de intervenção utilizadas pelos educadores sociais em diferentes contextos. Em seguida, destaca-se a dimensão “identidade” (n = 59), com foco na construção do papel profissional, nos sentidos atribuídos à atuação e nas tensões entre diferentes perfis de educadores, conforme sugerido por autores como Vieira et al. (2021).

A formação inicial e continuada foi abordada em 48 estudos, evidenciando preocupações com a qualificação profissional, os currículos formativos e os processos de inserção institucional (Ferreira, 2017; Pappámikail & Delgado, 2021). A dimensão da “profissionalização”, presente em 45 estudos, diz respeito à consolidação do campo como área de atuação específica, aos processos de reconhecimento institucional e às trajetórias de formalização da carreira (de Paula, 2017; Bauli & Müller, 2020).

Por fim, a regulamentação da profissão foi identificada em 26 estudos, indicando a existência de debates específicos sobre legislação, direitos trabalhistas e inserção nos marcos legais das políticas públicas. Essa distribuição revela um campo em desenvolvimento, com forte atenção às práticas e às questões identitárias, mas também em busca de amadurecimento institucional por meio de discussões sobre formação, profissionalização e regulamentação. A Figura 8 sintetiza graficamente essa composição temática dos estudos analisados.

Figura 8 – Frequência de estudos por eixo analítico



Para compreender esses contextos nos quais a atuação do educador social tem sido investigada, os estudos incluídos foram categorizados segundo os ambientes predominantes descritos em cada publicação. Para essa análise, foi realizada uma agregação temática a partir das descrições originais do campo empírico de cada estudo, levando em consideração palavras-chave recorrentes como “escola”, “ONG”, “CRAS” (Centro de Referência da Assistência Social), “universidade” e “rua”. O agrupamento resultou em cinco grandes categorias: Escola / Contexto Escolar, ONG / Terceiro Setor, Serviços Públicos / Políticas Sociais, Rua / Contextos de Vulnerabilidade, Universidade / Formação, além de uma categoria residual (Outro / Não Especificado) para casos ambíguos ou ausentes de clareza contextual.

A análise revelou que o maior número de estudos ($n = 34$) não apresenta uma delimitação clara do contexto de atuação ou aborda múltiplos espaços de forma transversal, sendo assim classificados como Outro / Não Especificado. A segunda categoria mais frequente foi Escola / Contexto Escolar ($n = 14$), refletindo a presença do educador social em espaços educativos formais ou em articulação com instituições escolares, ainda que a sua atuação vá além da lógica pedagógica tradicional (Machado & Machado, 2011).

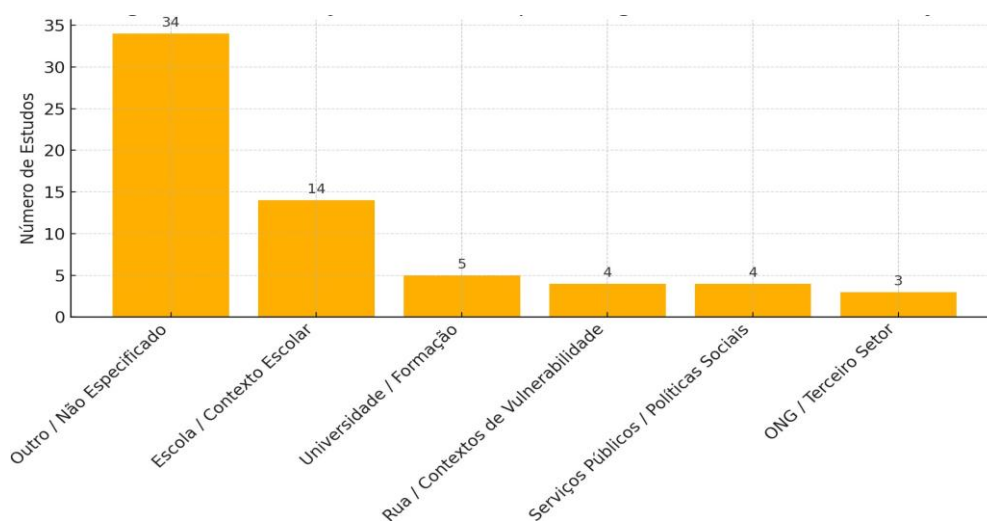
Em seguida, aparecem os estudos focados em Universidade / Formação ($n = 5$),

centrados nos processos de qualificação, institucionalização e construção da identidade profissional do educador social no ensino superior (Pereira, 2016; Ferreira, 2017). Os contextos de Rua / Vulnerabilidade Social e Serviços Públicos / Políticas Sociais, como os CRAS, aparecem com $n = 4$ cada, evidenciando a interface da atuação do educador social com territórios marcados pela desigualdade e pelos serviços de assistência social (Dentz & Silva, 2015; da Luz et al., 2020; de Castro Lola, 2021).

Esses dados indicam uma concentração significativa de pesquisas sem delimitação clara de contexto, mas também apontam para a relevância da escola e da universidade como espaços de prática ou de reflexão sobre a profissão (Booth, 2023). A Figura 8 sintetiza essa distribuição categorizada dos contextos de atuação investigados nos estudos incluídos.

A análise metodológica dos estudos incluídos revelou uma predominância expressiva de abordagens qualitativas, totalizando 50 estudos (78,1%) que utilizaram metodologias como etnografia, estudo de caso, pesquisa-ação, análise narrativa ou observação participante. Esse predomínio é coerente com a natureza do campo da ES, que exige compreensão aprofundada das experiências dos sujeitos e das práticas pedagógicas em contextos complexos e heterogêneos (Minayo, 2012; Creswell, 2014; Toporkova et al., 2016).

Figura 9 – Distribuição dos estudos por contexto de atuação



Entre os estudos qualitativos, destacam-se estratégias como entrevistas semiestruturadas (presentes em ao menos 22 estudos), grupos focais (n = 10) e observação participante (n = 9), frequentemente combinadas em desenhos metodológicos triangulados, o que reflete o esforço dos autores em captar múltiplas dimensões da realidade investigada (Odriozola & Goya, 2019).

Por outro lado, foram identificados 7 estudos (10,9%) com metodologias mistas, que combinam procedimentos quantitativos, como questionários estruturados aplicados em surveys, com análises qualitativas. Os estudos puramente quantitativos representaram apenas 4 documentos (6,3%), com uso predominante de surveys aplicados a amostras de educadores sociais, geralmente com foco em mapeamento profissional, avaliação de políticas ou análise descritiva de perfil. Além disso, foram incluídas 3 revisões teóricas e ensaios reflexivos, com diferentes níveis de sistematização e contribuição conceitual.

4.2.2. Aprofundamentos temáticos da ES

A literatura tem enfatizado o papel do educador social no acolhimento de experiências traumáticas vivenciadas por sujeitos historicamente excluídos, apontando para a necessidade de abordagens éticas e transformadoras frente ao chamado "conhecimento difícil" (O'Donnell, 2019). Currículos sensíveis às realidades vividas podem não apenas reconhecer o sofrimento, mas também promover ressignificações coletivas, transformando dor em ação pedagógica (Moskalenko et al., 2016) e construção comunitária (Fragoso & Valadas, 2018). Nesse sentido, a prática socioeducativa passa a ser compreendida como espaço de elaboração simbólica e fortalecimento subjetivo, particularmente relevante no cenário brasileiro marcado por desigualdades estruturais (Trout et al., 2018; O'Donnell, 2019).

Entre os estudos analisados, destaca-se também Valdez et al. (2018), realizado nos Estados Unidos, que documenta experiências de ativismo educacional envolvendo educadores comunitários, estudantes, famílias e docentes. O trabalho descreve práticas coletivas e radicalmente humanizadoras voltadas à justiça social e ao enfrentamento das violências sistêmicas, contribuindo para compreender o papel dos educadores sociais

em contextos de mobilização política e comunitária.

Por exemplo, em contextos marcados por legados coloniais e traumas históricos, abordagens descoloniais revelam-se fundamentais (Vally & Motala, 2022). A experiência norte-americana de prevenção ao suicídio entre jovens indígenas por meio da pedagogia comunitária evidencia a importância de legitimar saberes locais e criar espaços de autodeterminação coletiva (Trout et al., 2018). Essa abordagem ressoa com os desafios vivenciados por populações tradicionais no Brasil, como os povos indígenas e quilombolas.

Em contextos como o sul global e pós-coloniais, as políticas de educação comunitária para adultos e trabalhadores (Brown, 2019) têm sido descontinuadas ou reformuladas de forma tecnocrática, anulando o seu potencial emancipatório (Vally & Motala, 2022). Por outro lado, abordagens baseadas na construção de espaços de acolhimento para mães em situação de risco na Europa Central evidenciam a urgência de intervenções que integrem proteção, formação e reconstrução subjetiva (Aresta, 2020; Downey & Thompson-Lastad, 2023).

Outro enfoque inovador diz respeito à utilização de abordagens artísticas e corporificadas como estratégias de resistência e expressão (Ito & Azevêdo, 2022; Oliveira & Carvalho, 2024). Estudos realizados no Egito e na Austrália evidenciam como o teatro e outras formas culturais populares são empregadas como ferramentas educativas para a reconstrução de identidades e fortalecimento de vínculos em contextos de opressão (Zoellner et al., 2017; Kandil, 2024).

Tais exemplos revelam experiências de formação que valorizam metodologias participativas e práticas de engajamento político-cultural (Romaniuk, 2018). Sheridan e Mungai (2021), por meio de uma abordagem reflexiva e autoetnográfica, discutem a formação de educadores informais no campo do desenvolvimento comunitário, defendendo uma prática orientada por valores que celebre a diversidade cultural e promova uma atuação antidiscriminatória e emancipadora, em diálogo com a pedagogia freireana. Já Cavalcante et al. (2016) relatam uma experiência inovadora de formação em ES no ensino superior espanhol, ao integrarem metodologias multilíngues, tecnologias digitais e a investigação apreciativa, estimulando a criatividade e a ação transformadora dos futuros profissionais. Maber (2016) descreve como a educação

comunitária pode promover a participação política de mulheres em contextos autoritários, reforçando o potencial emancipador da pedagogia crítica (Brown, 2019). Por sua vez, Thompson e Hardee (2017) ilustram como pedagogias de fronteira são capazes de fomentar o ativismo juvenil ao conectarem teoria crítica com práticas quotidianas.

Dessa forma, educadores sociais atuam também como agentes discursivos, desafiando representações hegemônicas que estigmatizam ou objetivam as populações atendidas. Essa resistência se manifesta na produção de contra narrativas, que reconfiguram o modo como jovens (Moskalenko et al., 2016), mulheres (Newberry & Marpinjun, 2017), migrantes e grupos racializados (Henward et al., 2021) são compreendidos em contextos institucionais e comunitários (Castillo-López, 2024; López et al., 2024). Ao evidenciar a agência e a potência desses sujeitos, os educadores contribuem para a construção de espaços de justiça e reconhecimento (Smith & Seal, 2021; Neubauer et al., 2023).

Em contrapartida, a crescente adoção de ferramentas digitais e algoritmos em contextos de intervenção social tem levantado preocupações sobre a desumanização das práticas de cuidado e a ampliação das desigualdades. Embora a digitalização traga possibilidades de ampliação do acesso, ela pode também acentuar processos de distanciamento, vigilância e exclusão de grupos considerados "fora do padrão" pelos sistemas automatizados. A literatura alerta para o risco de que a mediação tecnológica reduza a intervenção a uma mera alocação de recursos, esvaziando a sua dimensão relacional e crítica (Pacetti & Soriani, 2020; Montalbá Ocaña & Russo Botero, 2021).

A pandemia de Covid-19 escancarou desafios de inclusão e competências digitais na formação de educadores, especialmente no ensino superior. Pacetti e Soriani (2020) destacam que a transição forçada para o ensino remoto revelou carências estruturais e pedagógicas, mas também oportunidades de inovação e colaboração entre docentes. Para a formação em ES, esses achados sugerem a necessidade de preparar profissionais aptos a atuar em cenários híbridos, utilizando tecnologias de forma crítica e ética, em alinhamento com os princípios de acessibilidade e inclusão (Dal Ben & Stella, 2023).

4.2.3. Horizontes emergentes da ES

A partir da análise da produção acadêmica internacional, foram identificados contributos teóricos relevantes que ampliam a compreensão da atuação do educador social, para além da regulamentação e da formação profissional. Esses estudos, centrados em contextos de vulnerabilidade, revelam caminhos emergentes e práticas transformadoras que dialogam com os desafios do contexto brasileiro.

Um primeiro eixo emergente diz respeito ao papel do educador social na mediação entre demandas psicossociais e a estrutura escolar, sobretudo em cenários de crise ou deslocamento forçado. A experiência na Geórgia com crianças refugiadas ucranianas evidencia a carência de formação docente em temáticas de desenvolvimento infantil e saúde mental, bem como a necessidade de profissionais intermediários para fomentar uma abordagem educativa sensível à diversidade (Rasskazova et al., 2021; Shatberashvili, 2024). Tal lacuna repercute diretamente em contextos em que escolas lidam frequentemente com estudantes em condições de vulnerabilidade social ou cultural (Cavalcante et al., 2016; Romaniuk, 2018; Batsleer et al., 2019).

No campo da prevenção de riscos sociais, estudos realizados na Rússia propõem a integração entre ES e mercado de trabalho por meio de simulações de atividades profissionais, reforçando a necessidade de preparar os sujeitos para o autodesenvolvimento e o fortalecimento da coesão social (Sizikova et al., 2016). O papel do educador, nesse sentido, transcende a resposta imediata à vulnerabilidade, situando-se como agente preventivo e articulador de estratégias de desenvolvimento comunitário (Planas-Lladó & Pallisera, 2024).

A dimensão do cuidado integral à infância também é destacada em experiências asiáticas, como o programa indonésio "Kampung Anak Negeri", que associa acolhimento institucional ao desenvolvimento espiritual, comportamental e de competências (Sukma, 2021). Para o contexto brasileiro, marcado por demandas similares em abrigos e centros socioeducativos (Doyle, 2017), tal proposta ressalta a potência do educador social na efetivação dos direitos da criança e do adolescente (de St Croix, 2018).

Por fim, uma abordagem sistêmica da política social, que considera o ciclo de

vida familiar como referência, reforça o papel estratégico do educador social na articulação de práticas integradas de cuidado. Este ponto foi identificado na análise acadêmica internacional, especialmente em estudos como os de Golding e Harvey (2019), que evidenciam a necessidade de reconhecer a interdependência entre gerações, o que implica a construção de intervenções que contemplem tanto crianças quanto os seus cuidadores. Essa perspectiva é aprofundada por McGregor e Millar (2020), ao demonstrar como políticas públicas fragmentadas falham em oferecer respostas duradouras, tornando imprescindível a presença de educadores sociais como mediadores entre contextos familiares e sistemas institucionais.

4.3. Análise Integrada: Documental e Acadêmica

A seguir, discutem-se os principais dados e resultados do estudo, articulando as duas frentes analíticas adotadas: a análise documental nacional e a análise da produção acadêmica internacional. A leitura integrada dessas abordagens permitiu construir uma reflexão crítica sobre os desafios, tensões e possibilidades da profissionalização do educador social.

A análise dos documentos mapeados evidencia uma dissonância significativa entre os avanços teóricos consolidados na literatura e a ausência de reconhecimento institucional efetivo do educador social no Brasil. Conceitos fundamentais como a formação continuada (Borges & Carvalhais, 2024) e a tensão entre teoria e prática estão presentes tanto nos estudos acadêmicos quanto nas proposições legislativas. Entretanto, observa-se que a tradução dessas bases teóricas em normas legais ainda é limitada. Essa tensão reflete um processo de profissionalização ainda não consolidado, marcado por lacunas normativas, disputas jurisdicionais e precariedade nas condições de trabalho, (Bauli e Müller, 2020; Vieira et al., 2021).

A pedagogia crítica de Paulo Freire oferece uma chave interpretativa essencial para essa realidade. A noção de conscientização central na obra freireana articula-se diretamente com a identidade do educador social como agente de transformação, cuja prática educativa se ancora no diálogo e na superação de desigualdades estruturais (Freire, 2014; Brandstetter et al., 2024). A proposta de uma educação que estimula a

reflexão crítica e rompe com o modelo autoritário da educação bancária encontra respaldo nas práticas socioeducativas realizadas em contextos de vulnerabilidade social, reafirmando o papel transformador do educador social.

No campo da sociologia das profissões, a teoria sistêmica de Abbott (1991) contribui para compreender as disputas de jurisdição que envolvem o campo da ES. Conforme argumenta o autor, as profissões não atuam isoladamente, mas em constante interação com outras ocupações. Conforme evidenciado na análise documental nacional, no caso brasileiro, essa dinâmica manifesta-se na sobreposição de funções com áreas como o serviço social, a pedagogia e a psicologia, dificultando a delimitação do escopo de atuação e a consolidação de um ethos profissional próprio (Abbott, 1991; Dentz & Silva, 2015).

Do ponto de vista das políticas públicas, a análise documental aponta para três frentes prioritárias de intervenção. Um dos caminhos apontados refere-se à necessidade urgente de institucionalizar a formação superior obrigatória para o exercício da profissão de educador social. A persistente ambiguidade legal quanto ao nível de formação exigido, médio ou superior, compromete a consolidação da identidade profissional e a qualidade das intervenções.

A produção acadêmica internacional destaca que Portugal desponta como uma referência nesse aspecto, tendo estruturado uma licenciatura em ES que integra formação teórica, técnica e investigativa de forma articulada (Teixeira, 2021). Seguir esse modelo permitiria ao Brasil garantir não apenas maior qualificação profissional, mas também maior reconhecimento social e político da categoria.

Outro ponto central é a criação de um marco ético normativo que oriente a atuação dos educadores sociais no Brasil. A inexistência de diretrizes éticas específicas fragiliza o exercício profissional, deixando lacunas quanto à conduta esperada e à responsabilização institucional em casos de desvios. Nesse sentido, experiências como a Carta Ética da SPCE (2014) e Código de Ética Socioeducativa (FASE-RS, 2009), oferecem caminhos viáveis e contextualmente adequados. Tais instrumentos, ao estabelecerem princípios como compromisso, competência, responsabilidade e comunicação, contribuem para o fortalecimento do campo profissional (Garrido, 2012; Bauli & Müller, 2020).

A articulação intersectorial nas políticas sociais constitui também um vetor estratégico para a consolidação da ES como campo de intervenção legítimo. A integração dessa área às redes de proteção social e aos programas socioassistenciais, especialmente no âmbito do SUAS e do SCFV, revela-se fundamental para a promoção da inclusão, do desenvolvimento socioemocional e da permanência de sujeitos em contextos de vulnerabilidade (Dal Ben & Stella, 2023). Reconhecer a ES como componente transversal das políticas públicas educacionais e sociais é essencial para o enfrentamento das desigualdades e para a efetividade das ações socioeducativas no país. (Tärnfalk & Alm, 2021).

Autores contemporâneos têm reafirmado a importância da pedagogia freireana como fundamento ético e metodológico para uma prática educativa voltada à emancipação dos sujeitos (Toporkova et al., 2016). Nesse horizonte, o educador social é convocado a atuar não como gestor de demandas, mas como provocador de processos de conscientização e construção coletiva de respostas às problemáticas vividas. Isso implica romper com lógicas assistencialistas, promovendo o protagonismo social e político dos envolvidos (Lavender & Tuckett, 2020; Oliver Perelló & Santos, 2022).

A valorização dos saberes não escolares e das pedagogias críticas na formação de educadores sociais tem gerado disputas epistemológicas, sobretudo em espaços institucionais como o ensino superior (Mizzi, 2018; Simpson & Feyerabend, 2021). Esses debates refletem tensões entre modelos formativos tradicionais e propostas que reconhecem a legitimidade da educação informal como prática emancipadora e politicamente engajada, em consonância com os princípios que orientam a ES. Diante de estruturas institucionais engessadas, identificar os limites e as possibilidades da atuação em serviços sociais públicos permite antecipar questões relacionadas às tensões institucionais, à autonomia profissional e ao reconhecimento das práticas em ES. Essas reflexões são fundamentais para a consolidação de uma identidade profissional coesa e socialmente legitimada (Varela Crespo, 2021).

A prática do educador social também pode ser compreendida como um espaço de resistência ética frente à desumanização dos serviços. Verde-Diego et al. (2022) discutem como profissionais espanhóis, mesmo sob políticas de austeridade, resistem à instrumentalização tecnocrática e denunciam violações de direitos. De forma

convergente, Wilkinson e D’Angelo (2019) propõem o “acompanhamento comunitário” como metodologia baseada na presença ética e na escuta mútua. Complementarmente, práticas como o role-play — simulações de situações reais — e a argumentação colaborativa têm sido eficazes no desenvolvimento de competências éticas e interpretativas essenciais ao campo social (Vapalahti & Marttunen, 2020).

Essa potência do trabalho educativo informal se manifesta também em práticas territorializadas, como as visitas domiciliares em contextos alternativos à escola tradicional. Page (2023) mostra como educadores em contextos de exclusão escolar reconfiguram as suas práticas durante visitas às famílias, criando atmosferas de cuidado e presença compartilhada capazes de suavizar a rigidez institucional e responder de forma sensível às necessidades dos jovens. Trata-se de um tipo de atuação que transcende a dimensão técnica do atendimento e mobiliza saberes relacionais e éticos construídos em campo, confirmando o papel do educador social como criador de espaços de escuta, mesmo em zonas de desinstitucionalização.

Em articulação com esse cenário, experiências de aprendizagem comunitária revelam a força de práticas educativas gestadas em tempos de crise e em territórios simbólicos de esperança. Purcell (2022) descreve um programa que, mesmo em “tempos catastróficos”, promove transformação pessoal e social a partir de vínculos coletivos e narrativas de cuidado. Do mesmo modo, Valdez et al. (2018) apresentam experiências de ativismo educacional nos Estados Unidos que envolvem educadores comunitários, estudantes, famílias e docentes, articulando práticas educativas coletivas e radicalmente humanizadoras voltadas à justiça social e ao combate às violências sistêmicas. Esses exemplos evidenciam como os educadores sociais atuam em espaços informais que articulam denúncia e reconstrução, afetividade e ação política.

No entanto, como discutem Svensson e Larsson (2024), a convivência entre a lógica relacional do voluntariado e a lógica técnico-burocrática dos serviços sociais pode gerar tensões que desafiam a autonomia e o reconhecimento do trabalho informal. É nesse contexto que iniciativas como as “escolas de sustentabilidade” analisadas por Westoby e Lyons (2017) ganham destaque, ao valorizarem processos de aprendizagem vinculados a movimentos sociais e à construção coletiva do bem comum, deslocando o foco da profissionalização normativa para o engajamento ético e ecológico.

Nesse sentido, a profissionalização do educador social requer estratégias sistêmicas e integradas. Com base nos achados da análise documental nacional a criação de Conselhos Regionais e Federal de Educação Social (CONFES/CRES), moldados à semelhança dos conselhos profissionais existentes, permitiria consolidar diretrizes curriculares, registrar profissionais, fiscalizar práticas e promover formação continuada (Pereira, 2016). Paralelamente, fóruns permanentes entre universidades e o legislativo fortaleceriam o diálogo entre a produção acadêmica e a formulação de políticas públicas, ampliando a capacidade de incidência da categoria (Booth, 2023; Planas-Lladó & Pallisera, 2024).

A proposta de observatórios regionais de ES, vinculados a instituições de ensino superior, emerge como resposta à necessidade de monitorização e sistematização das práticas (Husabø et al., 2023; Marion et al., 2024). Esses observatórios poderiam gerar evidências sobre efetividade das intervenções, necessidades formativas e tendências emergentes, contribuindo para a construção de uma identidade profissional mais reflexiva e autónoma (Samagaio, 2006; Natali, 2016).

A partir da convergência entre as análises documental e acadêmica, a análise dos documentos também permitiu identificar um conjunto de recomendações concretas para o fortalecimento da regulamentação da profissão de educador social no Brasil. Uma dessas propostas refere-se à criação de um Plano Nacional de Formação Continuada, com financiamento público e diretrizes voltadas para a qualificação permanente da categoria. Esse plano deve priorizar metodologias participativas, a atualização em políticas sociais, o desenvolvimento de competências para a pesquisa aplicada e a formação ética específica da profissão, de modo a fortalecer a identidade e a prática profissional em contextos diversos (Anleu-Hernández & García-Moreno, 2021; de Souza, 2023).

Outra medida estratégica diz respeito à criação de um sistema nacional de conselhos profissionais, nos moldes do CONFES/CRES. Este sistema, dotado de base legal própria e representatividade democrática, teria como atribuições a definição de diretrizes curriculares, a manutenção de registros profissionais, a fiscalização ética do exercício da profissão e a promoção da pesquisa e da formação continuada na área. A sua implementação representaria um passo fundamental para consolidar a autonomia e

a legitimidade institucional da ES (Pereira, 2013; Bauli & Müller, 2020).

Por fim, destaca-se a necessidade de institucionalizar a carreira pública do educador social, assegurando concursos específicos que exijam formação superior na área, planos de progressão funcional com critérios claros, e remuneração compatível com a complexidade das funções exercidas (Odriozola & Goya, 2019). Essa estrutura não apenas valorizaria os profissionais, mas também garantiria a continuidade e a qualidade das ações socioeducativas, especialmente nos programas e serviços voltados à população em situação de vulnerabilidade (Campos & Delgado, 2017; Pérez & Barbero, 2020).

As lacunas mapeadas apontam ainda para uma agenda de pesquisas futuras, organizada em cinco eixos prioritários: (1) estudos longitudinais sobre a efetividade das práticas socioeducativas (Repková, 2024); (2) realização de um censo nacional da categoria; (3) análises comparadas com países que já regulamentaram a profissão; (4) investigações mistas sobre identidade e satisfação profissional (Pérez & Barbero, 2020); e (5) avaliação de modelos curriculares inovadores que integrem teoria freireana, metodologias participativas e competências técnicas (Azevedo et al., 2017; Vieira et al., 2021).

Em suma, os resultados desta pesquisa reforçam que a consolidação da ES como profissão regulamentada no Brasil é uma demanda ética e política. Trata-se de reconhecer uma prática socialmente legitimada, sustentada por uma base teórica sólida e por décadas de atuação transformadora nos territórios mais vulneráveis do país. A construção desse reconhecimento exige articulação entre academia, profissionais da área, movimentos sociais e instâncias governamentais, com base nos princípios da justiça social (Shea et al., 2023) e da educação emancipadora.

Reconhece-se que a análise documental apresenta limitações como a dependência de fontes já disponíveis, a possível lacuna de documentos sobre determinados períodos ou temas, e os riscos de interpretação enviesada. Nesse contexto, para mitigar tais riscos, a seleção metodológica de documentos foi orientada por princípios de triangulação e validação cruzada entre diferentes fontes, assegurando uma leitura contextualizada e rigorosa. As considerações ético-metodológicas, sobretudo na análise de ambientes digitais, buscaram preservar a dignidade e o anonimato dos sujeitos

envolvidos. A análise desses ambientes, cujos resultados estão detalhados na seção 4.2.4, priorizou a observação de tendências coletivas, interações associativas e práticas de compartilhamento entre educadores sociais, sem identificação direta de indivíduos. Optou-se, portanto, por não citar comentários específicos de redes sociais, seguindo as recomendações de Eynon et al. (2017) e Markham et al. (2012), que orientam para uma abordagem ética sensível ao contexto e à proteção dos participantes em estudos que envolvem ambientes digitais.

Como destaca Minayo (2012), o pesquisador qualitativo é também um agente interpretativo, e a sua postura exige escuta atenta e compromisso com a representação digna dos sujeitos. Em consonância, Freire e Macedo (2022) reforçam que a análise crítica só é ética quando contextualiza os discursos às condições materiais e históricas dos sujeitos. Ao adotar essa perspectiva, esta pesquisa não apenas cumpre os requisitos formais de ética, mas afirma um compromisso político com os educadores sociais, visando contribuir para o debate público sobre a regulamentação e o reconhecimento desta profissão fundamental para a justiça social no Brasil. Em síntese, os fatores apresentados favorecem o engajamento de profissionais em políticas públicas e destacam ainda a importância da busca pelo apoio organizacional e o desenvolvimento de competências analítico-políticas (Weiss-Gal & Gal, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

| ' ' | | ' ' |

5.1. Conclusões

Esta dissertação evidencia a importância do educador social no Brasil, analisando os processos de regulamentação, profissionalização e reconhecimento da atuação em contextos formais e informais. Mediante uma abordagem qualitativa e fundamentada em ampla revisão documental e teórica, foi possível identificar que a ES, apesar do seu crescimento e relevância social, ainda enfrenta desafios estruturais para sua consolidação como campo profissional plenamente reconhecido.

As análises evidenciaram que o trabalho do educador social se constitui como prática pedagógica transformadora, especialmente em territórios marcados pela desigualdade, pela ausência do estado ou pela vulnerabilização de grupos sociais. Trata-se de uma atuação que ultrapassa a simples execução de políticas públicas, assumindo contornos éticos, políticos e comunitários. Essa atuação, ancorada em vínculos humanos e práticas educativas críticas, reafirma a centralidade do educador social na mediação entre sujeitos e direitos. A diversidade de práticas analisadas revelou a amplitude do campo, que se manifesta tanto nos espaços institucionais como nas resistências quotidianas, nas iniciativas informais, nas redes comunitárias e nas articulações com movimentos sociais.

Embora a inexistência de uma regulamentação nacional unificada seja reconhecida como um entrave à consolidação identitária da profissão, a ausência de normatização não impediu a construção de práticas legítimas, nem a formação de sentidos coletivos em torno da identidade profissional do educador social. Pelo contrário, observou-se uma dinâmica de organização política e epistêmica que vem, cada vez mais, tensionando os limites entre o formal e o informal, entre o voluntariado e a atuação técnica, entre o saber acadêmico e o saber territorial. Essa tensão, longe de representar fragilidade, demonstra a vitalidade e a adaptabilidade da profissão frente aos desafios dos contextos sociais diversos.

Além de reafirmar o papel do educador social como agente de transformação, esta dissertação procurou inovar metodologicamente ao adotar uma estratégia de dupla análise: documental e acadêmica. Essa combinação possibilitou integrar diferentes tipos de conhecimento – institucional, empírico, comunitário e científico – conferindo

robustez e densidade à compreensão do campo da ES no Brasil. Ao considerar tanto documentos normativos e experiências nacionais quanto a produção científica internacional sistematizada, o estudo alcançou uma leitura mais abrangente e comparativa da realidade brasileira.

No campo acadêmico, o estudo também contribui para preencher uma lacuna teórica e metodológica no debate sobre a profissionalização do educador social. Ao sistematizar estudos publicados em diferentes contextos, a análise permitiu identificar regularidades, lacunas, convergências e divergências nas formas como a profissão é percebida, regulada e exercida. Essa síntese possibilita fundamentar futuras pesquisas e políticas de formação, além de fomentar o diálogo entre o Brasil e outros países da lusofonia e da América Latina, com desafios semelhantes.

Do ponto de vista social, os resultados indicam que a atuação do educador social responde diretamente aos efeitos da desigualdade estrutural, da violência simbólica e da insuficiência das políticas públicas. A pesquisa revelou que, mesmo diante de condições precárias, esses profissionais constroem vínculos significativos, promovem autonomia, criam espaços de escuta e mobilizam práticas de resistência educativa. Essas ações não apenas respondem a carências, mas ativam processos de empoderamento coletivo, tornando a ES um componente essencial da justiça social.

A análise também destaca a centralidade da formação no fortalecimento da identidade profissional do educador social. A ausência de diretrizes curriculares claras, associada à oferta desigual de cursos de formação, compromete a construção de um saber profissional específico. Diante disso, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à formação, mas também sua qualidade e coerência com os princípios da ES. Nesse cenário, torna-se urgente repensar o papel das instituições de ensino superior na estruturação de programas formativos que articulem teoria crítica, prática territorial e compromisso ético. A formação deve deixar de ser apenas técnica para assumir um papel emancipador, em consonância com a pedagogia freireana.

Como toda pesquisa qualitativa, esta dissertação apresenta limites. A análise documental nacional concentrou-se em fontes disponíveis em meio digital e, por isso, pode ter deixado de fora produções relevantes em circulação restrita. A análise

acadêmica, por sua vez, priorizou bases de dados internacionais indexadas, o que pode excluir experiências significativas em publicações locais ou comunitárias. Além disso, o estudo não incluiu entrevistas ou narrativas diretas de educadores sociais em exercício, o que representaria uma dimensão complementar valiosa. Recomenda-se que estudos futuros incorporem metodologias participativas e ampliem o diálogo direto com educadores sociais em exercício, possibilitando uma escuta mais aprofundada de suas trajetórias, práticas e demandas.

O percurso analítico realizado aponta para a necessidade de uma agenda crítica e contínua de investigação sobre o campo da ES. São temas urgentes: a avaliação do impacto das práticas socioeducativas nos territórios; os mecanismos de incidência política dos educadores sociais na formulação de políticas públicas; a análise interseccional das experiências da categoria (gênero, etnia, classe, território); e o acompanhamento da implementação de programas formativos em contextos institucionais diversos. Essa agenda, ao mesmo tempo que projeta caminhos futuros, confirma que os objetivos propostos nesta dissertação foram plenamente alcançados, ao permitir uma leitura crítica da situação da profissão no Brasil, evidenciar seus desafios e potências e contribuir para o debate público e acadêmico sobre a regulamentação, identidade e valorização do educador social.

Em síntese, a consolidação da ES como campo profissional exige mais do que normatizações legais: requer o reconhecimento institucional aliado ao protagonismo dos territórios. Trata-se de um movimento coletivo e politicamente comprometido com a superação das desigualdades e com a valorização dos saberes construídos na prática cotidiana. Esta dissertação alinha-se a esse compromisso, oferecendo uma contribuição teórico-metodológica que reforça a legitimidade da atuação do educador social e convida pesquisadores, gestores públicos, formadores e a sociedade civil a reconhecerem o potencial transformador dessa profissão.

5.2. Contribuições e implicações do estudo

Esta dissertação oferece contribuições relevantes para o campo da ES, tanto no plano teórico quanto no político e formativo. Ao mapear e analisar criticamente os

processos de regulamentação da profissão de educador social no Brasil, o estudo contribui para a compreensão das tensões entre reconhecimento institucional, práticas sociais emergentes e a construção da identidade profissional. A sistematização de documentos legais, acadêmicos e associativos permitiu iluminar um campo ainda pouco explorado na sua totalidade, revelando disputas simbólicas, apagamentos e resistências que atravessam a trajetória da profissionalização (Zucchetti, 2010; Bauli & Müller, 2020; Vieira et al., 2021).

Do ponto de vista teórico, o trabalho amplia os debates sobre a ES como prática transformadora situada nos territórios, articulando pedagogia crítica, justiça social e práticas instituintes. Ao abordar simultaneamente os espaços formais e informais de atuação, e ao valorizar os saberes construídos nas margens das estruturas tradicionais, a pesquisa contribui para tensionar modelos normativos de formação e atuação, propondo uma visão mais plural e enraizada da profissionalidade (de Paula, 2017; Gonzalez & Ávila, 2019; Paiva & Müller, 2021).

Metodologicamente, a dissertação adota uma abordagem documental crítica que conjuga análise de fontes institucionais, acadêmicas e digitais. Essa estratégia permitiu integrar diferentes perspectivas e produzir uma leitura densa e politicamente situada da realidade dos educadores sociais no Brasil (Machado & Machado, 2011; Teixeira, 2021). Além disso, a categorização temática adotada pode ser replicada ou adaptada em estudos futuros que visem compreender outras dimensões do campo educativo-social.

Em termos de implicações práticas, os resultados da pesquisa podem subsidiar iniciativas de regulamentação profissional, formulação de políticas públicas e criação de espaços formativos mais coerentes com as demandas reais dos territórios. Também podem fortalecer o diálogo entre academia, movimentos sociais e redes de educadores, contribuindo para a consolidação de uma ES comprometida com a dignidade humana, com a diversidade cultural e com os direitos sociais (Gohn, 2011; Natali, 2016).

5.3. Perspectivas para estudos futuros

A presente pesquisa revelou uma série de lacunas que abrem caminhos relevantes para investigações futuras no campo da ES. A primeira delas refere-se à necessidade de

aprofundar os estudos sobre os impactos da não regulamentação da profissão, especialmente no que tange à precarização do trabalho, à descontinuidade das ações socioeducativas e às ambiguidades na identidade ocupacional dos educadores sociais. Embora autores como Pereira (2016) e Bauli e Müller (2020) já tenham alertado para as consequências dessa indefinição normativa, ainda são escassas as pesquisas empíricas que analisem os seus efeitos concretos nos diferentes contextos de atuação.

Outra vertente promissora de investigação diz respeito às experiências formativas construídas fora dos modelos tradicionais de ensino superior. A valorização dos saberes territoriais, das práticas colaborativas e das pedagogias críticas convidam à reflexão sobre processos de formação contínua que dialoguem com a complexidade das realidades sociais (de Paula, 2017; de Souza et al., 2020). Estudos futuros podem explorar metodologias participativas de formação em serviço, intercâmbios entre instituições acadêmicas e organizações comunitárias, bem como estratégias de escuta ativa na construção curricular.

Também se identificou um campo fértil de pesquisa relacionado ao trabalho educativo em espaços não formais e informais, especialmente à luz das resistências micropolíticas, da criação de redes solidárias e da articulação com movimentos sociais. Investigações que documentem e analisem práticas pedagógicas desenvolvidas em periferias urbanas, comunidades tradicionais e contextos de exclusão podem contribuir para o fortalecimento da ES como campo enraizado nas lutas por justiça social. Como apontam Vieira et al. (2021) e Paiva e Müller (2021), compreender essas práticas é fundamental para sustentar uma profissionalização que não se limite à normatização, mas que incorpore o compromisso ético e transformador da atuação educativa.

Ampliando ainda mais esse horizonte, destaca-se a importância de estudos comparativos que abordem os processos de institucionalização e as políticas de formação em diferentes contextos socioculturais. Essa dimensão internacional pode não apenas ampliar o escopo analítico da ES brasileira, como também favorecer articulações sul-sul que fortaleçam epistemologias situadas, diálogos interculturais e projetos de cooperação.

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS
| ' ' | ' ' |

- Abbott, A. (1991). The order of professionalization: An empirical analysis. *Work and Occupations*, 18(4), 355–384.
- Accorssi, A., Schwengber, D., & Frey Bamberg, C. L. (2019). Educadores sociais como agentes de transformação: Reflexões a partir de um centro social localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Em Extensão*, 18(2).
- Anleu-Hernández, C. M., & García-Moreno, C. (2021). Community development as a key element in social work education and practice in Spain. *Community Development Journal*, 56(4), 644–662.
- Aresta, V. (2020). Shelter homes for mothers with children in the Czech Republic and the target group of needs they meet. *ERIS Journal – Winter*, 2020(7).
- Aromataris, E., & Munn, Z. (Eds.). (2020). *JBI manual for evidence synthesis*. Joanna Briggs Institute. <https://jbi.global/ebp/manual>
- Associação Brasileira de Pedagogia Social. (n.d.). *Relatório de atividades e mobilizações em prol da regulamentação da profissão de educador social*. <https://pedagogiasocialbr.wordpress.com/category/abrapsocial/>
- Associação de Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo. (n.d.). *Contribuições para o debate sobre a regulamentação da profissão de educador social*. <https://www.aeessp.org.br/>
- Azevedo, S. (2021). Educação social: Profissão ou ciência? Contributos para uma discussão científica. *Revista Interações*, 17(56), 50–67.
- Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A educação social em Portugal: Evolução da identidade profissional. *RES: Revista de Educación Social*, (17), 14.
- Azevedo, S., Correia, F., Machado, É. R., & de Paiva, J. S. (2017). Educação social: Caminhos percorridos, desafios e oportunidades contemporâneas [Social education: Paths covered, challenges and contemporary opportunities]. *Saber & Educar*, (22), 62–71.
- Barros, R. (2023). Da educação e intervenção comunitária para a educação social: Um breve olhar histórico sobre a formação dos técnicos superiores de educação social no Algarve. *Sarmiento. Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación*, 27, 145–167.

- Batsleer, J., Thomas, N. P., & Pohl, A. (2019). Who knows? Youth work and the mise-en-scene: Reframing pedagogies of youth participation. *Pedagogy, Culture & Society*, 28(2), 205–221.
- Bauli, R. A., & Müller, V. R. (2020). *Educador social no Brasil: Normatização e profissionalização*. Editora Livrologia.
- Booth, J. (2023). Desperate for social innovation: The case for the community-based university. *Community-Based Research Canada Journal*, 1(1), 56–61. <https://wlv.openrepository.com/items/39a780e2-a2eb-4bc2-904d-78283ff20920>
- Borges, G., & Carvalhais, L. (2024). Social educators' initial and in-service training: Community projects as promoters of professional development. *Social Work Education*. <https://doi.org/10.1080/02615479.2024.2378914>
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40.
- Brandstetter, J., Brüscheweiler, B., Reutlinger, C., & Rosenberger, C. (2024). The figure of transformation and its effects on the professional spatial practices in the field of youth welfare. *European Journal of Social Work*. <https://doi.org/10.1080/13691457.2024.2430503>
- Brasil. (2015). *Projeto de lei n.º 328/2015: Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências*. Senado Federal. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529>
- Brown, M. (2019). Pedagogical development in older adult education: A critical community-based approach. *Studies in the Education of Adults*, 52(1), 16–34.
- Bryda, G., & Pedro Costa, A. (2024). Tecnologias transformativas: Inteligência artificial e grandes modelos de linguagem na pesquisa qualitativa. *Revista Baiana de Enfermagem*, 38. <https://doi.org/10.18471/rbe.v38.61024>
- Câmara dos Deputados. (2016). *Audiência pública debateu a regulamentação da profissão de educador social*. Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/audiencia-publica-debateu-a-regulamentacao-da-profissao-de-educador-social>
- Câmara dos Deputados. (s.d.). *Projeto de lei n.º 5346/2009*. Acesso em 10 de fevereiro de 2025, de

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196>

Delgado, L., & Campos, J. (2016, julho). *Sociologia e formação dos profissionais do trabalho social: Reflexão em torno da experiência profissional em instituições do ensino superior politécnico*. Comunicação apresentada no IX Congresso Português de Sociologia – Portugal, Território de Territórios, Universidade do Algarve, Faro, Portugal. Recuperado de

https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/COM0713.pdf

Campos, J., & Delgado, L. (2017, julho). Profissionais do trabalho social em Portugal: Formação inicial e avançada. Comunicação apresentada na II Conferencia Ibérica de Sociología de la Educación, Córdoba, Espanha. Recuperado de <https://repositorio.ipl.pt/entities/publication/c0cf5498-048b-4f5e-ac56-59ab210efe1b>.

Carilli, C. S. F., de Souza Orenge, G. A., Machado, G. V., Santos, L. D. R., Carrijo, L. D. S. S., Freitas, M. E. O., ... & de Aquino, R. L. (2023). Funcionalidades acadêmicas e científicas do Google. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 5(3), 677–693. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p677-693>

Carvalho, C., & Carvalho, H. M. (2023). O papel e a relevância da educação social em contexto escolar. *Revista Lusófona de Educação*, 60(60). <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle60.09>

Castillo-López, M. (2024). Being in tension: The dependent response in social education. *Ethics and Education*, 19(1), 76–92. <https://doi.org/10.1080/17449642.2024.2305104>

Cavalcante, M. T. L., Riberas, G., & Rosa, G. (2016). Fostering innovation in social work and social education degrees: Multilingual environment and tools for social change. *International Journal of Educational Technology in Higher Education*, 13, 1–11.

Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais. (2018). Código de conduta ética na investigação do Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais. Escola Superior de Educação de Lisboa. https://www.eselx.ipl.pt/sites/default/files/media/2018/aprovado_codigo_etica_0.pdf <https://doi.org/10.1186/s41239-016-0031-0>

Chew, R., Bollenbacher, J., Wenger, M., Speer, J., & Kim, A. (2023). LLM-assisted content analysis: Using large language models to support deductive coding. *arXiv preprint*, arXiv:2306.14924. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2306.14924>

- Cole, V., & Boutet, M. (2023). ResearchRabbit. *Journal of the Canadian Health Libraries Association*, 44(2), 43. <https://doi.org/10.29173/jchla29699>
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso.
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2015). *Pesquisa de métodos mistos: Série Métodos de Pesquisa*. Penso.
- da Cruz Bernardino, M. C., Porteró, C. S., & Freitas, V. (2019). The role of the social educator and the search of professionalism in Brazil. *International Journal for Innovation Education and Research*, 7(3). <https://doi.org/10.31686/ijer.Vol7.Iss3.1360>
- da Gloria Bonelli, M., Nunes, J. H., & Mick, J. (2017). Ocupações e profissões na sociedade brasileira de sociologia: Balanço da produção (2003–2017). *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, 5(11). <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.219>
- da Luz, L. H., Natali, P. M., & Müller, V. R. (2020). Educadores e educadoras sociais e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos em Ivaiporã-PR: Ação educativa com crianças e adolescentes com direitos violados. *Contradição – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais*, 1(2). <https://doi.org/10.33872/revcontrad.v1n2>
- Dal Ben, A., & Stella, E. (2023). The missing voice: Sinti families, socio-educational services and attempts at inclusion. *Italian Journal of Sociology of Education*, 15(3), 239–258. <https://doi.org/10.14658/PUPJ-IJSE-2023-3-11>
- de Castro Lola, E. (2021). *Trabalho prescrito versus trabalho real: Atuação do educador social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Belém, Pará-Brasil* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal).
- de Paula, E. M. A. T. (2017). Pedagogia social e educação social: Análises das convergências e divergências teóricas dessas áreas no Brasil. *Ensino & Pesquisa*, 15(2). <https://doi.org/10.33871/23594381.2017.15.2.1645>
- de Souza, C. R. T. (2023). Educação social no Brasil: Formação profissional. *Revista Lusófona de Educação*, 60(60).
- de Souza, C. R. T., Natali, P. M., & Müller, V. R. (2020). Formación universitaria en educación social: cartas y reflexiones. *Hachetepé. Revista Científica de Educação e Comunicação*, (20), 67–78. <https://doi.org/10.25267/Hachetepe.2020.i20.8>

- de St Croix, T. (2018). Youth work, performativity and the new youth impact agenda: Getting paid for numbers?. *Journal of Education Policy*, 33(3), 414–438. <https://doi.org/10.1080/02680939.2017.1372637>
- Dentz, M. V., & Silva, R. R. D. D. (2015). Dimensões históricas das relações entre educação e serviço social: Elementos para uma revisão crítica. *Serviço Social & Sociedade*, (121), 7–31. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.011>
- Dias, S. P. (2018). *Educadoras e educadores sociais de Porto Alegre em busca de reconhecimento* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8164>
- dos Santos Sant’Anna, M. M., & Flandoli, B. R. G. X. (2021). Educação social-pedagogia social: Origem, conceito e contradições com a pedagogia escolar. *Estudos em Ciências Humanas e Sociais*, 30.
- dos Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin [Resenha do livro *Análise de conteúdo*, de L. Bardin]. *Revista Eletrônica de Educação*, 6(1), 383–386.
- Downey, M. M., & Thompson-Lastad, A. (2023). From apathy to structural competency and the right to health: An institutional ethnography of a maternal and child wellness center. *Health and Human Rights*, 25(1), 23–34. <https://www.hhrjournal.org/2023/06/from-apaty-to-structural-competency-and-the-right-to-health-an-institutional-ethnography-of-a-maternal-and-child-wellness-center/>
- Doyle, P. (2017). Towards a quality framework for adult learners in recovery: Ensuring quality with equity. *Adult Learner: The Irish Journal of Adult and Community Education*, 33, 42.
- Evetts, J. (2006). Short note: The sociology of professional groups: New directions. *Current Sociology*, 54(1), 133–143. <https://doi.org/10.1177/0011392106057161>
- Excalidraw. (n.d.). *Excalidraw – Virtual whiteboard for sketching hand-drawn like diagrams*. Retrieved April 5, 2025, from <https://excalidraw.com>
- Eynon, R., Fry, J., & Schroeder, R. (2017). The ethics of online research. In N. G. Fielding, R. M. Lee, & G. Blank (Eds.), *The SAGE handbook of online research methods* (2^a ed., pp. 19–37). SAGE Publications.
- Falcade, A., Falcade, L., Abegg, I., & Dalcin, E. (2019). Técnicas de produção e tratamento de dados qualitativos em teses e dissertações sobre tecnologias educacionais digitais

- utilizando a pesquisa-ação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 100(256), 697–712. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i256.4141>
- Ferreira, A. V. (2017). A construção da profissão de educador social no Ensino Superior Brasileiro: Novas possibilidades de formação? *Revista Brasileira de Ensino Superior*, 2(4), 70–79. <https://doi.org/10.18256/2447-3944/rebes.v2n4p70-79>
- Flick, U. (2022). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (6ª ed.). Artmed Editora.
- Fragoso, A., & Valadas, S. T. (2018). The rise and fall of adult community education in Portugal. *Social Sciences*, 7(11), 239. <https://doi.org/10.3390/socsci7110239>
- Freire, I. P., & Macedo, S. M. F. (2022). A investigação qualitativa em educação – aspectos epistemológicos e éticos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(24), 276–296. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.24.400>
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra.
- Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul [FASE-RS]. (2009). *Código de Ética Socioeducativa*. Porto Alegre: FASE-RS. Recuperado de <https://www.fase.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/06165415-codigo-de-etica.pdf>
- Gadotti, M. (2012, dezembro). Educação popular, educação social, educação comunitária. In *Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social*.
- Galvão, P., & Marinho-Araujo, C. M. (2017). Psicologia escolar em ONGs: Desafios profissionais e perspectivas contemporâneas de atuação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 467–476. <https://doi.org/10.1590/2175-35392017021311177>
- Garrido, N. D. C. (2012). Educador social: Diferentes campos de atuação, formação e reconhecimento profissional. In *Anais do 4º Congresso Internacional de Pedagogia Social*.
- Gohn, O. D. M. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333–361.
- Golding, B., & Harvey, J. (2019). 50 years of AONTAS: Developments in the field of adult education in Ireland as reflected in the contents of "The Adult Learner and its antecedent journals". *Adult Learner: The Irish Journal of Adult and Community Education*, 21, 56.
- Henward, A. S., Lyu, S. R., & Jackson, Q. M. (2021). African American Head Start teachers' approaches to police play in the era of Black Lives Matter. *Teachers College Record*,

123(8), 86–113. <https://doi.org/10.1177/01614681211048627>

- Husabø, M., Mæhle, M., Råheim, M., & Øien, A. M. (2023). Persevering professionals: Dilemmas of relationships and self-determination in work with people with intellectual disability – a multi-method study based on interpersonal process recall. *Journal of Intellectual Disabilities*, 28(2), 453–468. <https://doi.org/10.1177/1744629523115412>
- Ito, S. I., & Azevêdo, A. V. D. S. (2022). Narratives of photographic records of the practices of social educators of a residential group home for children and adolescents. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 32, e3215. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3215>
- Izidoro, T. [@thaisizidoron]. (n.d.). Canal no YouTube. YouTube. <https://www.youtube.com/@thaisizidoron>
- Junior, E. B. L., de Oliveira, G. S., dos Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44).
- Kandil, Y. (2024). The quiet revolution: Grassroots theatre and solidarity in post-revolution Egypt. *Research in Drama Education: The Journal of Applied Theatre and Performance*, 29(3), 476–491. <https://doi.org/10.1080/13569783.2024.2368158>
- Laumann, E. (2022). *O educador social: A criança e o adolescente em acolhimento institucional – um olhar sensível* (Dissertação de mestrado). Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.
- Lavender, P., & Tuckett, A. (2020). Inspired by Freire: From literacy to community. How the ideas of Paulo Freire shaped work in the UK. *Adult Learner: The Irish Journal of Adult and Community Education*, 31, 49
- López, P., Rivera, O. M., & Fonseca, J. (2024). Transiciones vitales: Una propuesta de categorización para la formación y la intervención de los profesionales de la acción social. *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 31(2), 184–213. <https://doi.org/10.14198/ALTERN.24695>
- Maber, E. J. T. (2016). Finding feminism, finding voice? Mobilising community education to build women's participation in Myanmar's political transition. *Gender and Education*, 28(3), 416–430. <https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1167175>
- Machado, E. M., & Machado, L. M. (2011). O campo de trabalho do educador social escolar e não escolar na organização da pedagogia social no Brasil. *Anais do 25.º Simpósio*

Brasileiro de Política e Administração da Educação.

- Machado, É. R. (2017). As possibilidades entre a didática e a educação social – pedagogia social. *Ensino & Pesquisa, 15*(2). <https://doi.org/10.33871/23594381.2017.15.2.1774>
- Mano, A. D. M. P., & de Souza Rizzo, D. T. (2021). A educação social e a formação de professores em pesquisas: Definições, indefinições e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 16*(Edição Especial 1), 999–1013. <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iEsp.1.13885>
- Marion, É., Tchuindibi, L., Fiset, D., & Trinh, C. (2024). Disruption and adaptation: The school mobility experience of young people in residential care. *Children and Youth Services Review, 163*, 107817. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.107817>
- Markham, A., & Buchanan, E. (2012). *Ethical decision-making and internet research: Recommendations from the AoIR Ethics Working Committee (Version 2.0)* [Relatório técnico]. Association of Internet Researchers.
- Martins, E. C. (2020). A educação social nos novos espaços e tempos: As realidades entroncadas da intervenção social e educativa. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 15*(Edição Especial 3), 2167–2187. <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14423>
- McGregor, C., & Millar, M. (2020). A systemic lifecycle approach to social policy practice in social work: Illustrations from Irish child welfare and parenting research and practice. *The British Journal of Social Work, 50*(8), 2335–2353. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcaa194>
- Minayo, M. C. D. S. (2012). Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva, 17*, 621–626.
- Mizzi, E. (2018). Educators’ attitudes at an informal learning environment in the Society of Christian Doctrine in Malta: Insights for teacher education. *Scottish Educational Review, 50*(2), 39–53. <https://doi.org/10.1163/27730840-05002004>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *BMJ, 339*, b2535. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2535>
- Montalbá Ocaña, C., & Russo Botero, M. (2021). Socio-digital intervention: Towards what future do we want to walk to? *Social Theory, 2*, 310–325.

<https://doi.org/10.24197/st.2.2021.310-325>

- Moskalenko, M. R., Dorozhkin, E. M., Ozhiganova, M. V., Murzinova, Y. A., & Syssa, D. O. (2016). Peculiarities of students of pedagogical specialties training in preventive work with juveniles delinquents. *International Journal of Environmental and Science Education*, 11(16), 8810–8820.
- Mussi, R. F. D. F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. D. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, 17(48), 60–77. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>
- Natali, P. M., & Bauli, R. A. (2016). Profissionalização e formação: Meandros da educação social brasileira. In V. Núñez (Org.), *Pedagogia social e educação social: Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil e Uruguai* (pp. 71–80). CLACSO.
- Natali, P. M. (2016). *Formação profissional na educação social: Subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino-americanos* [Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Maringá]. <http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Paula%20Natali.pdf>
- Neubauer, A., López, A. M., Garzón, F. R., & Trachtenberg, T. S. (2023). Representaciones y reconocimiento de la infancia (des)protegida: Dilemas de la educación social desde Melilla. *Revista Lusófona de Educação*, 60(60). <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle60.10>
- Newberry, J., & Marpinjun, S. (2017). Payment in heaven: Can early childhood education policies help women too? *Policy Futures in Education*, 16(1), 29–42. <https://doi.org/10.1177/1478210317739467>
- Odriozola, M. S., & Goya, E. G. (2019). Transfrontier exchange for modelling good practices in social intervention based on PAR: The case of the Sarea Project. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 8(1), 57–71. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2019v8i1.p57-71>
- Oliveira, J., & Carvalho, M. I. (2024). Art-based social work experiences in Portugal. *Journal of Social Work Practice*, 39(2), 239–255. <https://doi.org/10.1080/02650533.2024.2411051>
- Oliver Perelló, M. Á., & Matos Silveira Santos, R. D. (2022). Paulo Freire y trabajo social en España: Análisis socio-histórico y contribuciones para el contexto actual. *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, 29(2), 325–346. <https://doi.org/10.14198/ALTERN.20331>

- O'Donnell, J. L. (2019). "I let not just their knowledge but their worlds inform what I teach." Difficult knowledge in the popular education classroom in Buenos Aires, Argentina. *Anthropology & Education Quarterly*, 51(1), 66–89. <https://doi.org/10.1111/aeq.12323>
- Pacetti, E., & Soriani, A. (2020). Online computer science workshops for educators in higher education during Covid-19: Challenges and opportunities of a forced distance learning. *REM*, 12(1), 93–104. <https://doi.org/10.2478/rem-2020-0011>
- Page, D. (2023). Atmospheres, spaces and job crafting: Home visits in alternative provision. *Research Papers in Education*, 38(1), 102–120. <https://doi.org/10.1080/02671522.2021.1961292>
- Paiva, J., & Müller, V. R. (2021). Educação social em Brasil: De la calle a la academia y de vuelta a la calle. *RES: Revista de Educación Social*, (32), 72–87. <http://www.eduso.net/res>
- Paiva, J., de Souza, C. R. T., Natali, P. M., Müller, V. R., & Bauli, R. A. (2014). A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: Uma roda da conversa. *Interfaces Científicas – Educação*, 3(1), 77–88. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p77-88>
- Pappámikail, L., & Delgado, L. (2021). Educação social: Diálogos entre a formação e a profissionalidade. *Revista Interações*, 17(56), 1–10. <https://doi.org/10.25755/int.24515>
- Pereira, A. (2013, junho). A regulamentação da profissão de educador social e os impactos sobre a sua profissionalidade e formação [Comunicação oral]. *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, PE, Brasil.
- Pereira, A. (2016). A profissionalidade do educador social frente à regulamentação profissional da educação social: As disputas em torno do Projeto de Lei 5346/2009. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 11(3), 1294–1317. <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.6041>
- Pérez, A. M., & Barbero, F. L. (2020). Satisfacción profesional de los educadores sociales: Factores de influencia. *Bordón: Revista de Pedagogía*, 72(2), 99–118.
- Planas-Lladó, A., & Pallisera, M. (2024). Learning from experts by experience as part of social work education: Undergraduate students' perspectives. *Journal of Teaching in Social Work*, 44(5), 495–511. <https://doi.org/10.1080/08841233.2024.2408302>
- Purcell, M. E. (2022). Hope in 'catastrophic' times: Participants' stories of nurture and

transformation from an innovative community learning initiative. *Research in Post-Compulsory Education*, 27(2), 219–241. <https://doi.org/10.1080/13596748.2022.2042906>

Rasskazova, O., Anholenko, V., Kravchenko, A., Sulimenko, O., Mohylka, O., & Kuzminykh, M. (2021). *Readiness of social services specialists for gender-sensitive activities with offence-prone juveniles* [Relatório técnico não publicado]. Kharkiv National Medical University. <https://repo.knmu.edu.ua/handle/123456789/28816>

Repková, K. (2024). “We ask what clients think.” Involving user representatives in quality evaluation – a pilot project from Slovakia. *Czech & Slovak Social Work / Sociální Práce / Sociálna Práca*, (1), 17–25.

Rodrigues, M. D. L. (2012). *Profissões: Lições e ensaios*. Almedina.

Roets, G., Van Beveren, L., Saar-Heiman, Y., Degerickx, H., andekinderen, C., Krumer-Nevo, M., & Roose, R. (2020). Developing a poverty-aware pedagogy: From paradigm to reflexive practice in post-academic social work education. *The British Journal of Social Work*, 50(5), 1495–1512. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcaa043>

Romaniuk, I. (2018). Training social educators to organize cultural and leisure activities: British and Ukrainian experience. *Porivnial'na Profesijna Pedagogika / Comparative Professional Pedagogy*, 8(4), 47–53. <https://doi.org/10.2478/rpp-2018-0053>

Samagaio, F. (2006). A educação social e a investigação: Algumas generalidades em torno de um perfil profissional. *Cadernos de Estudo*, (3), 17–23. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/879>

Sellers, C., Samuel, G., & Derrick, G. (2020). Reasoning “uncharted territory”: Notions of expertise within ethics review panels assessing research use of social media. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 15(1–2), 28–39. <https://doi.org/10.1177/1556264619837088>

Shatberashvili, N. (2024). Social service response to the needs of the Ukrainian refugees. *Journal of Human Rights and Social Work*, 9(3), 485–495.

Shea, M. V., Jurow, A. S., Schiffer, J., Escudé, M., & Torres, A. (2023). Infrastructural injustices in community-driven afterschool STEAM. *Journal of Research in Science Teaching*, 60(8), 1853–1878. <https://doi.org/10.1002/tea.21852>

- Sheridan, L., & Mungai, M. (2021). Teacher-student reflections: A critical conversation about values and cultural awareness in community development work, and implications for teaching and practice. *Education Sciences*, 11(9), 526. <https://doi.org/10.3390/educsci11090526>
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 16(1), 1–14.
- Simpson, A., & Feyerabend, M. (2021). Tug-of-war: The pull of formal institutional practices and structures and the desire for personal change. *International Journal of Science and Mathematics Education*, 20(1), 149–168.
- Sizikova, V. V., Anikeeva, O. A., Shimanovskaya, Y. V., Kopnina, O. O., Tyapkina, T. Y., Firsov, M. V., & Kozlovskaya, S. N. (2016). Integration of social education and the labor market through a simulation of professional activity. *Indian Journal of Science and Technology*, 9(42), Article 104214. <https://doi.org/10.17485/ijst/2016/v9i42/104214>
- Smith, A., & Seal, M. (2021). The contested terrain of critical pedagogy and teaching informal education in higher education. *Education Sciences*, 11(9), 476. <https://doi.org/10.3390/educsci11090476>
- Senado Federal. (2015a). *Projeto de Lei do Senado n.º 328/2015: Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências*. Senado Federal. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=582229&ts=1699358118485&disposition=inline>
- Senado Federal. (2015b). *Tramitação do PLS 328/2015*. Senado Federal. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529>
- Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação [SPCE]. (2014). *Carta ética da SPCE*. <https://www.spce.org.pt/PDF/CARTAETICA.pdf>
- Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: Conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67. <http://hdl.handle.net/10183/245380>
- Sukma, N. M. (2021). Development of physical and mental abilities in fulfilling children's rights in the program of 'Kampung Anak Negeri' in Surabaya. *Indian Journal of Forensic Medicine and Toxicology*, 15(1), 213–216.
- Svensson, K., & Larsson, M. (2024). Incompatible logics? Professionals and volunteers as

collaborating partners in the disability services, the social services, and the probation services. *Nordic Social Work Research*, 1–14.
<https://doi.org/10.1080/2156857X.2024.2365854>

- Tärnfalk, M., & Alm, C. (2021). Social worker motivations and organisational prerequisites for care of children who commit crimes – the best interests of the child or the protection of society? *European Journal of Social Work*, 24(1), 21–33.
- Teixeira, L. (2008). *Trajetórias e cenários de inserção profissional de diplomados em educação social do ensino superior politécnico: Pontes e vazios na relação entre percursos de formação e percursos de inserção profissional* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Santarém]. <https://www.proquest.com/dissertations-theses/trajetorias-e-cenarios-de-insercao-profissional/docview/2637679783/se-2?accountid=190781>
- Teixeira, L. D. (2021). Olhares sobre a formação e a profissionalidade em educação social: Convicções, apelos e desassossegos de uma experiência formativa. *Revista Interações*, 17(56), 87–116. <https://doi.org/10.25755/int.21654>
- Tisdell, E. J., Merriam, S. B., & Stuckey-Peyrot, H. L. (2025). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. John Wiley & Sons.
- Thompson, C., & Hardee, S. C. (2017). “But I said something now”: Using border pedagogies to sow seeds of activism in youth empowerment programs. *Critical Questions in Education*, 8(4), 514–537.
- Toporkova, O., Glebova, E., Vysotskaia, I. V., & Tikhaeva, V. V. (2016). Social pedagogical work with different age groups in Germany. *International Journal of Environmental and Science Education*, 11(16), 9448–9456.
- Trout, L., McEachern, D., Mullany, A., White, L., & Wexler, L. (2018). Decoloniality as a framework for Indigenous youth suicide prevention pedagogy: Promoting community conversations about research to end suicide. *American Journal of Community Psychology*, 62(3–4), 396–405. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12293>
- Ujiie, N. T., Natali, P. M., & Machado, É. R. (2009). Contextos da formação do educador social no Brasil. *Educação Unisinos*, 13(2), 117–124.
- Valdez, C., Curammeng, E., Pour-Khorshid, F., Kohli, R., Nikundiwe, T., Picower, B., & Stovall, D. (2018). We are victorious: Educator activism as a shared struggle for human being.

The Educational Forum, 82(3), 244–258.

<https://doi.org/10.1080/00131725.2018.1458932>

Vally, S., & Motala, E. (2022). The making of post-apartheid state policies for workers, adult and community education and training: Abandoned possibilities. *Education as Change*, 26(1), 1–23. <https://doi.org/10.25159/1947-9417/11366>

Vapalahti, K., & Marttunen, M. (2020). Collaborative argumentation through role-play by students on a degree programme in social services. *Social Work Education*, 39(4), 552–566. <https://doi.org/10.1080/02615479.2019.1663164>

Varela Crespo, L. (2021). SWOT analysis of professional practices of social education in social services: Possibilities and limits. *Revista Complutense de Educación*, 32(2), 217–226. <https://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/download/68319/4564456556680/4564456611443>

Verde-Diego, C., Pastor-Seller, E., González-Rodríguez, R., & Peláez Quero, E. (2022). The social services of Spain after the neoliberal period: Longitudinal analysis from the perspective of social work (2012–2018). *The British Journal of Social Work*, 52(5), 3024–3039. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcab201>

Vieira, A. M., Vieira, R., & Marques, J. C. (2021). Educador social eu sou: Quem eu era e no que me tornei, como e com quem... *Série-Estudos*, 26(57), 25–40. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i57.1573>

Weiss-Gal, I., & Gal, J. (2020). Explaining the policy practice of community social workers. *Journal of Social Work*, 20(2), 216–233. <https://doi.org/10.1177/1468017318814996>

Westoby, P., & Lyons, K. (2017). The place of social learning and social movement in transformative learning: A case study of Sustainability Schools in Uganda. *Journal of Transformative Education*, 15(3), 223–240. <https://doi.org/10.1177/1541344617696970>

Wilkinson, M. T., & D'Angelo, K. A. (2019). Community-based accompaniment & social work—A complementary approach to social action. *Journal of Community Practice*, 27(2), 151–167. <https://doi.org/10.1080/10705422.2019.1616641>

Yin, R. K. (2017). *Case study research and applications: Design and methods*. Sage Publications.

Zoellner, D., Stephens, A., Joseph, V., & Monro, D. (2017). Mission-driven adaptability in a

changing national training system. *The Australian Journal of Indigenous Education*, 46(1), 54–63. <https://doi.org/10.1017/jie.2016.24>

Anexos

ANEXO I – Quadro síntese dos documentos incluídos na análise documental nacional.

País/Local de Estudo	Referência (resumida)	Ano	Genero	Temática principal	Justificativa sintética
Brasil	Projeto de Lei n.º 5.346-B	2017	Lei	Regulamentação da profissão	Fundamenta a regulamentação legal do educador social.
Portugal	Delgado & Campos, 2016	2016	Artigo	Formação em instituições politécnicas	Analisa a formação de educadores sociais no contexto superior português.
Portugal	Pappámikail & Delgado	2021	Artigo	Formação e profissionalidade	Diálogos sobre formação e identidade profissional.
Portugal	Teixeira, L. D.	2021	Artigo	Experiência formativa	Reflexões sobre a formação de educadores sociais em ES
Portugal	Campos & Delgado	2017	Artigo	Formação inicial e avançada	Formação em níveis diversos para atuação no trabalho social.
Portugal	Vieira, A. M. et al.	2021	Livro	Formação em pedagogia- educação social	Mesa-redonda sobre a formação de educadores sociais em Portugal.
Portugal	Teixeira, L.	2008	Dissertação	Inserção profissional	Trajetórias entre formação e emprego
Brasil	Ferreira, A. V.	2017	Artigo	Formação no ensino superior	Construção da figura do educador social fora do contexto escolar.
Brasil	Pereira, A.	2016	Artigo	Profissionalidade e regulamentação	Disputas em torno da regulamentação da profissão.
Brasil	Pereira, A.	2013	Artigo	Formação e regulamentação	Impactos da regulamentação na formação e currículo do educador social.
Brasil	Ujiie, N. T. et al.	2009	Artigo	Contextos de formação	Formação do educador social em CMEIs e contraturno.
Brasil	Bauli, R. A. & Müller, V. R.	2020	Livro	Normatização e profissionalização	Enfoque na situação legal da profissão no Brasil.
Portugal/ Brasil	Azevedo, S. et al.	2017	Artigo	Caminhos e desafios contemporâneos	Comparação entre processos de

					institucionalização em PT e BR.
Portugal	Vieira, A. M. et al.	2021	Artigo	Identidade profissional	Transformações subjetivas e trajetórias.
Brasil	Garrido, N. D. C.	2012	Artigo	Campos de atuação	Diversidade de atuações e reconhecimento.
Brasil	Accorssi, A. et al.	2019	Artigo	Práticas sociais em ONGs	Reflexão sobre atuação transformadora em periferias.
Brasil	Machado, E. M. & Machado, L. M.	2011	Artigo	Campo de trabalho e regulamentação	Discussão sobre campo de trabalho e leis em tramitação.
Brasil	Oliveira, A. A.	2013	Artigo	Histórico e discussões atuais	Retrospectiva da Pedagogia Social no Brasil.
Brasil	Social, O. E.	2022	Dissertação	Acolhimento institucional	Atuação em contextos com crianças e adolescentes vulneráveis.
Brasil	Galvão, P. & Marinho-Araujo, C. M.	2017	Artigo	Perfil profissional em ONGs	Indefinição do perfil em contextos populares.
Brasil	de Castro Lola, E.	2021	Dissertação	Trabalho real x prescrito	Análise no contexto dos CRAS de Belém.
Brasil	da Cruz Bernardino, M. C. et al.	2019	Artigo	Profissionalismo em educação não formal	Estudo sobre atuação e regulação.
Brasil	Projeto de Lei n.º 328/2015	2019	Lei	Regulamentação profissional	Referência legal para a atuação em políticas públicas.
Brasil	Gadotti, M.	2012	Artigo	Educação popular e social	Articulação teórica e prática entre campos da educação.
Brasil	Paiva, J. et al.	2014	Artigo	Roda de conversa	Reflexões sobre a formação e atuação em grupo.
Brasil	Natali, P. M.	2016	Tese	Experiências latino-americanas	Subsídios para propostas formativas contextualizadas.
Brasil	de Paula, E. M. A. T.	2017	Artigo	Convergências teóricas	Discussão sobre convergências entre pedagogia social e educação social.
Brasil	de Souza, C. R. T.	2023	Artigo	Formação profissional	Experiências em projetos de extensão.
Brasil	Gohn, M. G. D.	2011	Artigo	Movimentos sociais	Contextualização histórica da educação social.

Brasil	de Souza, C. R. T. et al.	2020	Artigo	Cartas e reflexões formativas	Cartas como instrumento de formação.
Brasil	da Luz, L. H. et al.	2020	Artigo	SCFV e atuação em vulnerabilidade	Educação social com crianças e adolescentes com direitos violados.
Brasil	Paiva, J. & Müller, V. R.	2021	Artigo	História e academia	Reflexão sobre origem da educação social e valorização.
Brasil	de Lima Severo, J. L. R. et al.	2014	Artigo	Entrecruzamentos conceituais	Debate entre pedagogia, social e escolar.
Portugal	Azevedo, S. & Correia, F.	2013	Artigo	Identidade e regulamentação	Evolução profissional em Portugal.
Brasil	Bonelli, M. G. et al.	2017	Artigo	Ocupações e profissões	Base sociológica sobre a profissionalização.
Brasil	Projeto de Lei nº 5346/2009	s.d.	Lei	Reconhecimento e regulamentação	Referência histórica sobre disputas legais.
Brasil	Dias, S. P.	2018	Dissertação	Reconhecimento em Porto Alegre	Atuação local em políticas públicas.
Brasil	Sant'Anna, M. M. & Flandoli, B. R. G. X.	2021	Artigo	Relações conceituais	Contradições entre pedagogia escolar e social.
Brasil	Freire, I. P. & Macedo, S. M. F.	2022	Artigo	Pesquisa qualitativa	Fundamentos éticos e epistemológicos.
Brasil	Natali, P. M. & Bauli, R. A.	2016	Artigo	Formação e identidade	Histórico da profissionalização.
Portugal	SPCE – Carta Ética	2014	Documento	Ética em Ciências da Educação	Diretrizes éticas na atuação educativa.
Portugal	Samagaio, F.	2006	Artigo	Perfil profissional	Perfil do educador social e investigação.
Portugal	Carvalho, C. & Carvalho, H. M.	2023	Artigo	Educação Social na escola	Atuação do educador social no contexto escolar.
Brasil	Mano, A. D. M. P. & Rizzo, D. T.	2021	Artigo	Formação docente	Educação social na formação de professores.

Brasil	Martins, E. C.	2020	Artigo	Intervenção social contemporânea	Prática em novos espaços e realidades.
Portugal	Rodrigues, M. D. L.	2012	Livro	Estudos sobre profissões	Reflexão teórica sobre papel social das profissões.
Brasil	Falcade, A. et al.	2019	Artigo	Técnicas qualitativas	Pesquisa-ação e análise documental.
Brasil	Machado, É. R.	2017	Artigo	Didática e Educação Social	Integração de práticas educativas transformadoras.
Brasil	Abbott, A.	1991	Artigo	Sociologia das profissões	Disputa de jurisdições e identidade profissional.

ANEXO I– Quadro síntese dos documentos excluídos na análise documental nacional.

País/ Local de Estudo	Referência (resumida)	Ano	Temática principal	Genero	Justificativa sintética
Portugal	Nunes, N	2024	Os desafios do associativismo popular	Livro	Este artigo não foi incluído por apresentar um foco secundário em relação aos eixos centrais do estudo. E não tem acesso gratuitamente.
Espanha	Cabrera, L.	2018	Fraturas sociais e educativas: desafios para a Sociologia da Educação	E-Book (Livro coletivo)	O artigo foi excluído por abordar um foco secundário que não se alinha diretamente aos objetivos da dissertação sobre a atuação do educador social.
Brasil	Gonzalez, W. R. C., & Ávila, E. R. D.	2019	A atuação do educador social em organizações do terceiro setor.	Artigo	O artigo foi excluído por focar na atuação de educadores sociais no terceiro setor do Rio de Janeiro, sem abordar diretamente os eixos centrais da dissertação sobre formação, identidade e profissionalização em contextos não escolares

					no Brasil e em Portugal.
Portugal	Taborda, M., & Dias, P. C.	2015	A práxis do técnico superior de educação social em escolas TEIP.	Artigo	O artigo foi excluído por focar na atuação do educador social em contextos escolares TEIP, o que se afasta dos objetivos da dissertação voltados a contextos não escolares no Brasil e em Portugal.
Portugal	Graça, D. M. A. D.	2021	Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva: perspectiva sobre o seu desempenho pedagógico e organizacional num agrupamento de escolas.	Dissertação	O estudo foi excluído por focar na educação inclusiva em contexto escolar, distanciando-se dos objetivos da dissertação, centrados na formação e profissionalização do educador social em contextos não escolares no Brasil e em Portugal.
Portugal	Mateus, M. D. N. E.	2015	III Jornadas Ibéricas de Educação Social Conflitos sociais: discursos, representações, estratégias de mudança	Artigo	Excluída por sua abordagem ampla e temática dispersa, que dificultam a articulação direta com os objetivos específicos da dissertação sobre a profissionalização do educador social em contextos não escolares no Brasil e em Portugal.
Portugal	Martins, J. S. P.	2022	Importância da Relação entre a Escola e a Família no processo de ensino-aprendizagem das crianças: o Papel do Educador Social na Escola enquanto	Dissertação	A dissertação foi excluída por focar na mediação escolar, afastando-se dos contextos não escolares priorizados na pesquisa sobre o educador social no Brasil e em Portugal.

			Mediador dessa Relação		
Brasil	Zanella, M. N., Lara, A. M. D. B., & Cabrito, B. G.	2019	Educação social e escolar e o direito à educação na medida socioeducativa	Artigo	O artigo foi excluído por focar na articulação entre educação social e escolar em medidas socioeducativas, distante dos objetivos da dissertação centrados na atuação não escolar do educador social no Brasil.
Portugal	Pintor, M. A. D. R.	2020	Abuso sexual infantil: O Educador Social em contexto escolar	Dissertação	Excluído por focar na atuação do educador social em contexto escolar no enfrentamento ao abuso sexual, destoando dos objetivos da dissertação voltados a contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Portugal	Sousa, C. S. M.	2019	O caminho para o sucesso: o Educador Social na mediação de programas socioeducativos no combate ao insucesso/abandon o escolar.	Dissertação	O artigo foi excluído por focar na mediação do educador social em programas escolares, afastando-se dos objetivos da dissertação voltados à atuação em contextos não escolares.
Brasil	Silva, G. E. D. O.	2018	O papel do educador social voluntário no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista	Pós-Graduação	O artigo foi excluído por abordar a atuação voluntária do educador social em contexto escolar com estudantes com TEA, divergindo do foco da dissertação em contextos não escolares no Brasil.
Brasil	Agra Filho, V. G.	2008	O policial militar como educador social: o programa educacional de	Pós-Graduação	O artigo foi excluído por focar na atuação de policiais militares no PROERD, distanciando-se dos

			resistência às drogas e à violência (PROERD) na polícia militar do Ceará		objetivos da dissertação voltados ao educador social civil em contextos não escolares e não militares.
Brasil	Santos, M. D. R. D.	2011	Representações sociais dos educadores profissionais do programa escola da família sobre as práticas pedagógicas.	Dissertação	Excluído por abordar práticas de educadores sociais no Programa Escola da Família, em contexto escolar, destoando do foco da dissertação na atuação em contextos não escolares e vulneráveis.
Brasil	Gohn, M. D. G. M.	2010	Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.	Livro	A obra foi excluída por indisponibilidade do texto completo, o que impossibilitou sua avaliação e integração aos eixos analíticos da dissertação, apesar de sua reconhecida relevância para a Educação Social.
Brasil	MACHADO, Érico Ribas.	2014	O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual do Brasil e Espanha.	Tese	A obra foi excluída por adotar um enfoque comparativo entre Brasil e Espanha centrado na Pedagogia Social, sem aprofundar diretamente os eixos da dissertação sobre a profissionalização do educador social no Brasil.
Brasil	de Paiva, J. S.	2016	Caminhos do educador social no Brasil	Livro	Excluído por apresentar um enfoque mais amplo e exploratório, abrangendo múltiplos contextos (Brasil, Finlândia e Angola) e privilegiando uma abordagem mais geral

					da Educação Social em situações de crise.
Brasil	PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas.	2012	Educação popular, educação não formal, educação social e Pedagogia Social: mapeamento de conceitos e grupos de estudos no Brasil. In: Educação e processos não escolares	Livro	Excluído por indisponibilidade do texto completo, impedindo sua análise e adequação aos eixos analíticos da dissertação.
Brasil	CARO, Sueli Maria Pessagno.	2009	Educação Social: uma questão de relações	Livro	Excluído por falta de acesso ao texto completo, o que impediu avaliar sua relevância para os eixos analíticos da dissertação.
Brasil	Silva, R. D., Souza Neto, J. C. D., Moura, R., Machado, E. M., & Caro, S. M. P.	2011	Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social.	Monografia	Excluído por indisponibilidade de acesso ao conteúdo completo, impossibilitando sua análise crítica e adequação aos eixos da dissertação.
Brasil	MÜLLER, Veronica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruze Lino.	2002	Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes.	Livro	O artigo foi excluído por estar disponível apenas em citações secundárias, impedindo a análise crítica de seu conteúdo para integração à dissertação.
Brasil	Pereira, A.	2013	A educação não formal e educação social na ordem do dia: entre conflitos e possibilidades educativas	Artigo	Excluído por seu foco conceitual sobre educação não formal e social, sem aprofundar as dimensões práticas da profissionalização do educador social em contextos não escolares no Brasil.

Brasil	DE SOUZA, C. R. T.	2016	Educação Social e Avaliação: indicadores para contextos educativos diversos.	Tese	Excluído por focar na avaliação de práticas e construção de indicadores, sem alinhamento direto com os eixos centrais da dissertação sobre a profissionalização do educador social em contextos não escolares.
Brasil	SOUZA, Cléia Renata Teixeira; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de.	2016	Educação Social. Reflexões sobre as práticas educativas no Brasil e Uruguai.	Livro	Excluído por indisponibilidade do texto completo, impedindo sua análise e adequação aos eixos analíticos da dissertação.
Brasil	de Souza, C. R. T., & Müller, V. R.	2019	Caleidoscópio: uma tese com crianças e adolescentes sobre avaliação em educação social	Artigo	Excluído por focar a construção de indicadores avaliativos, tema secundário na dissertação centrada na formação e profissionalização do educador social em contextos não escolares.
Brasil	Zucchetti, D. T.	2010	Profissão educador social	Livro	Excluído por ser uma resenha de obra europeia, sem conexão direta com os objetivos da dissertação centrados na realidade brasileira do educador social.
Brasil	de Campos Corrêa, A. M., de Oliveira, G., & de Oliveira, A. C. Prisma, 2(1), 34-47.	2021	Grupo focal na pesquisa qualitativa	Artigo	Excluído por focar no uso de grupos focais em pesquisas qualitativas, sem relação direta com os eixos centrais da dissertação sobre o educador social no Brasil.

Portugal	Delgado, P., Correia, F., Martins, T., & Azevedo, S.	2014	Educação Social e identidade profissional em Portugal	Artigo	O artigo foi excluído por tratar apenas da realidade portuguesa e por abordar temas já contemplados por outras referências mais alinhadas aos objetivos e ao recorte analítico da dissertação.
Portugal	Hortas, M. J., Tomás, C., Campos, J., & Sá, K.	2021	Formação em Educação Social e Intervenção Comunitária	Artigo	O artigo foi excluído por focar na estrutura de um mestrado em Portugal, sem ligação direta com os eixos centrais da dissertação, já contemplados por outras referências mais alinhadas à realidade do educador social em contextos não escolares no Brasil e em Portugal.
Brasil	Silva, L. M., & Andrade, R. C. (2024).	2024	Educação inclusiva no ensino fundamental	Artigo	O artigo foi excluído por focar na educação inclusiva no ensino fundamental, sem alinhamento direto com os objetivos da dissertação sobre o educador social em contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Portugal	de Oliveira, A. P. S.	2015	Atuação de equipes multidisciplinares com crianças com necessidades educacionais especiais	Dissertação	Excluído por focar na atuação de equipes multidisciplinares em contextos escolares inclusivos, sem alinhamento com os objetivos da dissertação centrados no educador social em contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Brasil	da Rosa, L. S., & Mackedanz, L. F.	2021	Análise temática em pesquisa qualitativa em	Artigo	Excluído por abordar a análise temática em educação em ciências,

			educação em ciências		sem relação direta com os eixos da dissertação sobre o educador social em contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Brasil	Souza, L. K. D.	2019	Análise temática em pesquisa qualitativa	Artigo	O artigo foi excluído por tratar da análise temática de forma geral, sem conexão direta com os eixos da dissertação sobre o educador social em contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Portugal	Timóteo, I., & Bertão, A.	2012	Educação social transformadora e transformativa	Artigo	Excluído por abordar abstrações teóricas sobre modelos transformadores, sem ligação direta com os objetivos da dissertação sobre a profissionalização do educador social em contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Brasil	Valente, S.	2020	Competências socioemocionais do educador social e inclusão escolar	Artigo	Excluído por focar nas competências do educador social em contextos escolares, divergindo dos objetivos da dissertação centrados na atuação em contextos não escolares no Brasil e Portugal.
Brasil	Neris, M. E. S. M., & Pinto, F. C.	2024	Educação inclusiva no ensino fundamental	Artigo	Excluído por abordar desafios da educação inclusiva no ensino fundamental, sem alinhamento direto com os objetivos da dissertação voltados ao educador social em contextos não escolares no Brasil e Portugal.

Brasil	Vieira, A. M.	2012	Pedagogia social, mediação e educação social em contexto escolar	Artigo	Excluído por tratar da atuação do educador social em contextos escolares, sem alinhamento direto com os objetivos da dissertação voltados a contextos não escolares no Brasil e Portugal.
---------------	---------------	------	--	--------	---

ANEXO II – Quadro síntese dos estudos incluídos na análise de produção acadêmica.

Título	Ano	Autores	Tipo de Documento	Objetivo	Eixo Analítico	País/ Local do Estudo	Nota Analítica
Who knows? Youth work and the mise-en-scene: reframing pedagogies of youth participation	2019	Janet Batsleer, Nigel Patrick Thomas, Axel Pohl	Artigo	Explora a participação juvenil como performance e o papel dos educadores na construção pedagógica de espaços formais e não formais.	Saberes e práticas pedagógicas	Reino Unido, Alemanha, Suécia	O estudo fornece uma análise aprofundada das práticas e desafios do educador social em contextos europeus, sendo útil para comparação com o cenário brasileiro.
“I Let Not Just Their Knowledge But Their Worlds Inform What I Teach.” Difficult Knowledge in the Popular Education Classroom in Buenos Aires,	2019	Jennifer Lee O’Donnell	Artigo	Analisa o uso de conhecimentos difíceis por educadores populares para promover transformação pessoal e comunitária em contextos vulneráveis.	Saberes e práticas pedagógicas	Argentina – Buenos Aires (Villa	O estudo apresenta sólida análise sobre práticas pedagógicas em contextos de exclusão, conectando experiências locais à teoria crítica.

Argentina							
Online computer science workshops for educators in higher education during Covid-19: challenges and opportunities of a forced distance learning	2020	Elena Pacetti, Alessandro Soriani	Artigo	Refletir sobre os desafios e oportunidades do ensino remoto emergencial em oficinas de informática para futuros educadores sociais e culturais durante a pandemia de Covid-19.	Formação inicial e continuada	Itália – Universidad e de Bolonha	O artigo apresenta dados empíricos sobre a formação digital de futuros educadores sociais e reforça a importância das metodologias participativas.
The Making of Post-Apartheid State Policies for Workers, Adult and Community Education and Training: Abandoned Possibilities	2022	Salim Vally, Enver Motala	Artigo	Examinar criticamente as políticas educacionais voltadas para trabalhadores, adultos e comunidades na África do Sul pós-apartheid, destacando possibilidades radicais abandonadas.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	África do Sul	Trata-se de uma análise crítica robusta sobre os impactos das políticas neoliberais na educação de base popular e no trabalho educativo com adultos e trabalhadores.
Shelter Homes for Mothers with Children in the Czech Republic and the Target Group of Needs They Meet	2020	Veronika Aresta	Artigo	Identificar as necessidades mais frequentemente trabalhadas entre mães em situação de abrigo e os assistentes sociais responsáveis por seus planos individuais.	Campos de atuação do educador social	República Tcheca	Aponta práticas e competências do assistente social tcheco que se aproximam das do educador social no Brasil, sobretudo no apoio a populações em situação de rua e vulnerabilidade familiar.

Community development as a key element in social work education and practice in Spain	2021	Claudia María Anleu-Hernández, Cristina García-Moreno	Artigo	Examina os impactos do neoliberalismo e do individualismo no ensino e na prática do desenvolvimento comunitário na formação em serviço social na Espanha.	Formação inicial e continuada	Espanha – Catalunha	A análise detalha lacunas curriculares e operacionais na formação comunitária em Serviço Social, sendo útil para refletir sobre desafios semelhantes enfrentados no Brasil.
Atmospheres, spaces and job crafting: home visits in Alternative Provision	2023	Damien Page	Artigo	Explora como as visitas domiciliares na Educação Alternativa no Reino Unido influenciam o engajamento familiar e moldam práticas profissionais (“job crafting”).	Saberes e práticas pedagógicas	Reino Unido – norte da Inglaterra	Apesar de não tratar diretamente do educador social no Brasil, o artigo oferece contribuições valiosas sobre práticas de engajamento com famílias em contextos vulneráveis.
A Systemic Lifecycle Approach to Social Policy Practice in Social Work: Illustrations from Irish Child Welfare and Parenting Research and Practice	2020	Caroline McGregor, Michelle Millar	Artigo	Apresenta uma abordagem sistêmica do ciclo de vida das políticas públicas no trabalho social, com exemplos da Irlanda em apoio à parentalidade e bem-estar infantil.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Irlanda	Artigo contribui diretamente para o debate sobre o papel político e institucional do trabalho social, incluindo dimensões de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.
Being in Tension: The Dependent Response in	2024	María Castillo-López	Artigo	Analisa a hospitalidade ética nas práticas de educadores sociais na	Saberes e práticas pedagógicas	Espanha – Região de Múrcia	Contribuição original sobre o acolhimento ético na Educação Social a partir de uma

Social Education				Espanha, com base em Levinas, destacando tensões no acolhimento em contextos não formais.			lente fenomenológica e filosófica.
The Missing Voice: Sinti Families, Socio-Educational Services and Attempts at Inclusion	2023	Anna Dal Ben, Elena Stella	Artigo	Compreender as percepções de famílias Sinti e de atores institucionais sobre trabalho, habitação, saúde e educação, em um projeto-piloto de inclusão social na região do Vêneto (Itália).	Campos de atuação do educador social	Itália – Região do Vêneto	Contribuição relevante para compreender os desafios do trabalho socioeducativo com populações ciganas em contextos de exclusão.
Desperate for Social Innovation: The Case for the Community-Based University	2023	Jane Booth	Artigo	Defende parcerias contínuas entre universidades e comunidades locais para inovação social e enfrentamento de problemas complexos, com base em pedagogias críticas e coprodução de conhecimento.	Formação inicial e continuada	Reino Unido	A obra contribui substancialmente e para repensar a formação de profissionais sociais (incluindo educadores sociais) a partir de uma pedagogia engajada com o território e a comunidade.
Social Educators' initial and in-service training: community projects as promoters of	2024	Germano Borges, Lénia Carvalhas	Artigo	Investiga como a vivência em projetos comunitários durante a formação impacta o desempenho profissional de educadores	Formação inicial e continuada	Portugal (Norte e Centro)	Estudo altamente relevante para o campo da Educação Social no Brasil e Portugal. Oferece evidências empíricas sobre

professional development				sociais recém-formados em Portugal.			a importância da articulação entre teoria e prática desde a formação inicial.
The Figure of Transformation and Its Effects on the Professional Spatial Practices in the Field of Youth Welfare	2024	Johanna Brandstetter, Bettina Brüscheiler, Christian Reutlinger, Christina Rosenberger	Artigo	Analisar como profissionais da assistência social juvenil na Suíça ajustam e justificam suas práticas espaciais profissionais em resposta a transformações sociais e políticas, com base em teoria espacial e etnografia.	Saberes e práticas pedagógicas	Suíça (vários cantões)	Aprofunda o conceito de “place-making” com base na teoria de Löw, analisando como o espaço influencia a prática profissional na pedagogia social. A pesquisa oferece evidências empíricas relevantes e transponíveis para o contexto dos educadores sociais no Brasil.
Pedagogical development in older adult education: A critical community-based approach	2019	Maria Brown	Artigo	Informar o desenvolvimento pedagógico na educação de adultos mais velhos, com base em uma iniciativa educativa comunitária crítica e baseada na prática, situada em um contexto pós-colonial em Malta.	Saberes e práticas pedagógicas	Malta	Contribuição valiosa para o campo da educação social ao mostrar como práticas educativas com adultos podem ser baseadas na cultura local, promovendo conscientização crítica, valorização da história de vida e resistência a estruturas de poder.

Fostering Innovation in Social Work and Social Education Degrees: Multilingual Environment and Tools for Social Change	2016	Maria Tereza L. Cavalcante, Gisela Riberas, Genoveva Rosa	Artigo	Descreve uma experiência inovadora no ensino superior em educação social e serviço social na Espanha, centrada na inovação social, em contextos multilíngues e na aplicação da Investigação Apreciativa como metodologia formativa.	Formação inicial e continuada	Espanha – Catalunha	O artigo oferece uma contribuição metodológica e didática diretamente aplicável à formação de educadores sociais.
SWOT Analysis of Professional Practices of Social Education in Social Services: Possibilities and Limits	2021	Laura Varela Crespo	Artigo	Analisar os fatores internos e externos que facilitam ou limitam a prática socioeducativa de qualidade nos serviços sociais, com base em percepções de educadoras sociais e especialistas.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Espanha – Galícia e outras regiões	A análise DAFO aplicada à Educação Social nos serviços sociais oferece um panorama aprofundado das fragilidades e potencialidades da atuação profissional.
Disruption and Adaptation: The School Mobility Experience of Young People in Residential Care	2024	Élodie Marion, Laurence Tchuindibi, David Fiset, Caroline Trinh	Artigo	Compreender como jovens em acolhimento institucional experienciam as mudanças escolares e os impactos dessas mobilidades na trajetória educativa.	Campos de atuação do educador social	Canadá – Quebec	O artigo traz uma importante contribuição para compreender os efeitos da mobilidade escolar forçada sobre jovens em vulnerabilidade.
We Ask What Clients	2024	Kvetoslava Repková	Artigo	Apresenta os resultados de um projeto-	Reconhecimento e regulamen	Eslováquia	Estudo altamente relevante para

Think: Involving User Representatives in Quality Evaluation – A Pilot Project from Slovakia				piloto na Eslováquia que incluiu representantes de usuários na avaliação de serviços sociais, destacando os desafios e as contribuições dessa prática participativa.	tação da profissão		pensar a institucionalização da participação dos usuários nos processos avaliativos.
The Contested Terrain of Critical Pedagogy and Teaching Informal Education in Higher Education	2021	Alan Smith, Mike Seal	Artigo	Explorar como a pedagogia crítica pode ser aplicada ao ensino da educação informal no ensino superior e avaliar seu potencial transformador em meio a estruturas institucionais neoliberais.	Formação inicial e continuada	Reino Unido (e referência a Europa em geral)	Artigo central para compreender como práticas pedagógicas críticas podem ser implementadas mesmo em contextos institucionais restritivos.
Teacher-Student Reflections: A Critical Conversation about Values and Cultural Awareness in Community Development Work, and Implications for Teaching and Practice	2021	Louise Sheridan, Matthew Mungai	Artigo	Refletir sobre a prática docente e a formação de educadores informais no ensino superior, com foco no papel dos valores e da consciência cultural no desenvolvimento comunitário.	Formação inicial e continuada	Reino Unido (Escócia) e Quênia	Texto essencial para compreender a formação crítica de educadores sociais, com base na pedagogia de Paulo Freire.

Peculiarities of Students of Pedagogical Specialties Training in Preventive Work with Juvenile Delinquents	2016	Maxim R. Moskalenko, Evgenij M. Dorozhkin, Maria V. Ozhiganova, Yana A. Murzino va, Daria O. Syssa	Artigo	Analisa os desafios e propõe abordagens metodológicas para formar estudantes de pedagogia na prevenção da delinquência juvenil na Rússia, considerando contextos socioculturais e legais.	Formação inicial e continuada	Rússia	Texto-chave para entender como a formação pedagógica pode ser direcionada à prevenção da delinquência juvenil.
Social Pedagogical Work with Different Age Groups in Germany	2016	Olga Toporkova, Ekaterina A. Glebova, Inna V. Vysotskaia, Victoria V. Tikhaeva	Artigo	Sintetiza a experiência alemã em educação social com jovens em risco e idosos, focando em estratégias de socialização e adaptação social.	Campos de atuação do educador social	Alemanha	O artigo é altamente relevante para o campo da Educação Social, especialmente por articular práticas com diferentes faixas etárias e contextos sociais vulneráveis.
Towards a Quality Framework for Adult Learners in Recovery: Ensuring Quality with Equity	2017	Patricia Doyle	Artigo	Apresentar os resultados do projeto europeu RECOVEU, propondo um modelo de aprendizagem para adultos em recuperação que integre qualidade com equidade, focando na transformação pessoal, social e cultural.	Formação inicial e continuada	Irlanda, Reino Unido, Itália, Romênia e Chipre	A proposta do RECOVEU contribui significativamente para o campo da Educação Social ao integrar valores de equidade, inclusão e participação ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade.

“But I Said Something Now”: Using Border Pedagogies to Sow Seeds of Activism in Youth Empowerment Programs	2017	Candace Thompson, Sheri C. Hardee	Artigo	Investigar como pedagogias de fronteira (border pedagogies) promovem empoderamento crítico em programas de juventude com jovens minorizados e estudantes universitários em formação docente.	Saberes e práticas pedagógicas	EUA – Sudeste (Carolina do Norte e Geórgia)	O artigo oferece uma perspectiva rica e inovadora sobre a formação docente e a atuação do educador social, utilizando arte, diálogo e pedagogias críticas como ferramentas de transformação.
50 Years of AONTAS: Developments in the Field of Adult Education in Ireland as Reflected in the Contents of The Adult Learner and its Antecedent Journals	2019	Barry Golding, Jack Harvey	Artigo	Revisão crítica de 50 anos de publicações da AONTAS, destacando temas recorrentes, mudanças editoriais e impactos na educação de adultos na Irlanda.	Formação inicial e continuada	Irlanda (República e Irlanda do Norte)	Contribuição fundamental para compreender a trajetória institucional e discursiva da Educação Social e Comunitária na Irlanda.
Inspired by Freire: From Literacy to Community. How the Ideas of Paulo Freire Shaped Work in the UK	2021	Peter Lavender, Alan Tuckett	Artigo	Analisa a influência de Paulo Freire na alfabetização e educação comunitária no Reino Unido desde os anos 1970, com foco na participação voluntária, coaprendizagem e resistência ao neoliberalismo.	Formação inicial e continuada	Reino Unido	Artigo crucial para entender como a pedagogia freireana foi adaptada a contextos de educação não formal no Reino Unido.
Finding Feminism,	2016	Elizabeth Jane	Artigo	Investigar como ativistas-	Saberes e práticas	Mianmar (regiões	Texto essencial para

Finding Voice? Mobilising Community Education to Build Women's Participation in Myanmar's Political Transition		Tregonin g Maber		educadoras em Mianmar mobilizam a educação comunitária para fomentar o ativismo feminista e a participação política das mulheres durante a transição democrática do país.	pedagógicas	urbanas e fronteiriças)	compreender como educadoras sociais constroem pedagogias feministas em contextos autoritários e de transição democrática.
The Rise and Fall of Adult Community Education in Portugal	2018	António Fragoso, Sandra T. Valadas	Artigo	Refletir sobre o surgimento, desenvolvimento e declínio da educação comunitária em Portugal, a partir da década de 1970, com base em um estudo de caso longitudinal e análise de contexto político e educacional.	Campos de atuação do educador social	Portugal – Sul (Algarve)	Artigo essencial para compreender o percurso histórico da educação comunitária em Portugal e seus vínculos com a educação popular.
African American Head Start Teachers' Approaches to Police Play in the Era of Black Lives Matter	2021	Allison Sterling Henward, Sung-Ryung Lyu, Quiana M. Jackson	Artigo	Explorar como educadores(as) afro-americanos(as) da educação infantil respondem à dramatização de temas como prisão e polícia por crianças pequenas em programas Head Start, à luz do contexto do movimento	Saberes e práticas pedagógicas	Estados Unidos (com foco em Washington, D.C.)	Demonstra como educadores sociais podem mediar experiências traumáticas de crianças, como racismo e violência policial, dentro de contextos educativos com currículos padronizados, contribuindo

				Black Lives Matter.			para uma educação social crítica.
From Apathy to Structural Competency and the Right to Health: An Institutional Ethnography of a Maternal and Child Wellness Center	2023	Margaret Mary Downey, Ariana Thompson-Lastad	Artigo	Investiga como profissionais da linha de frente em saúde materno-infantil aplicam e ressignificam conceitos como determinantes sociais da saúde, imaginação sociológica, competência estrutural e direito à saúde no dia a dia.	Saberes e práticas pedagógicas	Estados Unidos – Costa Oeste	Destaca o papel dos trabalhadores de base na Educação Social em saúde como agentes críticos de transformação, portadores de saberes tácitos sobre direitos sociais e desigualdades estruturais.
Hope in ‘Catastrophic’ Times: Participants’ Stories of Nurture and Transformation from an Innovative Community Learning Initiative	2022	Martin E. Purcell	Artigo	Avalia os impactos do programa “Community Wise” no norte da Inglaterra, destacando suas contribuições para o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos marginalizados.	Campos de atuação do educador social	Reino Unido – Norte da Inglaterra	Apresenta intervenções junto a grupos vulneráveis, valorizando práticas da Educação Social baseadas na escuta ativa, nos saberes cotidianos e em abordagens centradas no sujeito.
Persevering Professional: Dilemmas of Relationships and Self-Determination in Work with People with Intellectual Disability – A Multi-	2023	Mari Husabø, Magne Mæhle, Målfrid Råheim, Aud Marie Øien	Artigo	Explorar as experiências e dilemas vividos por educadores sociais em sua prática profissional com pessoas com deficiência intelectual, focando nas tensões entre promoção da	Saberes e práticas pedagógicas	Noruega	Artigo extremamente relevante para a Educação Social, pois aborda em profundidade os dilemas éticos da atuação profissional em contextos de vulnerabilidade.

Method Study Based on Interpersonal Process Recall				autonomia e proteção contra danos.			
Incompatibility Logics? Professionals and Volunteers as Collaborating Partners in the Disability Services, the Social Services, and the Probation Services	2024	Kerstin Svensson, Monica Larsson	Artigo	Investiga como as leis suecas promovem a colaboração entre profissionais e voluntários em serviços sociais, à deficiência e de reinserção penal, apontando desafios práticos dessa articulação.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Suécia	O artigo oferece uma reflexão profunda sobre os limites da integração de lógicas distintas no campo da assistência social.
Narratives of Photographic Records of the Practices of Social Educators of a Residential Group Home for Children and Adolescents	2022	Sidney Issao Ito; Adriano Valério dos Santos Azevêdo	Artigo	Analisar as práticas de educadores sociais a partir das narrativas de registros fotográficos em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes no Sul do Brasil	Saberes e práticas pedagógicas	Brasil (Curitiba - PR)	O estudo aprofunda práticas cotidianas em contexto institucional com rigor metodológico, utilizando triangulação de dados visuais e narrativos.
Infrastructural injustices in community-driven afterschool STEAM	2023	Molly V. Shea, A. Susan Jurow, Jovita Schiffer, Meg	Artigo	Analisa injustiças infraestruturais em programas STEAM comunitários e seus efeitos nas	Saberes e práticas pedagógicas	Estados Unidos (diversas regiões do oeste e montanhoso)	Contribuição teórica relevante para a compreensão das práticas pedagógicas dos educadores

		Escudé, Aurora Torres		oportunidades de aprendizagem e justiça social para jovens marginalizados.			sociais em contextos informais.
Life-course transitions: a categorisation proposal for the training and intervention of social action professionals	2024	Paco López; Óscar Martínez-Rivera; Janire Fonseca	Artigo	Identifica transições vitais e seus contextos para orientar a formação e a prática de profissionais da ação social.	Formação inicial e continuada	Espanha (Catalunha, Madrid, País Basco)	Proposta conceitual relevante para compreender a complexidade das situações vividas por profissionais da ação social.
Social educators' professional satisfaction: influential factors	2020	Alejandro Martínez-Pérez; Fernando Lezcano-Barbero	Artigo	Analisar o grau de satisfação profissional percebido pelos educadores sociais e os fatores que influenciam essa percepção	Identidade e profissionalização	Espanha (todas as Comunidades Autônomas + Ceuta)	Estudo metodologicamente sólido com ampla amostra nacional. Traz dados empíricos relevantes sobre a profissão, vinculando condições de trabalho à satisfação.
Representações e reconhecimento da infância (des)protegida: dilemas para a Educação Social em Melilla	2023	Adrián Neubaerer; Alejandra Montané López; Francisca Ruiz Garzón; Tamar Shuali Trachtenberg	Artigo	Reflete sobre infância, justiça social, reconhecimento e cidadania com base na experiência de jovens migrantes não acompanhados em Melilla, apontando implicações para a Educação Social.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Espanha (Melilla)	Estudo interdisciplinar que combina fundamentos teóricos com pesquisa empírica sensível a populações vulneráveis.

Payment in heaven: Can early childhood education policies help women too?	2017	Jan Newberry; Sri Marpinjun	Artigo	Analisar as contradições entre a valorização da educação infantil e a precarização do trabalho das mulheres que implementam esses programas na Indonésia	Identidade e profissionalização	Indonésia (Yogyakarta e regiões adjacentes)	Análise crítica robusta que articula cuidado, reprodução social e gênero em contextos de políticas públicas.
Socio-digital intervention : Towards what future do we want to walk to?	2021	Carmen Montalbá Ocaña; Mayra Russo Botero	Artigo	Explora os impactos da digitalização e da inteligência artificial na intervenção social, com ênfase nas percepções e práticas dos profissionais dos serviços sociais.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Espanha (Valência)	Estudo relevante para compreender como a transformação digital impacta diretamente a atuação dos profissionais da intervenção social.
Transfrontier Exchange for Modelling Good Practices in Social Intervention Based on PAR: The Case of the Sarea Project	2019	María Isabel Segú Odriozola; Edurne González Goya	Artigo	Analisa como a troca transfronteiriça Espanha-França, via Pesquisa-Ação Participativa, contribui para modelar boas práticas em intervenção social voltadas à inserção de populações vulneráveis.	Saberes e práticas pedagógicas	Espanha (País Basco) e França (Nova Aquitânia)	Estudo com forte valor aplicado, destacando a construção colaborativa de boas práticas e o intercâmbio institucional como ferramenta formativa.
Art-based social work experiences in Portugal	2024	Josiani Oliveira; Maria Irene Carvalho	Artigo	Refletir sobre o uso da arte como processo, método e técnica de intervenção social,	Saberes e práticas pedagógicas	Portugal (Lisboa, Franca-SP, instituições diversas)	Estudo robusto e atual que mostra a potência da arte na prática do educador social, embora

				destacando experiências de profissionais em Portugal e o potencial transformador dessas práticas			ainda marginal nas formações.
Paulo Freire and Social Work in Spain: socio-historical analysis and contributions to the current context	2022	Miguel Ángel Oliver Perelló; Virginia Alves Carrara; Rosana Matos-Silveira	Artigo	Analisa a influência do pensamento de Paulo Freire na formação e prática do Serviço Social na Espanha, com foco no período da transição democrática (1960–1980).	Formação inicial e continuada	Espanha (Madrid, Zaragoza, Barcelona e País Basco)	Estudo com forte densidade histórica e teórica, demonstrando como a pedagogia de Freire contribuiu para uma virada crítica na formação e atuação de assistentes sociais durante a redemocratização.
Learning from Experts by Experience as Part of Social Work Education: Undergraduate Students’ Perspectives	2024	Anna Planas-Lladó; Maria Pallisera	Artigo	Analisar o impacto de experiências formativas com “especialistas por experiência” (EBEs) na formação inicial de estudantes de Educação Social e Serviço Social, com foco na construção de competências profissionais e desenvolvimento de consciência crítica	Formação inicial e continuada	Espanha (Universidade de Girona, Catalunha)	Contribuição significativa ao campo da formação crítica de educadores sociais. Destaca o papel transformador da escuta ativa e da horizontalidade no processo educativo.
Readiness of social services specialists for gender-	2021	Olha Rasskazova; Valentyna	Artigo	Diagnosticar o nível de prontidão dos especialistas em serviços sociais	Formação inicial e continuada	Ucrânia (Kharkiv, Starobilsk, Uman, Sumy)	Artigo rigoroso, com proposta metodológica replicável. Enfatiza a

sensitive activities with offence-prone juveniles		Anholenko; Anton Kravchenko; Olha Sulimenko; Oleksandr Mohylka; Maryna Kuzminykh		para implementar atividades sensíveis ao gênero com adolescentes em conflito com a lei, especialmente órfãos e jovens privados de cuidado parental			importância da abordagem interseccional e contínua na formação de profissionais para atuar com juventudes vulneráveis.
Developing a Poverty-Aware Pedagogy: From paradigm to reflexive practice in post-academic social work education	2020	Griet Roets; Laura Van Beveren; Yuval Saar-Heiman; Heidi Degerickx; Caroline Vandekinderen; Michal Krumer-Nevo; Kris Rutten; Rudi Roose	Artigo	Analisar como uma pedagogia crítica voltada à consciência da pobreza pode ser ensinada na formação pós-acadêmica de assistentes sociais, com base em um curso realizado na Bélgica	Formação inicial e continuada	Bélgica (Flandres, região de língua neerlandesa)	Texto denso e metodologicamente robusto que articula teoria crítica, pedagogia freireana e formação profissional continuada.
Training Social Educators to Organize Cultural and Leisure Activities: British and Ukrainian Experience	2018	Inna Romaniuk	Artigo	Analisar o processo de formação de educadores sociais para organização de atividades culturais e de lazer, com base em uma comparação	Formação inicial e continuada	Reino Unido e Ucrânia	Contribuiu significativamente para a discussão sobre formação do educador social em práticas culturais e de lazer, especialmente ao destacar a

				entre os modelos do Reino Unido e da Ucrânia			necessidade de práticas pedagógicas integradas à realidade institucional.
Tug-of-War: the Pull of Formal Institutional Practices and Structures and the Desire for Personal Change	2021	Amber Simpson; Michelle Feyerabend	Artigo	Investigar as tensões vividas por uma educadora/formadora em sua transição entre ambientes formais e não formais de ensino no contexto de atividades maker com alunos do ensino básico e universitários	Saberes e práticas pedagógicas	Estados Unidos (Nova Iorque)	Estudo metodologicamente sólido que combina teoria crítica, pedagogia do fazer (maker) e autorreflexão docente.
Educators' Attitudes at an Informal Learning Environment in the Society of Christian Doctrine in Malta: Insights for Teacher Education	2018	Emanuel Mizzi	Artigo	Explorar como catequistas voluntários em ambientes de aprendizagem informal respondem à diversidade dos alunos, com foco em atitudes inclusivas e ensino diferenciado	Saberes e práticas pedagógicas	Malta (diversas localidades e centros)	Estudo exemplar sobre práticas pedagógicas em contextos informais, destacando a importância de atitudes afetivas e reflexivas no ensino.
Social Service Response to the Needs of the Ukrainian Refugees	2024	Nino Shatberashvili	Artigo	Analisar a resposta dos serviços sociais às necessidades de crianças e famílias refugiadas ucranianas na Geórgia após a guerra de 2022, com foco no	Saberes e práticas pedagógicas	Geórgia (Tbilisi, Batumi e outras regiões com escolas públicas e serviços sociais)	Artigo abrangente e atual que revela com profundidade os desafios do trabalho social com populações em situação de guerra.

				papel do serviço social e nos desafios enfrentados			
Integration of Social Education and the Labor Market through a Simulation of Professional Activity	2016	Valeriya Sizikova; Olga Anikeeva; Yanina Shimonskaya; Olga Kopnina; Tatyana Tyapkina; Michail Firsov; Svetlana Kozlovskaya	Artigo	Desenvolver padrões de atividade profissional para trabalhadores sociais e propor estratégias de integração entre a formação educacional e as exigências do mercado de trabalho na Rússia	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Rússia (abrange a nacional com foco em universidades e serviços sociais regionais)	Estudo robusto e estratégico que articula formação educacional, padronização profissional e reforma estrutural dos serviços sociais.
Development of Physical and Mental Abilities in Fulfilling Children's Rights in the Program of 'Kampung Anak Negeri' in Surabaya	2021	Novira Maharani Sukma; Irawati	Artigo	Analisar como o programa "Kampung Anak Negeri" promove o desenvolvimento físico e mental de crianças em situação de rua ou em risco social, garantindo seus direitos fundamentais	Campos de atuação do educador social	Indonésia (Surabaya)	O estudo oferece uma visão concreta da atuação do educador social em programas institucionais com foco em desenvolvimento integral e reintegração.
Social worker motivations and organisational prerequisites for care of children who commit crimes – the	2021	Michael Tärnfalk; Charlotte Alm	Artigo	Investigar como assistentes sociais avaliam e decidem sobre a transição de jovens infratores do sistema penal juvenil sueco (SYC) para o cuidado compulsório,	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Suécia (Estocolmo e cidades adjacentes)	Artigo crítico e atual que ilustra a complexidade da atuação do educador social em contextos punitivos.

best interests of the child or the protection of society?				equilibrando os interesses da criança e da sociedade			
The Quiet Revolution: Grassroots Theatre and Solidarity in Post-Revolution Egypt	2024	Yasmine Kandil	Artigo	Investigar como o teatro comunitário e de base se tornou meio de resistência silenciosa e solidariedade no Egito pós-revolução de 2011, apesar da repressão estatal	Saberes e práticas pedagógicas	Egito (Cairo e outras regiões urbanas e rurais)	Artigo denso e metodologicamente sólido que articula arte, política e resistência. Relevante para pensar o papel do educador social como agente cultural em contextos autoritários.
Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica	2015	Marta von Dentz; Roberto Rafael Dias da Silva	Artigo	Analisar a constituição histórica das relações entre Educação e Serviço Social no Brasil, suas ênfases políticas e formas de intervenção ao longo do tempo	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Brasil	Artigo densamente fundamentado, com amplo resgate histórico e excelente articulação entre teoria e prática.
Decoloniality as a Framework for Indigenous Youth Suicide Prevention Pedagogy: Promoting Community Conversations About Research to End Suicide	2018	Lucas Trout; Diane McEachern; Anna Mullany; Lauren White; Lisa Wexler	Artigo	Apresentar e analisar a eficácia e a receptividade do modelo PC CARES como abordagem de educação em saúde baseada na descolonialidade, voltada para a prevenção do suicídio entre	Saberes e práticas pedagógicas	Estados Unidos (Alasca – 10 aldeias da região noroeste)	Estudo exemplar em articulação entre epistemologias indígena e ocidental. Apresenta modelo replicável no Brasil para atuação em contextos comunitários e vulneráveis.

				jovens indígenas do Alasca			
We Are Victorious: Educator Activism as a Shared Struggle for Human Being	2018	Carolina Valdez; Edward Curammeng; Farima Pour-Khorshid; Rita Kohli; Thomas Nikundwe; Bree Picower; Carla Shalaby; David Stovall	Artigo	Compartilhar experiências de ativismo educacional que afirmam a humanidade de educadores de cor, destacando práticas pedagógicas descoloniais e espaços de cura como formas de resistência e transformação	Identidade e profissionalização	Estados Unidos (Califórnia, Nova Jersey, Chicago, Los Angeles, Alasca)	Obra coletiva com forte densidade teórica e prática, baseada em experiências formativas reais de resistência e reconstrução comunitária.
Collaborative argumentation through role-play by students on a degree programme in social services	2020	Kati Vapalahti; Miika Marttunen	Artigo	Investigar a natureza da argumentação colaborativa entre estudantes de Serviço Social durante discussões com role-play em ambientes presenciais e online	Formação inicial e continuada	Finlândia (Universidade de Ciências Aplicadas do Sudeste da Finlândia e Universidad de Jyväskylä)	Estudo inovador que alia pedagogia crítica, role-play e análise argumentativa. Traz evidências empíricas valiosas sobre a formação dialógica e prática de futuros educadores sociais.
The Social Services of Spain after the Neoliberal Period: Longitudinal Analysis from the Perspective of Social	2022	Carmen Verde-Diego; Enrique Pastor-Seller; Rubén González-Rodríguez;	Artigo	Analisar os efeitos das políticas neoliberais (2012–2018) sobre os serviços sociais e os trabalhadores sociais na Espanha, a partir	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Espanha (dados nacionais com foco territorial e representativo)	Texto de referência sobre a atuação crítica e ética dos profissionais do serviço social na Espanha. Oferece base empírica sólida para compreender as

Work (2012–2018)		Encarna Peláez Quero		de uma perspectiva longitudinal e crítica			tensões institucionais vividas por educadores sociais em contextos de desmonte.
Explaining the Policy Practice of Community Social Workers	2020	Idit Weiss-Gal; John Gal	Artigo	Identifica fatores motivacionais e institucionais que influenciam o engajamento de assistentes sociais comunitários na formulação e incidência em políticas públicas em Israel.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Israel (nacional, com foco em serviços sociais locais)	Estudo metodologicamente rigoroso e altamente relevante para pensar a profissionalização crítica do educador social.
The Place of Social Learning and Social Movement in Transformative Learning: A Case Study of Sustainability Schools in Uganda	2017	Peter Westoby ; Kristen Lyons	Artigo	Investigar como o programa “Sustainability Schools” da NAPE promove aprendizagem transformadora e organização social em comunidades afetadas por extração de petróleo em Uganda	Saberes e práticas pedagógicas	Uganda (Distrito de Hoima e outras áreas afetadas por extrativismo)	Estudo sobre educação social em contextos de conflito e deslocamento, articulando pedagogia freireana, aprendizagem coletiva, organização comunitária e construção de movimentos sociais.
Community-based accompaniment & social work—A complementary approach to social action	2019	Meredith T. Wilkinson; Karen A. D’Angelo	Artigo	Propõe o acompanhamento comunitário como complemento crítico à ação social no Serviço Social, baseado em relações	Saberes e práticas pedagógicas	Estados Unidos (com referências à América Latina e movimentos transnacionais)	Texto inovador e profundo sobre articulação entre educação social crítica, teologia da libertação e organização comunitária.

				horizontais, presença mútua e análise estrutural.			
Youth work, performativity and the new youth impact agenda: getting paid for numbers?	2018	Tania de St Croix	Artigo	Analisar como a ênfase crescente na mensuração de impacto afeta a prática e identidade de educadores de juventude no Reino Unido, especialmente em tempos de austeridade e mudanças políticas	Identidade e profissionalização	Reino Unido (Inglaterra – Londres e outras regiões urbanas)	Artigo denso e crítico que aborda os impactos do neoliberalismo e da lógica de resultados na educação informal.
Mission-Driven Adaptability in a Changing National Training System	2017	Don Zoellner; Anne Stephen; Victor Joseph; Davena Monro	Artigo	Analisa como a organização indígena WBBC responde a mudanças políticas na Austrália, preservando sua missão voltada ao desenvolvimento social e cultural comunitário.	Reconhecimento e regulamentação da profissão	Austrália (Queensland , com atuação em regiões remotas e urbanas)	Estudo robusto que alia teoria crítica, análise de políticas e saberes locais. Mostra como organizações de educação social resistem à lógica performativa e mantêm práticas decoloniais e comunitárias.